

PLANO MUNICIPAL PARA A INTEGRAÇÃO DE MIGRANTES DE LOURES 2020-2022

Loures, Abril de 2021

Índice

1. Enquadramento.....	7
2. Diagnóstico Local.....	9
2.1. Notas metodológicas.....	9
2.2. Dinâmicas demográficas e imigratórias	15
2.3. Países de origem da imigração.....	21
2.4. Imigração e estrutura etária da população.....	25
2.5. Serviços de acolhimento e integração	29
2.6. Urbanismo e habitação	40
2.7. Mercado de trabalho e empreendedorismo.....	46
2.8. Educação e língua.....	53
2.9. Capacitação e formação	62
2.10. Cultura.....	63
2.11. Saúde.....	66
2.12. Solidariedade e resposta social.....	69
2.13. Cidadania e participação cívica	70
2.14. Média e sensibilização da opinião pública.....	71
2.15. Racismo e discriminação	72
2.16. Relações internacionais.....	80
2.17. Religião	81
2.18. Igualdade de género.....	82
3. Plano Municipal para a Integração de Migrantes	83
3.1. Dimensão estratégica.....	86
3.2. Dimensão operacional.....	88
3.3. Modelo de monitorização e avaliação	101
3.4. Acompanhamento e modelo de governação.....	102
Referências bibliográficas.....	105
Anexos	108

Índice de Gráficos

Gráfico 1 - Respostas aos questionários, por grupo de nacionalidades (v.a.)	12
Gráfico 2 - Respostas aos questionários, por sexo e grupo de nacionalidades (v.a.)	12
Gráfico 3 - Respostas aos questionários, por sexo e grupo etário dos/as participantes (%)	13
Gráfico 4 - Respostas aos questionários por parte de NPT, por grupo etário dos/as participantes (v.a.)	13
Gráfico 5 - Respostas aos questionários, por dimensão do agregado familiar e grupo de nacionalidades (%)	14
Gráfico 6 - População residente no concelho de Loures, 2015-2019 (v.a.)	16
Gráfico 7 - População residente em Portugal, 2015-2019 (v.a.)	16
Gráfico 8- Taxa de crescimento natural em Portugal, AML e no concelho de Loures, 2015-2019 (%)	17
Gráfico 9 - Taxa de crescimento migratório em Portugal, AML e no concelho de Loures, 2015-2019 (%)	17
Gráfico 10 - Percentagem da população estrangeira com estatuto legal de residente no total da população residente em Portugal, na AML e no concelho de Loures – 2015-2019 (%)	19
Gráfico 11 - População estrangeira com estatuto legal de residente em Loures, por sexo, 2015-2019 (v.a.)	20
Gráfico 12 - Evolução da população estrangeira residente com estatuto legal, total de NPT e nacionais da UE, concelho de Loures, 2019 (v.a.)	21
Gráfico 13 - 10 principais nacionalidades residentes em Portugal por comparação ao concelho de Loures, 2019 (%)	22
Gráfico 14 - Peso relativo dos nados-vivos de mãe com nacionalidade estrangeira, 2015-2019 (%) ..	26
Gráfico 15 - Taxa bruta de natalidade*, por nacionalidade, em Portugal e no concelho de Loures, ...	27
Gráfico 16 - Índice de envelhecimento* em Portugal e no concelho de Loures, 2015-2019	28
Gráfico 17 - Índice de envelhecimento para população portuguesa e estrangeira em Portugal, 2015-2019	28
Gráfico 18 - Atendimentos realizados pelo GAM de Loures, segundo a nacionalidade dos/as utentes,	29
Gráfico 19 - Atendimentos realizados no GAM de Loures, segundo o grupo etário dos/as utentes, 2020 (v.a.)	30
Gráfico 20 - Atendimentos realizados no GAM de Loures, segundo as habilitações literárias dos/as utentes, 2020 (v.a.)	31
Gráfico 21 - Atendimentos realizados no Gabinete de Apoio ao Migrante de Loures, por local de atendimento, 2010-2019* (v.a.)	33
Gráfico 22 - Atendimentos realizados no GAM de Loures, segundo o grupo etários dos/as utentes, por local de atendimento, 2010-2019* (%)	33

Gráfico 23 - Grau de satisfação dos/as participantes estrangeiros/as com o apoio recebido durante o processo de regularização (%).....	36
Gráfico 24 - Número de profissionais que avaliaram como "má" ou "muito má" a situação das pessoas estrangeiras no concelho de Loures em cada área temática (v.a.)	39
Gráfico 25 - Taxa de sobrelotação da habitação em Portugal, segundo a nacionalidade,entre 2011 e 2019 (população residente com 18 ou mais anos) (%)	41
Gráfico 26 - Problemas sentidos na casa onde habita pelos/as participantes estrangeiros/as (%)	44
Gráfico 27 - Taxa de variação anual no desemprego registado para estrangeiros/as e portugueses/as, no concelho de Loures, 2016 e 2020 (%)	47
Gráfico 28 - Desemprego registado no concelho de Loures, segundo o sexo e a origem, dezembro 2015 – novembro 2020 (v.a.)	48
Gráfico 29 - Respostas aos questionários, por situação face ao trabalho do/a participante e grupo de nacionalidades (%)	50
Gráfico 30 - Respostas aos questionários, por área de atividade profissional e grupo de nacionalidades (%)	51
Gráfico 31 - Motivos apontados para a insatisfação com a atual situação de trabalho, por sexo (%) .	52
Gráfico 32 - Respostas aos questionários, por grau de escolaridade do/a participante e grupo de nacionalidades (%)	58
Gráfico 33 - Satisfação com o grau de escolaridade atingido por parte dos/as participantes estrangeiros/as (%).....	59
Gráfico 34 - Oportunidades de estudar que as pessoas estrangeiras gostariam de ter (%).....	60
Gráfico 35 - Frequência com que as pessoas estrangeiras participantes participam em atividades culturais (%).....	64
Gráfico 36 - Motivos para as pessoas estrangeiras participantes não participarem em atividades culturais (%).....	65
Gráfico 37 - Frequência com que os/as participantes estrangeiros/as tem dificuldades em aceder aos cuidados de saúde de que precisa, por grupo etário (%).....	68
Gráfico 38 - Grau de racismo e discriminação existente contra pessoas estrangeiras no concelho de Loures (%).....	72
Gráfico 39 - Áreas onde as pessoas estrangeiras participantes já sofreram racismo e discriminação (%).....	73
Gráfico 40 - Opinião sobre as dificuldades sentidas pelas pessoas estrangeiras, por área da vida relevante para a sua integração (%).....	75
Gráfico 41 - Motivos apontados para as dificuldades sentidas pelas pessoas estrangeiras (%)	77

Índice de Quadros

Quadro 1 - Freguesias do concelho de Loures	15
Quadro 2 - População estrangeira residente em Portugal, na AML e no concelho de Loures, 2015-2019.....	18
Quadro 3 - População estrangeira residente em Portugal nos dez municípios com maior número de estrangeiros residentes, em 2019.....	19
Quadro 4 - População estrangeira residente segundo as nacionalidade mais representativas, no concelho de Loures – 2019.....	21
Quadro 5 - Nacionalidades mais representativas em 2019 no concelho de Loures e taxa de variação face a 2015	23
Quadro 6 - Peso relativo das principais nacionalidades residentes em Portugal, em comparação com o concelho de Loures, por sexo - 2019 (%)	24
Quadro 7 - População estrangeira residente segundo as nacionalidades mais representativas, no concelho de Loures, por sexo - 2019.....	24
Quadro 8 - Atendimentos realizados no GAM de Loures, segundo os assuntos gerais abordados pelos/as utentes, 2020.....	31
Quadro 9 - Atendimentos realizados no GAM de Loures, segundo os assuntos específicos abordados pelos/as utentes, 2020* (v.a.).....	32
Quadro 10 - Atendimentos realizados no GAM de Loures, segundo a nacionalidade dos/as utentes, por local de atendimento, 2010-2019* (v.a.).....	34
Quadro 11 - Atendimentos realizados no Gabinete de Apoio ao Migrante de Loures, segundo os assuntos abordados pelos/as utentes, por local de atendimento, 2010-2019* (v.a.)	35
Quadro 12 – Número de atendimentos sobre habitação no GAM de Loures, 2017-2020 (v.a.).....	41
Quadro 13 – Número de atendimentos para pedidos de apoio à habitação, por nacionalidade, no concelho de Loures, 2020* (v.a.)	42
Quadro 14 - Atendimentos para pedidos de apoio à habitação no concelho de Loures, por sexo, 2020*(v.a.).....	42
Quadro 15 - Atendimentos para pedidos de apoio à habitação no concelho de Loures, por habilitações literárias, 2020*(v.a.)	42
Quadro 16 - Atendimentos para pedidos de apoio à habitação no GAM de Loures, por grupo etário, 2020* (v.a.).....	43
Quadro 17 - Desemprego registado no concelho de Loures, dezembro 2015 – novembro 2020.....	46
Quadro 18 - Desemprego registado no concelho de Loures, segundo a nacionalidade, dezembro 2015 – novembro 2020 (v.a.)	48
Quadro 19 - Desemprego registado no concelho de Loures, segundo a origem, por sexo, dezembro 2015 – novembro 2020 (v.a.)	49
Quadro 20 – Número de alunos/as matriculados/as no pré-escolar e ensinos básico e secundário, por nacionalidade, no concelho de Loures (v.a.).....	54

Quadro 21 - Taxa de retenção e desistência por ano letivo, sexo e nacionalidade, no concelho de Loures (%).....	55
Quadro 22 - Taxa de retenção e desistência por nível de ensino, ciclo de ensino e nacionalidade, no concelho de Loures – RAPAZES (%).....	56
Quadro 23 - Taxa de retenção e desistência por nível de ensino, ano de escolaridade e nacionalidade, no concelho de Loures – RAPARIGAS (%).....	56
Quadro 24 – Formandos/as no concelho de Loures, segundo a origem, dezembro 2015 – novembro 2020.....	62
Quadro 25 - Formandos/as no concelho de Loures por sexo, 2015-2020 (v.a.).....	63

1. Enquadramento

O Plano Municipal para a Integração de Migrantes de Loures, financiado pela União Europeia através do Fundo para o Asilo, a Migração e a Integração (FAMI), constitui um instrumento da política municipal que vem prosseguir e reforçar o trabalho realizado nesta área no concelho. Pretende definir e materializar uma estratégia para a integração da população migrante que reside e/ou trabalha no concelho de Loures, contribuindo assim para a melhoria das condições de vida no concelho e para a promoção da sua coesão social.

A elaboração do plano toma em consideração os instrumentos de política pública que o enquadram a nível nacional, em particular o Plano Estratégico para as Migrações 2015-2020 e o Plano Nacional de Implementação do Pacto Global das Migrações. Desenvolve-se também em articulação com vários documentos e instrumentos estratégicos de âmbito municipal, nomeadamente o Diagnóstico Social do Concelho de Loures 2019, o Plano de Desenvolvimento Social e de Saúde do Concelho de Loures 2021-2025, o Plano Educativo Estratégico para o Município de Loures e a Estratégia Local de Habitação.

De acordo com as diretrizes do fundo que financia o plano, este dirige-se a pessoas nacionais de países terceiros (NPT), assumindo a necessidade de compreender as dinâmicas mais amplas dos processos migratórios e de envolver toda a população local para o sucesso pleno das medidas a implementar. Seguindo as orientações do Alto Comissariado para as Migrações, assenta na metodologia de planeamento participado e na estrutura comum para planos municipais para a integração de migrantes (ACM, 2015).

Por conseguinte, baseia-se num diagnóstico da situação das pessoas migrantes no concelho, realizado para este efeito entre novembro de 2020 e março de 2021. Os procedimentos metodológicos e os resultados do diagnóstico são descritos no Capítulo 2.

Uma vez concluído o diagnóstico, foram recolhidas propostas de ações e realizadas reuniões temáticas com entidades parceiras para discutir as medidas a inscrever no plano. Ocorridas em abril de 2021, estas reuniões tiveram por base um documento de trabalho circulado de antemão com uma síntese dos problemas identificados no diagnóstico e propostas de ações recolhidas até ao momento. Congregaram profissionais de diversas entidades e permitiram melhorar a formulação de estratégias, objetivos e medidas, bem como aferir recursos e modos de implementação.

Foi identificado um conjunto de áreas prioritárias de intervenção, por nestas persistirem obstáculos substanciais à integração de migrantes ou por apresentarem um grande potencial já concretizado para promover tal integração: serviços de acolhimento e integração, urbanismo e habitação, mercado de trabalho e empreendedorismo, capacitação e formação, educação e língua, cultura, saúde, cidadania e participação cívica, e racismo e discriminação. As restantes áreas, também evidentemente relevantes, são incorporadas e asseguradas no plano de forma transversal: solidariedade e resposta social, média e sensibilização da opinião pública, relações internacionais, religião e igualdade de género.

O Capítulo 3 apresenta a dimensão estratégica e a dimensão operacional do plano, detalhando todas as medidas com as respetivas metas, indicadores e entidades responsáveis. Inclui ainda o modelo de monitorização e avaliação, bem como os métodos de acompanhamento e governação, que constituem elementos fundamentais para a boa concretização do plano.

Quer na etapa de diagnóstico, quer na etapa de formulação das medidas, a construção do plano beneficiou do envolvimento ativo de diversos serviços e entidades públicas e privadas, que se empenharam em tornar este documento uma obra efetivamente conjunta. A listagem completa das entidades auscultadas é apresentada em Anexo. Todo este processo decorreu durante a pandemia de Covid-19, período de intensos desafios sanitários, sociais e económicos, pelo que merece ser sublinhada a generosidade com que tantas pessoas disponibilizaram o seu tempo e a sua energia.

2. Diagnóstico Local

Este diagnóstico visa caracterizar a população migrante no concelho de Loures, atentando a dimensões demográficas, sociais, económicas, educacionais e culturais, entre outras. Foi realizado com o objetivo de identificar os contributos da população migrante para o dinamismo do território em análise, bem como as necessidades e as lacunas de integração que existem, permitindo desse modo fundamentar as estratégias e ações que compõem o presente plano.

9

2.1. Notas metodológicas

As migrações constituem um fenómeno plural e complexo, em permanente transformação. O seu estudo confronta-se com diversos desafios teóricos e empíricos, pelo que é fundamental clarificar as decisões metodológicas tomadas para responder aos objetivos da pesquisa.

Por migração entende-se o movimento de um local para outro com vista a neste segundo residir ou trabalhar. No presente contexto, a análise recai sobre a migração internacional (ou seja, aquela que envolve atravessar fronteiras nacionais). A migração internacional abarca quer pessoas provenientes de outros países da União Europeia (UE), as quais têm o seu movimento facilitado do ponto de vista legal, quer pessoas provenientes de países que não pertencem à UE, por isso designadas nacionais de países terceiros (NPT). É a este último conjunto de migrantes que o diagnóstico presta especial atenção, comparando sempre que possível as suas circunstâncias com as da população autóctone e com as da população que migra dentro do espaço europeu.

Aparentemente simples, estes conceitos são difíceis de operacionalizar quando tentamos uma análise quantitativa. Embora se reconheça que a naturalidade de uma pessoa não coincide necessariamente com a sua nacionalidade, sendo a primeira mais determinante para o estudo das migrações, os dados estatísticos e administrativos disponíveis apenas permitem estimar a dimensão e as características da população migrante através da nacionalidade, assim tomando como sinónimos “pessoa estrangeira” e “pessoa migrante”. Tentámos contrabalançar esta limitação dos dados oficiais quando recorremos a outros métodos de recolha de dados, nomeadamente incluindo no questionário que aplicámos perguntas sobre a nacionalidade da pessoa inquirida, o seu país de nascimento e o país de nascimento do seu pai ou da sua mãe.

Para a elaboração do diagnóstico foram executadas as seguintes tarefas:

- Recolha e análise de documentos estratégicos de âmbito local e nacional.
- Recolha e análise de bibliografia relevante sobre o concelho, a população migrante residente e as dinâmicas locais de integração, incluindo livros, artigos científicos e teses de mestrado ou doutoramento.
- Recolha e tratamento de informação estatística de fontes oficiais, nomeadamente o Instituto Nacional de Estatística (INE) e o Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF).
- Solicitação de dados quantitativos específicos a várias entidades e serviços, incluindo a Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência (DGEEC), o serviço local do Instituto do Emprego e Formação Profissional (IEFP), as Juntas de Freguesia e o Gabinete de Apoio ao Migrante (GAM) de Loures, e análise da informação disponibilizada.
- Conceção de um formulário *online* dirigido a entidades no concelho que desenvolvem trabalho com migrantes, com vista a conhecer as suas características, serviços e projetos, bem como identificar algumas das suas necessidades e experiências relativamente à integração de migrantes. Foi preenchido por 27 entidades, incluindo associações, serviços públicos locais, juntas de freguesia e organizações de cariz religioso, entre os dias 26 de janeiro e 17 de fevereiro de 2021.
- Elaboração, aplicação e análise de um questionário dirigido à população NPT e à sociedade de acolhimento. Constituído por um total de 56 perguntas, o questionário foi preparado em língua portuguesa e em língua inglesa. A sua aplicação decorreu de 7 de janeiro a 31 de março de 2021. Devido às medidas de confinamento então em vigor para mitigar a pandemia de Covid-19, recorreu-se a um método misto de aplicação: *online* e presencial. Se a aplicação *online* permitiu alcançar um maior número de pessoas sem riscos ou constrangimentos de saúde pública, já a aplicação presencial, facilitada no mês de março com a redução progressiva das medidas de confinamento, garantiu a inclusão de pessoas sem acesso a equipamento informático, incluindo NPT em situações de maior isolamento.
- Realização de cinco grupos de discussão temáticos com atores-chave no concelho, com posterior sintetização e análise da informação recolhida. Estes grupos de discussão visaram identificar problemas e recursos nas diferentes áreas temáticas a abordar no plano, constituindo-se como um espaço privilegiado para a partilha de experiências e para a construção de entendimentos comuns. Participaram um total de 22 pessoas, incluindo

dirigentes e profissionais de entidades diversas como associações, juntas de freguesia, escolas e bibliotecas. Ocorreram entre os dias 2 e 19 de fevereiro de 2021.

- Realização e análise de quatro entrevistas a pessoas NPT, selecionadas em função do seu profundo conhecimento do território e das suas experiências como dirigentes de associações de migrantes no concelho. Estas entrevistas foram agendadas em março de 2021 e pretendiam complementar a informação recolhida através dos outros métodos, considerando também que as quatro pessoas entrevistadas não tinham conseguido participar em nenhum dos grupos de discussão.

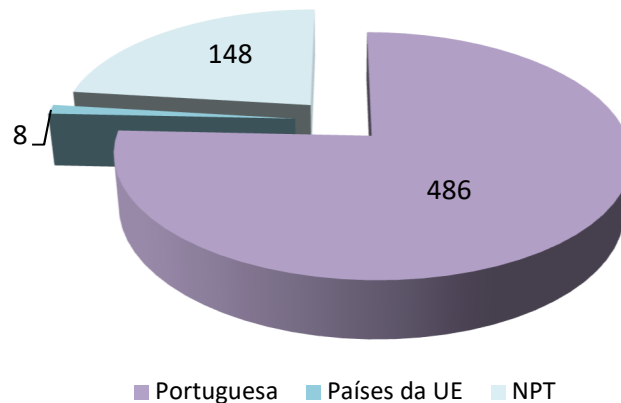
Importa realçar alguns aspetos relativamente ao questionário aplicado entre janeiro e março de 2021. Tendo em conta as fontes de informação que já se encontravam disponíveis, o questionário visou conhecer melhor as necessidades da população migrante no concelho de Loures e as perceções da sociedade de acolhimento, contribuindo para o diagnóstico no qual se apoia a elaboração do plano. Foi dirigido a pessoas nacionais e estrangeiras, maiores de 18 anos, que residissem e/ou trabalhassem no concelho de Loures. O preenchimento do questionário foi feito de forma livre e voluntária por parte das pessoas participantes, sendo as respostas totalmente anónimas. No total foram recolhidos 642 questionários, 533 destes através da versão *online* e 109 através da versão em papel.

Sendo uma participação voluntária, as respostas dependem da vontade e oportunidade de participar nesta iniciativa, o que neste caso conduziu a um maior número de mulheres. Do total de respostas, 70,2% (451) são de mulheres 28,7% (184) são de homens, havendo assim uma expressiva sobre-representação de respondentes do sexo feminino. Um total de 7 pessoas preferiu não indicar o sexo.

No que se refere à nacionalidade das pessoas participantes, 75,7% (486) são de nacionalidade portuguesa, 21,8% (140) são de nacionalidade estrangeira e 2,5% (16) são de dupla nacionalidade incluindo portuguesa. É possível aferir que, do total de pessoas estrangeiras (156), 94,9% corresponde a nacionais de países terceiros (148) e 5,1% a nacionais de países da UE (8 pessoas)¹.

¹ Dado que apenas 8 pessoas são oriundas de países da União Europeia, não será autonomizada a análise para este grupo em particular, uma vez que não se considera estatisticamente relevante.

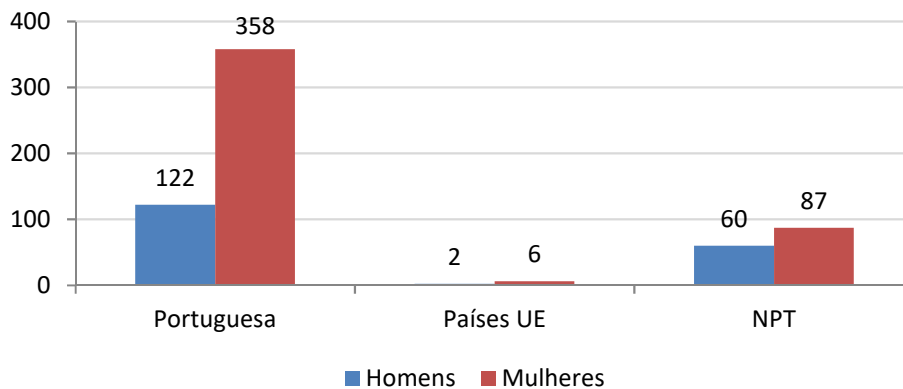
Gráfico 1 - Respostas aos questionários, por grupo de nacionalidades (v.a.)



Fonte: Questionário PMIM Loures 2020-2022.

Das nacionalidades de NPT destacam-se a guineense, angolana, são-tomense, brasileira e angolana. Quanto a nacionais de países da UE, surgem as nacionalidades espanhola, francesa e romena. Relativamente ao número de respostas de homens e de mulheres por nacionalidade, verifica-se que o número de mulheres é bastante superior ao dos homens quer em participantes portugueses/as, quer nos restantes grupos de nacionais estrangeiros/as.

Gráfico 2 - Respostas aos questionários, por sexo e grupo de nacionalidades (v.a.)

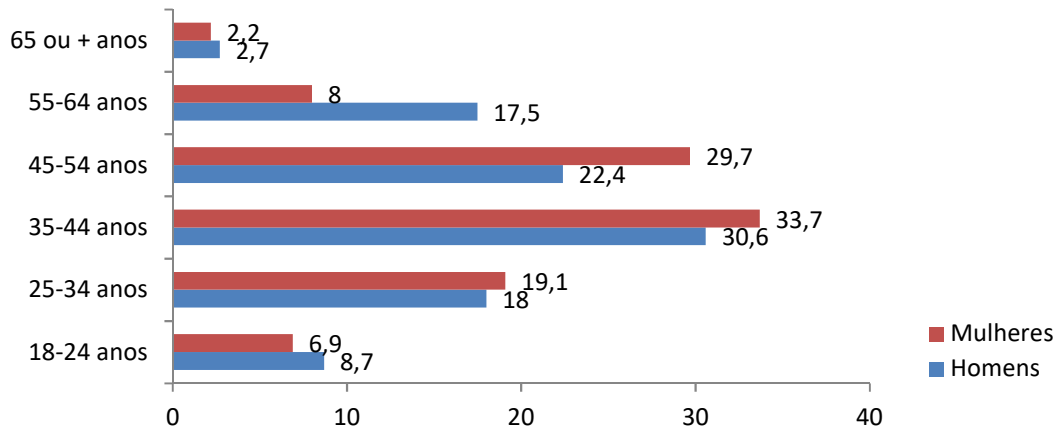


Fonte: Questionário PMIM Loures 2020-2022.

Em termos de grupos etários, a maior participação ocorreu por parte das pessoas mais jovens (entre os 25 e os 44 anos), sendo bastante inferior a participação de pessoas acima dos 65 anos. Em termos dos grupos etários de homens e de mulheres, os homens estão mais presentes nas faixas etárias mais jovens (até aos 24 anos) e nas faixas acima dos 55 anos. Em todo o caso, quer no que se refere aos

homens, quer às mulheres, as maiores percentagens de respostas foram obtidas por pessoas entre os 35 e os 44 anos, logo seguidas das pertencentes à faixa entre os 45 e os 54 anos.

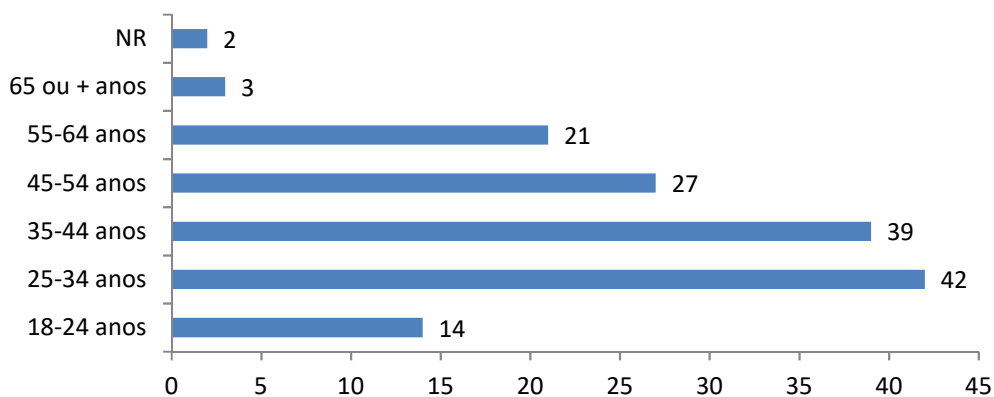
Gráfico 3 - Respostas aos questionários, por sexo e grupo etário dos/as participantes (%)



Fonte: Questionário PMIM Loures 2020-2022.

Tendo em conta apenas as pessoas NPT participantes, verifica-se que são, sobretudo, de faixas etárias mais novas, nomeadamente entre os 25 e os 44 anos (81 pessoas). De salientar, contudo, ainda que menos expressiva, a população acima dos 55 anos, dado que poderão ter outras visões e opiniões a dar para uma melhor inclusão das pessoas imigrantes no concelho de Loures.

Gráfico 4 - Respostas aos questionários por parte de NPT, por grupo etário dos/as participantes (v.a.)



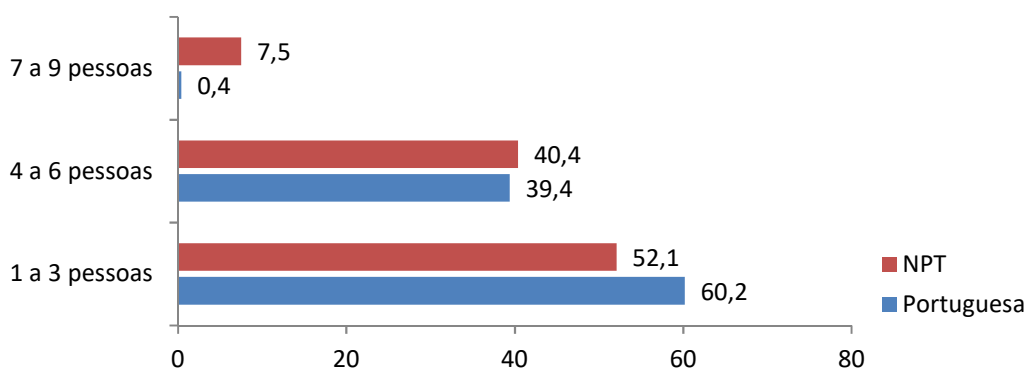
Fonte: Questionário PMIM Loures 2020-2022.

Os dados obtidos dão conta de que as pessoas participantes são, maioritariamente (56,1%), residentes no concelho de Loures mas sem exercer atividade profissional no concelho. Uma outra parte considerável (30,7%) trabalha e reside no concelho e 12,1% apenas trabalha, residindo noutro concelho que não Loures.

Quanto às freguesias de residência, aquelas que se destacam mais são Loures (22,6%), UF de Santa Iria de Azóia, São João da Talha e Bobadela (20,1%), UF de Santo António dos Cavaleiros e Frielas (18,7%) e UF de Sacavém e Prior Velho (12,2%). Menos representadas estão as freguesias de Fanhões e Lousa, com 1,1% cada. Atentando ao local de residência tendo por base a nacionalidade das pessoas residentes, verificam-se algumas particularidades. A população portuguesa é residente, sobretudo, nas freguesias de Loures (27,5%) e UF de Santa Iria de Azóia, São João da Talha e Bobadela (23,8%). As pessoas NPT residem em maior percentagem na UF de Camarate, Unhos e Apelação (29,7%) e UF de Sacavém e Prior Velho (26,2%). A freguesia de Santo António dos Cavaleiros e Frielas também é das mais referidas apresentando, no entanto, maior equilíbrio entre respondentes portugueses/as e NPT (18,4% e 19,3, respetivamente).

Um outro aspeto de caracterização das pessoas respondentes tem a ver com a composição e dimensão do agregado familiar. Em média, o número de pessoas nos agregados familiares das pessoas respondentes é de 3,27 pessoas. Existem agregados desde unipessoais até 9 pessoas. Tendo em conta esta dimensão de análise por nacionalidade da pessoa participante, verifica-se que quer participantes portugueses/as, quer NPT, residem maioritariamente em agregados até 3 pessoas, com 60,2% e 52%, respetivamente. As percentagens baixam em ambos os grupos de nacionalidades nos agregados com 4 a 6 pessoas, com percentagens bastante equilibradas, e ainda mais no caso dos agregados com 7 a 9 pessoas. Ainda assim, neste último caso, a percentagem de NPT é consideravelmente superior à dos/as nacionais.

Gráfico 5 - Respostas aos questionários, por dimensão do agregado familiar e grupo de nacionalidades (%)



Fonte: Questionário PMIM Loures 2020-2022.

Em termos da composição, e focando no número de crianças e de pessoas idosas, podemos verificar que nos agregados com crianças, em média, existem 1,68 crianças. No total são 362 (56,4%) o total

de participantes que referem ter crianças no seu agregado. Destes/as, 87% têm entre 1 a 2 crianças e 12,4% entre 3 e 4 crianças. Uma ínfima percentagem refere a presença de 5 crianças. A grande maioria de participantes nacionais (91,9%) e das pessoas NPT (72,6%) refere ter 1 a 2 crianças a residir no seu agregado. Já no que se refere à presença de 3 ou mais crianças, são as pessoas NPT que apresentam uma percentagem bastante mais elevada, atingindo os 27,4% face a 8,1% de nacionais portugueses.

No que se refere à presença de pessoas idosas, apenas 86 (13,4%) do total de participantes afirmaram terem pessoas com 65 ou mais anos a residir no seu agregado familiar. Neste caso, o número de pessoas idosas presentes varia entre 1 a 2, com uma média de 1,26 pessoas. Do total de participantes com pessoas idosas que fazem parte dos agregados, é entre a população nacional que se regista a maior percentagem. Foram 30,3% de participantes nacionais que afirmaram a presença de duas pessoas idosas na família, enquanto que no caso de NPT essa percentagem é de 10%. Destes dados é possível verificar uma maior presença de crianças e menor presença de pessoas mais velhas nos agregados familiares de NPT. Dado que a migração ocorre, sobretudo, entre pessoas mais jovens e em idade ativa, esse facto poderá também explicar a menor presença de pessoas idosas nos agregados familiares de NPT que responderam a este questionário.

Uma vez feita esta descrição da amostra, convocamos nas páginas seguintes todas as fontes de dados acima referidas – pesquisa documental, revisão de literatura, questionário, grupos de discussão e entrevistas – para apresentar um retrato da população migrante no concelho de Loures e a sua situação nas diferentes áreas temáticas.

2.2. Dinâmicas demográficas e imigratórias

O concelho de Loures está inserido no distrito de Lisboa, sendo atualmente composto de dez freguesias. Em termos de dimensões geográficas abarca uma área total de 168 km².

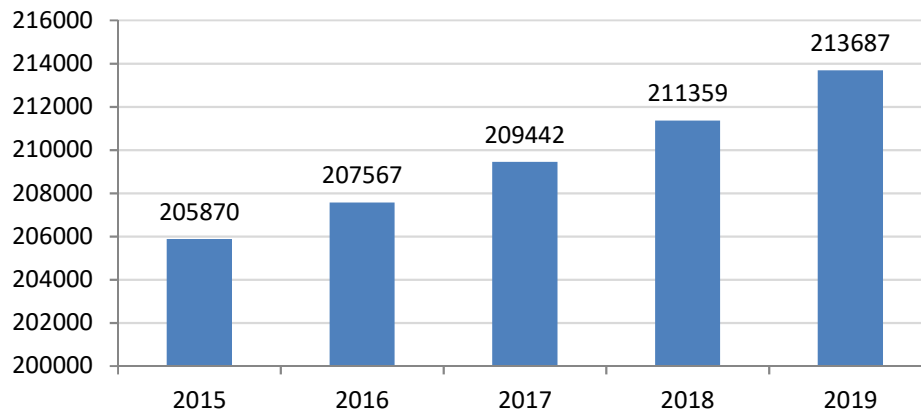
Quadro 1 - Freguesias do concelho de Loures

Bucelas	Moscavide e Portela
Camarate, Unhos e Apelação	Sacavém e Prior Velho
Fanhões	Santa Iria de Azóia, São João da Talha e Bobadela
Loures	Santo Antão e São Julião do Tojal
Lousa	Santo António dos Cavaleiros e Frielas

Em 2019, o concelho de Loures apresentava uma população de 213687 habitantes, tendo sido notório o crescimento populacional no concelho ao longo dos últimos anos. Em termos gerais, a

população no concelho registou um aumento de 3,8% entre 2015 e 2019. Em termos do número de homens e de mulheres, em 2019, apresentava um total de 100632 homens (47,1%) e 113055 mulheres (52,9%).

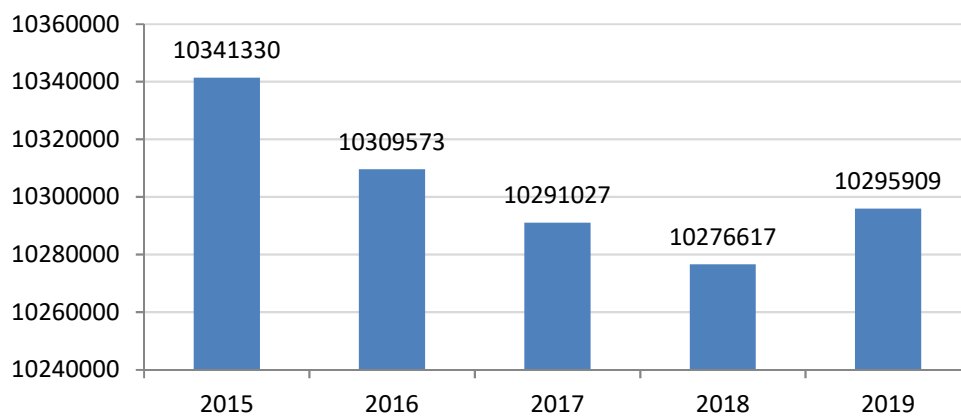
Gráfico 6 - População residente no concelho de Loures, 2015-2019 (v.a.)



Fonte: INE, Estimativas anuais da população residente.

Já o crescimento populacional em termos nacionais não segue a mesma tendência apresentando um decréscimo contínuo entre 2015 e 2018. O ano de 2019 surge como um ano de viragem uma vez que apresenta um acréscimo populacional face ao ano anterior, ainda que seja de apenas de 0,2%.

Gráfico 7 - População residente em Portugal, 2015-2019 (v.a.)



Fonte: INE, Estimativas anuais da população residente.

Em termos de taxa de crescimento natural, Portugal tem apresentado, ao longo dos últimos anos, valores negativos, valores esses que se têm vindo a agravar. Pelo contrário, o concelho de Loures apresenta taxas de crescimento positivas ao longo dos últimos nos, apresentando valores consideravelmente acima dos registados na Área Metropolitana de Lisboa (AML). Já a taxa de

crescimento migratório, ou seja, as pessoas que vêm residir para um determinado território por comparação às que saem, apresenta valores positivos em Portugal a partir de 2017, com um aumento significativo entre 2018 e 2019, invertendo assim a tendência do saldo migratório negativo que se observava em anos anteriores, recuperando os valores registando nos inícios dos anos 2000 (vd. Oliveira, 2020). Relativamente ao concelho de Loures, as taxas de crescimento migratório têm subido sucessivamente ao longo dos anos, o mesmo acontecendo no que concerne à AML, ainda que esta última apresente valores inferiores aos registados naquele concelho.

Gráfico 8- Taxa de crescimento natural em Portugal, AML e no concelho de Loures. 2015-2019 (%)

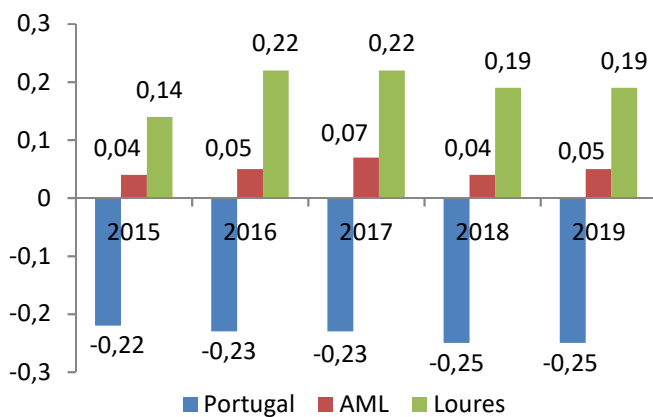
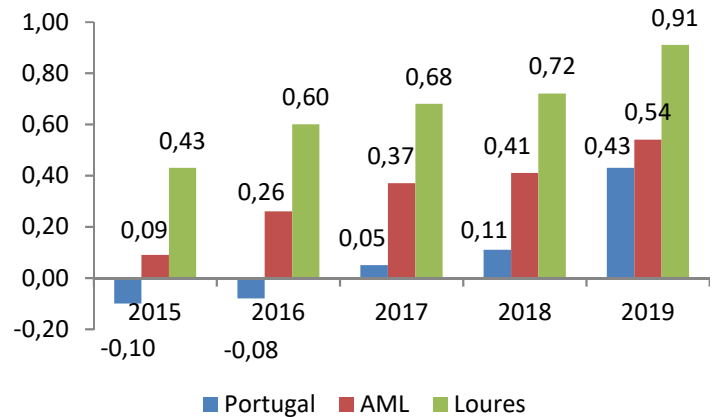


Gráfico 9 - Taxa de crescimento migratório em Portugal, AML e no concelho de Loures. 2015-2019 (%)



Fonte: INE, Indicadores demográficos.

Para este visível aumento das taxas de crescimento migratório contribui o número de novos estrangeiros residentes em Portugal, sobretudo a partir de 2016. Citando Oliveira (2020: 61-62), “em 2016 regista-se um aumento de +2,3% no número de estrangeiros face ao ano anterior, quando desde 2011 se observava um decréscimo da população estrangeira residente (de -8,9%); em 2017 verificou-se, pelo segundo ano consecutivo, um crescimento do número de estrangeiros residentes, com um aumento de +6% face a 2016, regressando o país a valores acima dos 400 mil residentes e próximo do observado no início desta década; em 2018, Portugal alcança o valor inédito no país de 480 mil estrangeiros residentes (quase meio milhão), ou seja, +13,9% de residentes face ao ano anterior; e, finalmente, em 2019, Portugal ultrapassa o meio milhão de estrangeiros residentes, culminando no valor novo de 590.348 estrangeiros residentes, +22,9% que no ano anterior e +35,1% face ao início da década.”

Tal como refere Peixoto et al. (cit in Oliveira, 2020: 85), “Portugal precisa de imigrantes e não pode perder tantos emigrantes. A existência de saldos migratórios positivos (mais entradas do que saídas)

é vital para a sustentabilidade do país”, embora os mesmos autores advertam que esta não deve ser considerada como a única estratégia para contrabalançar o envelhecimento demográfico.

A subida no número de pessoas estrangeiras residentes também se registou ao nível da AML e do concelho de Loures, ainda que os anos de 2016 e 2017 apresentem uma diminuição face ao ano anterior, nomeadamente no que diz respeito aos dados concelhios. A partir de 2018, o concelho de Loures segue a tendência registada a nível nacional e da AML e assiste-se a um aumento progressivo de população estrangeira residente, atingindo em 2019 perto de 20 mil pessoas.

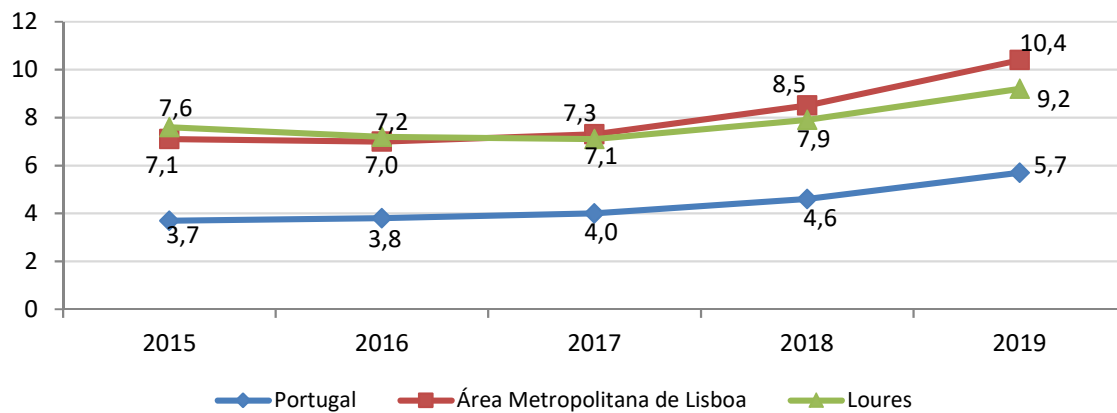
Quadro 2 - População estrangeira residente em Portugal, na AML e no concelho de Loures, 2015-2019

		2015	2016	2017	2018	2019
Total nacional	Nº	388 731	397 731	421 711	480 300	590 348
	Taxa variação %	-	2,3	6,0	13,9	22,9
AML	Nº	200 302	199 108	207 763	242 155	298 947
	Taxa variação %	-	-0,6	4,3	16,6	23,5
Loures	Nº	15 500	14 901	14 837	16 605	19 649
	Taxa variação %	-	-3,9	-0,4	11,9	18,3

Fonte: Cálculos próprios com base em dados do SEF, estatísticas. <http://sefstat.sef.pt/>

Em termos percentuais, o peso da população estrangeira no total da população residente em Portugal tem mantido uma tendência de crescimento no período de anos em análise, sendo esse aumento mais expressivo em 2019, ano em que a população estrangeira residente representava 5,7% do total de pessoas residentes no país. Contudo, este aumento ainda assim é inferior ao registado na AML e no concelho de Loures. Também estas duas regiões têm assistido a um aumento da percentagem de população estrangeira no total da população residente. Contudo, desde 2016 a AML tem apresentado valores ligeiramente superiores aos do concelho de Loures.

Gráfico 10 - Percentagem da população estrangeira com estatuto legal de residente no total da população residente em Portugal, na AML e no concelho de Loures – 2015-2019 (%)



Fonte: PORDATA, com base em dados de INE | SEF/MAI - População Estrangeira com Estatuto Legal de Residente; INE - Estimativas Anuais da População Residente.

Constata-se a nível nacional uma “*tendência de sobre representação da população estrangeira residente em zonas urbanas, especialmente em áreas metropolitanas – onde os imigrantes percecionam mais oportunidades de emprego e mais rápida inserção no mercado de trabalho e por isso onde se consolidam redes sociais de interajuda mais fortes –*, [que] *acompanha o verificado na maioria dos países da OCDE*” (in Oliveira, 2020 cit OCDE, 2016: 106). O concelho de Loures concentrava, em 2019, 3,3% da população estrangeira residente em Portugal.

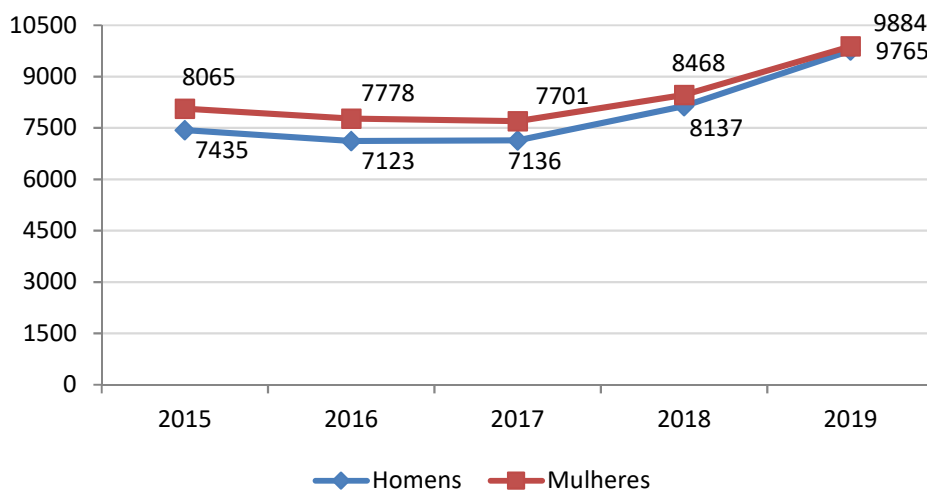
Quadro 3 - População estrangeira residente em Portugal nos dez municípios com maior número de estrangeiros residentes, em 2019

Municípios	Número de estrangeiros 2019	% face ao total de estrangeiros residentes em Portugal 2019
Lisboa	98 841	16,7
Sintra	37 840	6,4
Cascais	30 328	5,1
Amadora	21 456	3,6
Loures	19 649	3,3
Odivelas	17 696	3,0
Loulé	17 452	3,0
Albufeira	14 813	2,5
Porto	14 558	2,5
Almada	13 303	2,3

Fonte: Adaptado de Oliveira (2020) OLIVEIRA.

No que se refere ao género, verifica-se no concelho de Loures a existência de um maior número de mulheres estrangeiras por comparação ao de homens, nos anos em análise. Esta é também a tendência a nível nacional, ainda que em Portugal o número de homens residentes estrangeiros tenha já em 2019 ultrapassado o número de mulheres. No concelho de Loures, é também a partir de 2018 que se denota menor diferença entre homens e mulheres, atingindo em 2019 o valor de apenas mais 119 mulheres por comparação ao número de homens.

Gráfico 11 - População estrangeira com estatuto legal de residente em Loures, por sexo, 2015-2019 (v.a.)



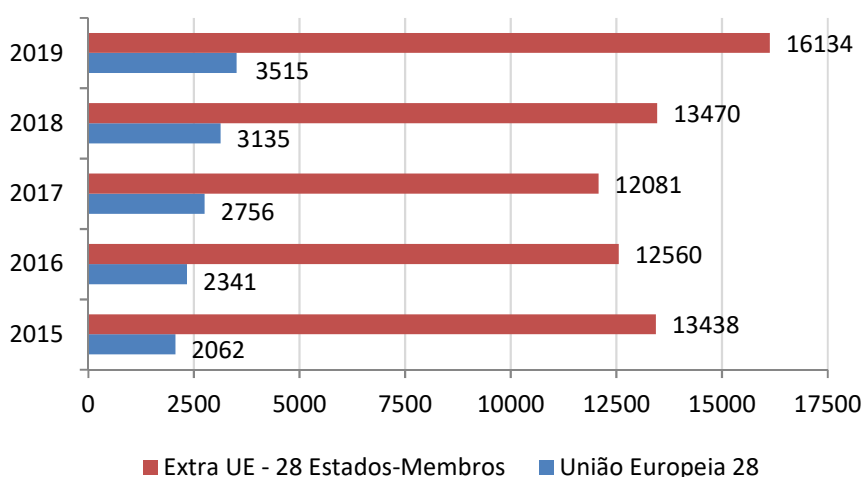
Fonte: Cálculos próprios com base em dados do SEF, estatísticas. <http://sefstat.sef.pt/>

Embora não tenhamos informação quantitativa para aferir com rigor quando se deu o processo migratório destas pessoas, sabemos que o concelho de Loures conhece fluxos migratórios há várias décadas. Num estudo realizado em 2001 por solicitação do então Gabinete de Assuntos Religiosos e Sociais Específicos da Câmara Municipal de Loures, Vicente e Cordeiro (2002) concluíram que o concelho registava já um número elevado de imigrantes, com uma considerável diversidade de origens, apesar da predominância dos países africanos de língua oficial portuguesa (PALOP). O estudo identificava quatro fatores de fixação – a proximidade de Lisboa, as ofertas de trabalho, a habitação relativamente barata (incluindo autoconstrução) e as redes de suporte de parentes e conterrâneos -, bem como a grande concentração territorial em núcleos como a Quinta da Serra, a Quinta do Mocho e a Quinta da Vitória, consequência e causa de dinâmicas de segregação. Segundo a análise dos dados então obtidos, a principal barreira que se colocava à integração de migrantes, independentemente da sua origem, condição social, idade, língua ou religião, era a situação jurídica irregular: a dificuldade de obter uma autorização de residência ou a perda já depois de a obter por incapacidade de apresentar os requisitos exigidos à sua renovação.

2.3. Países de origem da imigração

A população residente no concelho de Loures é constituída maioritariamente por pessoas NPT, ainda que se verifiquem flutuações consideráveis nos últimos anos – em particular, a redução de NPT entre 2015 e 2017, seguida de um aumento acelerado; e o aumento paulatino de nacionais da UE ao longo do mesmo período.

Gráfico 12 - Evolução da população estrangeira residente com estatuto legal, total de NPT e nacionais da UE, concelho de Loures, 2015 - 2019 (v.a)



Fonte: INE, População estrangeira com estatuto legal de residente.

No que se refere aos países de origem, destacam-se Brasil, Cabo Verde, São Tomé e Príncipe, Angola e Guiné-Bissau. O primeiro país europeu da UE a surgir com mais população estrangeira residente é a Roménia. Há a referir, contudo, que o concelho de Loures apresenta uma grande diversidade de países de origem, perfazendo 125 no total.

Quadro 4 - População estrangeira residente segundo as nacionalidade mais representativas, no concelho de Loures – 2019

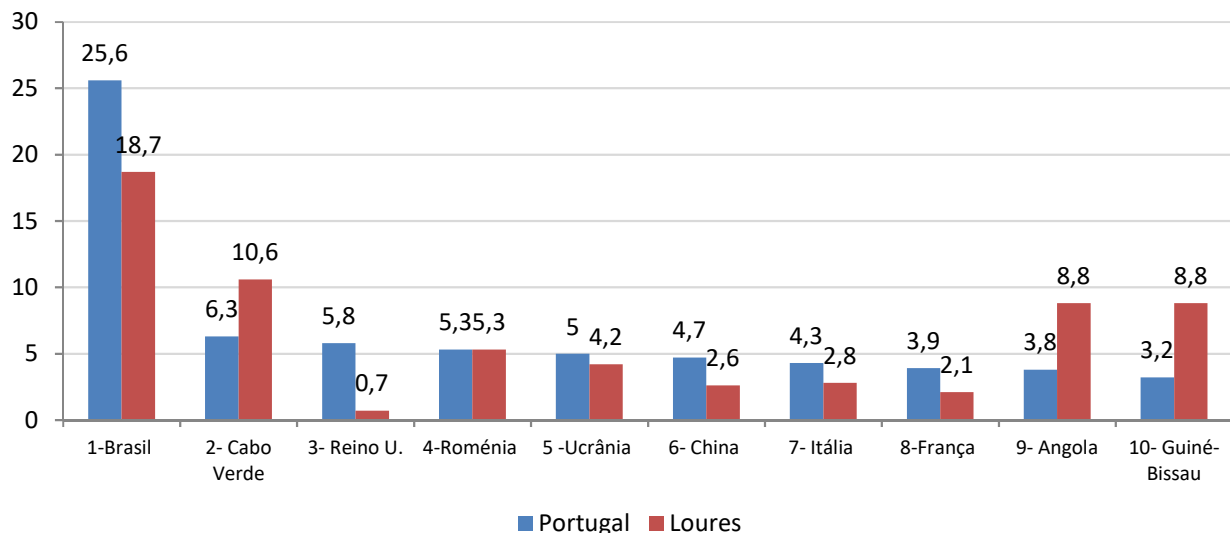
Nacionalidades - Total de população estrangeira	N	%	Nacionalidades - Total de população nacional de países terceiros	N
Brasil	3669	18,7	Brasil	3669
Cabo Verde	2076	10,6	Cabo Verde	2076
São Tomé e Príncipe	2043	10,4	São Tomé e Príncipe	2043
Angola	1735	8,8	Angola	1735
Guiné Bissau	1722	8,8	Guiné Bissau	1722
Roménia	1046	5,3	Índia	993
Índia	993	5,1	Ucrânia	825
Ucrânia	825	4,2	China	512
Itália	541	2,8	Nepal	393
China	512	2,6	Paquistão	317

Espanha	441	2,2	Moçambique	218
França	422	2,1	Bangladesh	183
Nepal	393	2,0	Moldávia	152
Paquistão	317	1,6	Reino Unido	129
Alemanha	280	1,4		
Bulgária	251	1,3		
Moçambique	218	1,1		
Bangladesh	183	0,9		
Moldávia	152	0,8		
Reino Unido	129	0,7		
Holanda	120	0,6		
Total	19 649	100		

Fonte: SEF, estatísticas. <http://sefstat.sef.pt/> e cálculos próprios.

Justapondo estes números à realidade nacional, verifica-se que quer em Portugal, quer no concelho de Loures, o Brasil é o país de origem do maior número de pessoas estrangeiras residentes, representando 25,6% no total nacional e 18,7% no concelho de Loures. Em termos de diferenças, o destaque vai para a população oriunda de PALOP, nomeadamente Cabo Verde, Angola e Guiné-Bissau, cuja proporção é particularmente elevada no concelho de Loures por comparação ao território nacional no seu todo.

Gráfico 13 - 10 principais nacionalidades residentes em Portugal por comparação ao concelho de Loures, 2019 (%)



Fonte: Oliveira (2020) e cálculos próprios a partir de dados do SEF, estatísticas: <http://sefstat.sef.pt/>

Se tivermos em conta o período entre 2015 e 2019 é possível verificar oscilações no número de pessoas estrangeiras residentes no concelho de Loures, com um conjunto de países a apresentar aumentos bastante significativos. De referir que são poucas as nacionalidades que apresentam

diminuição do número de pessoas residentes – Moldávia (-41,8%), Bulgária (-15,8%), Cabo Verde (-13,9%), Roménia (-8,3%) e Ucrânia (-7,2%). Em termos de aumentos, os registos mais expressivos são de países da UE – Itália (+494,5%), França (+408,4%), Alemanha (+311,8%) – e asiáticos – Nepal (+431,1%) e Bangladesh (+381,6%).

Quadro 5 - Nacionalidades mais representativas em 2019 no concelho de Loures e taxa de variação face a 2015

	Total de residentes 2019	Total de residentes 2015	Taxa de variação 2015-2019 (%)
Brasil	3669	2404	+52,6
Cabo Verde	2076	2410	-13,9
São Tomé e Príncipe	2043	1910	+7,0
Angola	1735	1461	+18,8
Guiné Bissau	1722	1719	+0,2
Roménia	1046	1141	-8,3
Índia	993	572	+73,6
Ucrânia	825	889	-7,2
Itália	541	91	+494,5
China	512	394	+29,9
Espanha	441	142	+210,6
França	422	83	+408,4
Nepal	393	74	+431,1
Paquistão	317	179	+77,1
Alemanha	280	68	+311,8
Bulgária	251	298	-15,8
Moçambique	218	186	+17,2
Bangladesh	183	38	+381,6
Moldávia	152	261	-41,8
Reino Unido	129	61	+111,5
Holanda	120	65	+84,6

Fonte: SEF, estatísticas. <http://sefstat.sef.pt/> e cálculos próprios

Também a nível nacional se denotam, ao longo dos últimos anos, aumentos no número de migrantes com origem em países da UE, nomeadamente França e Itália, associados a vantagens fiscais e a um perfil de imigração distinto do tradicional (Oliveira, cit in SEF, 2018: 12; OCDE, 2018: 274).

Relativamente ao sexo, verifica-se no concelho de Loures um maior peso da população feminina em algumas nacionalidades, como a brasileira, a angolana, a ucraniana, a cabo-verdiana e a chinesa. Por contraste, entre os residentes de nacionalidade italiana, britânica, francesa, romena e guineense, a

proporção de homens é superior. Também em termos nacionais, a nacionalidade brasileira continua a ser aquela que mostra maior peso relativo do sexo feminino, atingindo 56,9%, em 2019.

Quadro 6 - Peso relativo das principais nacionalidades residentes em Portugal, em comparação com o concelho de Loures, por sexo - 2019 (%)

	Portugal		Loures	
	H	M	H	M
Brasil	43,1	56,9	41,8	58,2
Angola	44,5	55,5	44,6	55,4
Ucrânia	45,8	54,2	46,9	53,1
Cabo Verde	46,6	53,4	48,3	51,7
China	50,0	50,0	49,0	51,0
Guiné-Bissau	53,3	46,7	52,1	47,9
França	53,3	46,7	55,0	45,0
Reino Unido	54,0	46,0	58,9	41,1
Roménia	54,3	45,7	52,6	47,4
Itália	58,6	41,4	63,8	36,2

Fonte: Adaptado de Oliveira (2020); cálculos próprios com base em SEF, estatísticas: <http://sefstat.sef.pt/>

Tal como acontece a nível nacional, o Brasil é o país de origem do maior número de pessoas estrangeiras a residir no concelho de Loures. Neste concelho, as mulheres oriundas de alguns países terceiros apresentam-se em maior número por comparação aos homens. Este facto é particularmente visível no que se refere às mulheres brasileiras (+603) e santomenses (+239). Já os homens nacionais de países asiáticos como a Índia (+249) e o Paquistão (+129) estão em superioridade numérica face às mulheres. A China, Bulgária e Moçambique são os países onde se regista maior equilíbrio entre homens e mulheres residentes no concelho de Loures.

Quadro 7 - População estrangeira residente segundo as nacionalidades mais representativas, no concelho de Loures, por sexo - 2019

	Total	H	M	Diferencial H-M
Brasil	3669	1533	2136	-603
Cabo Verde	2076	1002	1074	-72
São Tomé e Príncipe	2043	902	1141	-239
Angola	1735	774	961	-187
Guiné Bissau	1722	898	824	74
Roménia	1046	550	496	54
Índia	993	621	372	249
Ucrânia	825	387	438	-51
Itália	541	345	196	149

China	512	251	261	-10
Espanha	441	246	195	51
França	422	232	190	42
Nepal	393	236	157	79
Paquistão	317	223	94	129
Alemanha	280	172	108	64
Bulgária	251	131	120	11
Moçambique	218	104	114	-10
Bangladesh	183	132	51	81
Moldávia	152	63	89	-26
Reino Unido	129	76	53	23
Holanda	120	67	53	14

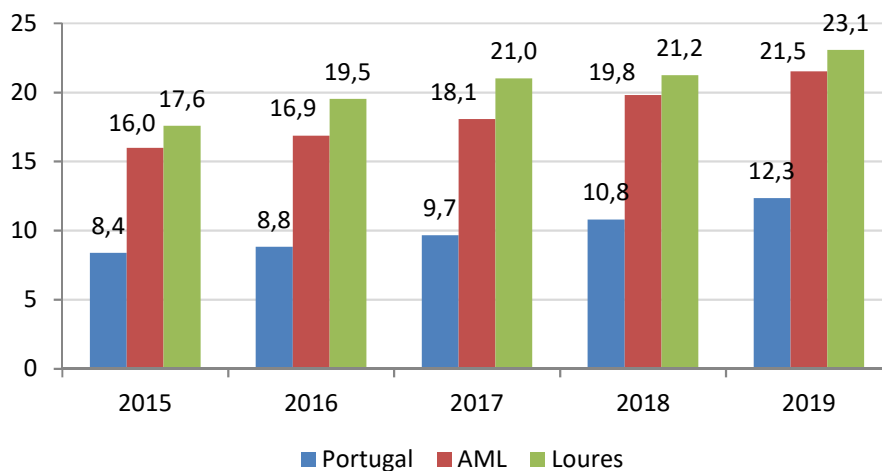
Fonte: SEF, estatísticas: <http://sefstat.sef.pt/> e cálculos próprios.

2.4. Imigração e estrutura etária da população

Um dos principais aspetos que resultam da entrada de população estrangeira em Portugal é o impacto ao nível da estrutura etária da população, nomeadamente ao nível da população mais jovem e em idade ativa. De facto, a população estrangeira concentra-se entre os 20 e os 49 anos de idade: esta faixa etária representava 59,9% da população estrangeira residente em Portugal em 2019 (face a 37,1% na população portuguesa); já a faixa etária de 65 anos ou mais representava apenas 9,8% na população estrangeira residente, face a 22,4% na população portuguesa (Oliveira, 2010).

Não surpreende assim que o peso relativo dos nascimentos de mães de nacionalidade estrangeira seja bastante superior aos ocorridos entre mães portuguesas. Os dados relativos ao concelho de Loures dão conta de um aumento gradual do peso relativo dos nascimentos de mães estrangeiras no total de nascimentos. Este aumento é também visível a nível nacional e na AML, ainda que os valores nacionais se apresentem bastante distantes dos registados nas restantes duas áreas geográficas referidas: em 2019, 12 em cada 100 nados-vivos, em Portugal, foram de mães estrangeiras. Esse valor foi de 23 no concelho de Loures e de 22 no que se refere à AML.

Gráfico 14 - Peso relativo dos nados-vivos de mãe com nacionalidade estrangeira, 2015-2019 (%)



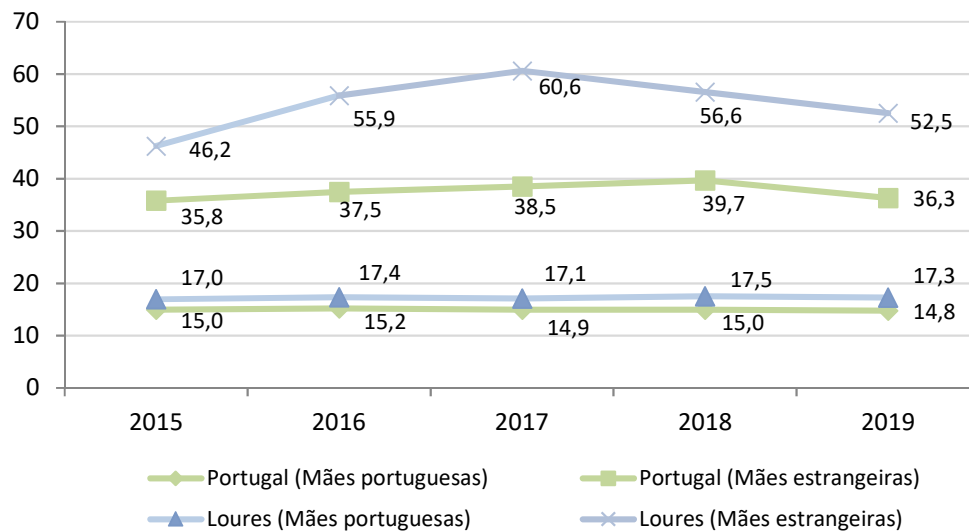
Fonte: Cálculos próprios com base em dados do INE, Nados-vivos.

Denote-se também que a importância relativa de nados-vivos de mães estrangeiras é significativa para a demografia portuguesa, sendo este peso particularmente elevado quando comparado com a importância relativa da população estrangeira no total da população residente. Em 2019, a população estrangeira representava apenas 9,2% do total da população residente no concelho de Loures, enquanto os nascimentos de mães estrangeiras representavam, nesse mesmo ano, 23%. No caso de Portugal, estes valores eram de 5,7% e 12,3%, respetivamente.

Tendo em conta os dados acima apresentados, naturalmente a taxa bruta de natalidade vai refletir a percentagem de nascimentos. De facto, quer no que se refere a Portugal, quer no que se refere ao concelho de Loures, são visíveis diferenças significativas entre as taxas brutas de natalidade relativas a mulheres portuguesas e a mulheres estrangeiras, apresentando estas últimas valores mais elevados, *“confirmando-se a maior fecundidade das estrangeiras por comparação às nacionais e, assim, os seus efeitos positivos para o reforço do grupo etário mais jovem da pirâmide demográfica”* (Oliveira, 2020: 69). Em 2019, no concelho de Loures, por cada 1000 mulheres verifica-se mais do triplo da prevalência de nascimentos nas mulheres estrangeiras por comparação com as mulheres portuguesas: 52,5 nados-vivos por cada 1000 mulheres estrangeiras por comparação a 17,3 nados-vivos por cada 1000 mulheres portuguesas.

Comparativamente, Portugal e o concelho de Loures apresentam taxas brutas de natalidade de mães portuguesas muito próximas entre si, ainda que este concelho apresente valores ligeiramente superiores. Ainda assim, e apesar de elevadas, a taxa bruta de natalidade de mães estrangeiras tem vindo a descer no concelho de Loures desde 2017, mantendo-se, contudo, acima dos valores registados para Portugal.

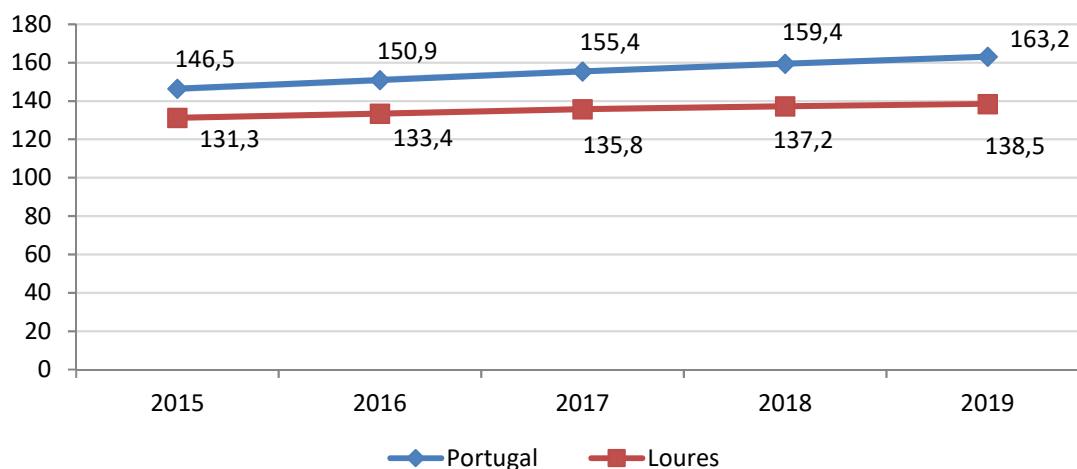
Gráfico 15 - Taxa bruta de natalidade*, por nacionalidade, em Portugal e no concelho de Loures, 2015 - 2019 (%o)



Fonte: Cálculos próprios com base em dados do INE, Nados-vivos e Estimativas anuais da população residente. * Número de nados-vivos por cada 1000 mulheres residentes.

Como sintetizado por Oliveira (2020: 80), *“as alterações na composição etária da população residente em Portugal, em consequência da descida da natalidade, do aumento da esperança média de vida e do aumento da emigração (especialmente entre 2011 e 2014), nomeadamente com saídas de população em idade fértil e ativa, têm contribuído não apenas para o efetivo decréscimo da população do país, como também para o agravamento do envelhecimento demográfico português.”* Comparando os valores nacionais com os do concelho de Loures referentes ao índice de envelhecimento, verifica-se que, apesar do agravamento, os valores nacionais têm vindo a distanciar-se. Em 2019, por cada 100 jovens em Portugal existiam 163 idosos, quando em 2015 esse valor era de 147 idosos. O concelho de Loures apresenta um aumento menos acentuado, perfazendo 139 idosos por cada 100 jovens em 2019.

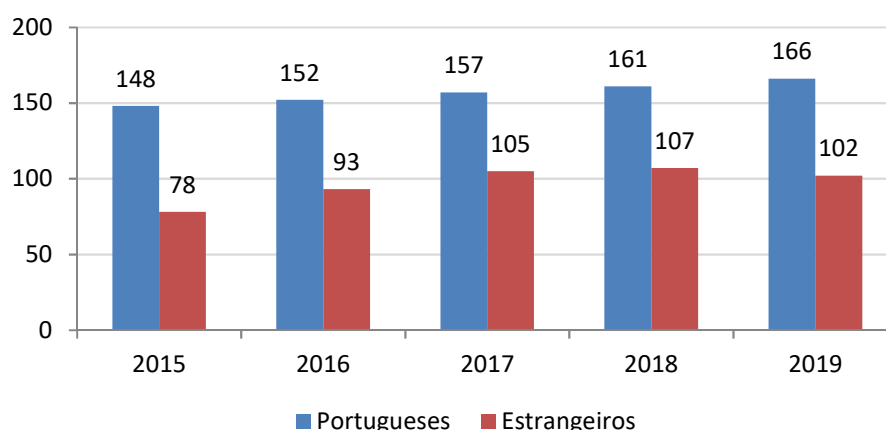
Gráfico 16 - Índice de envelhecimento* em Portugal e no concelho de Loures, 2015-2019



Fonte: INE, Estimativas anuais da população residente. *Número de idosos, com 65 e mais anos, por cada 100 jovens com menos de 15 anos.

Apesar de não haver dados disponíveis para o concelho de Loures, se atentarmos aos valores do índice de envelhecimento da população portuguesa e da população estrangeira residentes em Portugal são visíveis diferenças significativas. À semelhança do que se regista para a população em geral, quer a população portuguesa quer a estrangeira assistem a um aumento gradual dos índices de envelhecimento. No entanto, enquanto na população portuguesa já foi ultrapassado há muito a fasquia dos 100 idosos por cada 100 jovens, isso acontece apenas em 2017 no que se refere à população estrangeira.

Gráfico 17 - Índice de envelhecimento para população portuguesa e estrangeira em Portugal, 2015-2019



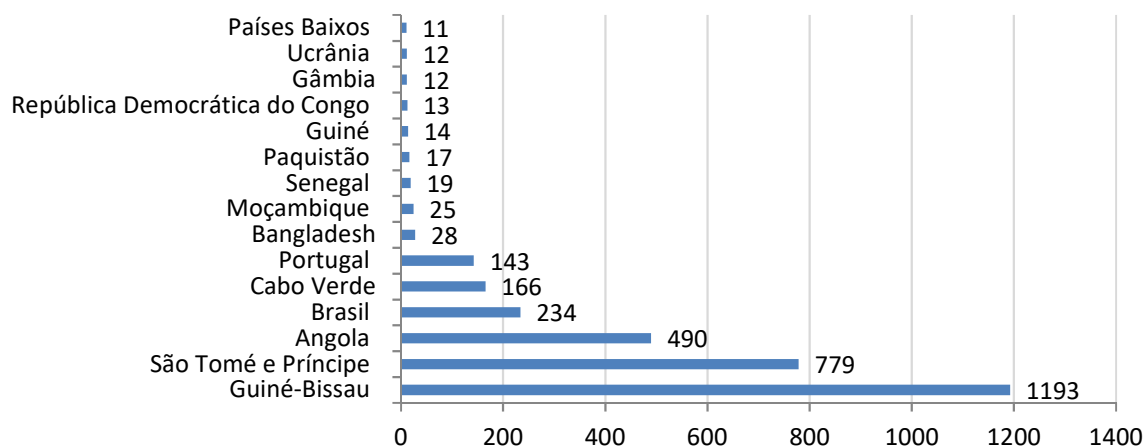
Fonte: INE, Estimativas anuais da população residente e cálculos próprios.

2.5. Serviços de acolhimento e integração

O Gabinete de Apoio ao Migrante (GAM), no concelho de Loures, tem como principal objetivo dar resposta e apoio à população migrante do concelho, em estreita colaboração com o Alto Comissariado para as Migrações, em diversas áreas como sejam regularização, nacionalidade, reagrupamento familiar, acesso à saúde e à educação, entre outros. O diagnóstico permitiu identificar a regularização como motivo gerador de grandes dificuldades e preocupações para muitas pessoas NPT: quer os grupos de discussão, quer as entrevistas, quer ainda os números do GAM – abaixo detalhados – apontam para os obstáculos que o processo de regularização no SEF, porque moroso e complexo, causa às experiências de migrantes nas diversas áreas da vida. Este problema reveste-se de especial gravidade tendo em conta que a própria autarquia, bem como profissionais de outras entidades no terreno, reportam a dificuldade ou mesmo impossibilidade de comunicação com o SEF, enquanto a morosidade do processo alimenta negócios paralelos envolvendo nomeadamente pessoas que pretendem ajudar ou representar migrantes a troco de pagamento, aproveitando-se da sua vulnerabilidade legal. Foi afirmada por representantes da Câmara Municipal, das Juntas de Freguesia e de várias associações locais a premência de existir um canal direto de comunicação com o SEF para evitar situações que prejudicam o exercício dos direitos e deveres de todas as partes.

Em 2020, o GAM efetuou 6768 atendimentos a um número total de 3208 pessoas. A grande maioria das pessoas atendidas é natural dos PALOP: Guiné-Bissau (1193), São Tomé e Príncipe (779) e Angola (234). Seguem-se o Brasil (234), Cabo Verde (166) e pessoas de nacionalidade portuguesa (143).

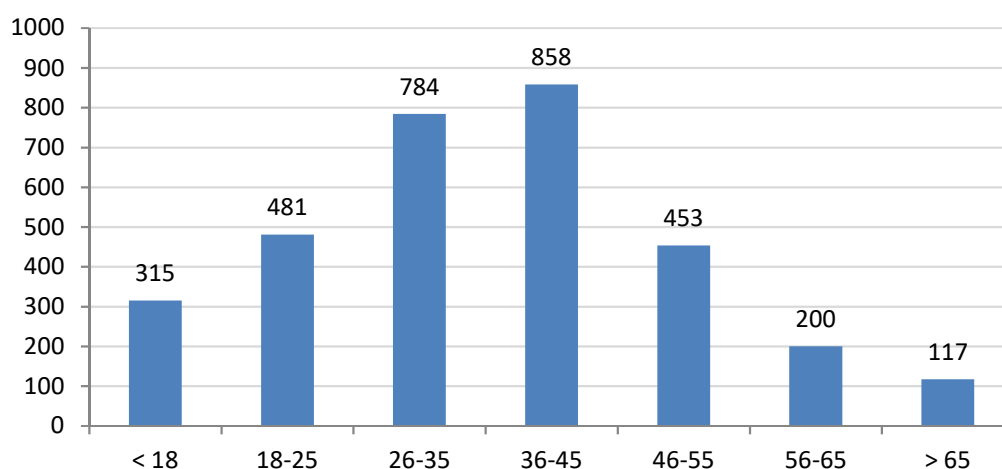
Gráfico 18 - Atendimentos realizados pelo GAM de Loures, segundo a nacionalidade dos/as utentes, 2020 (v.a.)



Fonte: Gabinete de Apoio ao Migrante de Loures.

As idades das pessoas atendidas são bastante variadas, existindo desde pessoas menores de idade a pessoas acima dos 65 anos. Em termos numéricos, à medida que a idade dos/as utentes avança, maior o número de atendimentos, nomeadamente até aos 45 anos, sendo a faixa entre os 36 e os 45 anos aquela que apresenta maior número de utentes (858), logo seguida da faixa entre os 26 e os 35 anos (784). A partir dessa idade o número de atendimentos decresce substancialmente mas, ainda assim, de notar a presença de 117 pessoas idosas.

Gráfico 19 - Atendimentos realizados no GAM de Loures, segundo o grupo etário dos/as utentes, 2020 (v.a.)

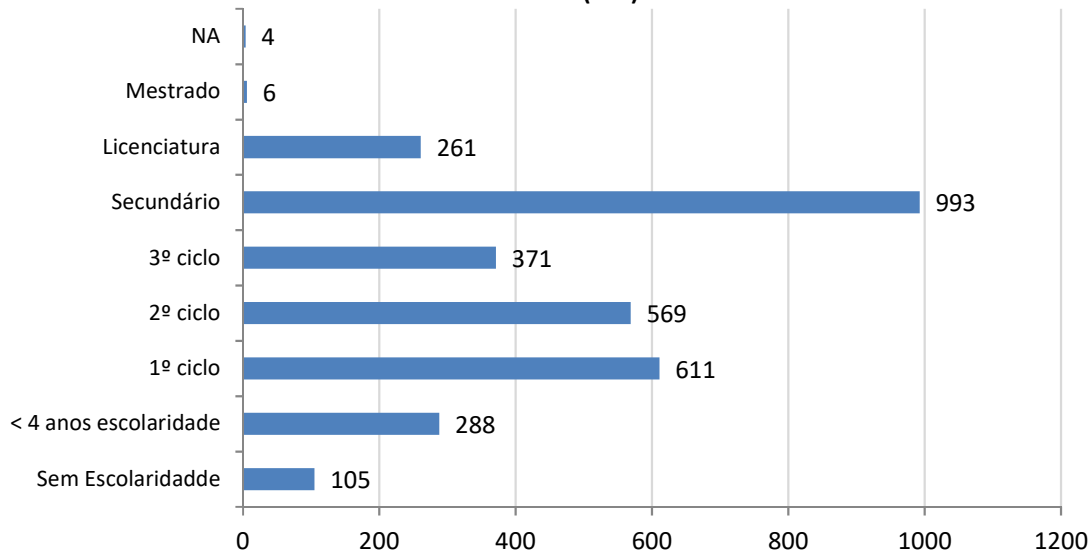


Fonte: Gabinete de Apoio ao Migrante de Loures.

A maioria das pessoas (1839, o que corresponde a 57,3% das pessoas) tinha baixas qualificações académicas, ou seja, tinha no máximo o 3º ciclo do ensino básico. Destas, cerca de um terço não foi além do 1º ciclo (33,2%). O 2º ciclo era a escolaridade de 31% e o 3º ciclo a de 14,7% dos/as utentes. De notar ainda que 288 (9%) pessoas tinham menos do que o 4º ano de escolaridade.

Ainda assim, 993 (31% das pessoas) tinha o ensino secundário e 267 (8,3%) apresentavam o ensino superior. Um total de 105 (3,2%) não possuía qualquer nível de escolaridade.

Gráfico 20 - Atendimentos realizados no GAM de Loures, segundo as habilitações literárias dos/as utentes, 2020 (v.a.)



Fonte: Gabinete de Apoio ao Migrante de Loures.

Os motivos que levaram as pessoas a recorrer ao apoio do GAM em 2020 estavam, na grande maioria dos casos, relacionados com o processo de regularização, ou seja, com a permanência em território nacional, num total de 2300 atendimentos. Com alguma expressão ao nível dos atendimentos surgiram também questões relacionadas com o reagrupamento familiar, atendimento social, nacionalidade e trabalho.

Quadro 8 - Atendimentos realizados no GAM de Loures, segundo os assuntos gerais abordados pelos/as utentes, 2020

Permanência em Território Nacional	2300
Reagrupamento Familiar	276
Atendimento Social	252
Nacionalidade	148
Trabalho	101
Cidadãos da UE	97
Segurança Social	71
Outros	68
Habitação	36
Finanças	35
Entrada em Território Nacional	32
Saúde	30
Educação	20
Proteção Internacional	19
Retorno Voluntário	1
TOTAL	3486

Fonte: Gabinete de Apoio ao Migrante de Loures.

Especificando os assuntos que motivaram a procura de apoio por parte da população estrangeira junto do GAM, destacam-se os artigos de lei excepcionais e/ou facilitadores da regularização de migrantes. Estes incluem nomeadamente situações relacionadas com as questões da regularização, como sejam a dispensa de visto de residência face ao desempenho de atividade profissional subordinada, a renovação da autorização de residência, apoio social (apoio na elaboração de cartas para fins diversos, CV, encaminhamentos para instituições de carácter social, etc) e marcações no SEF.

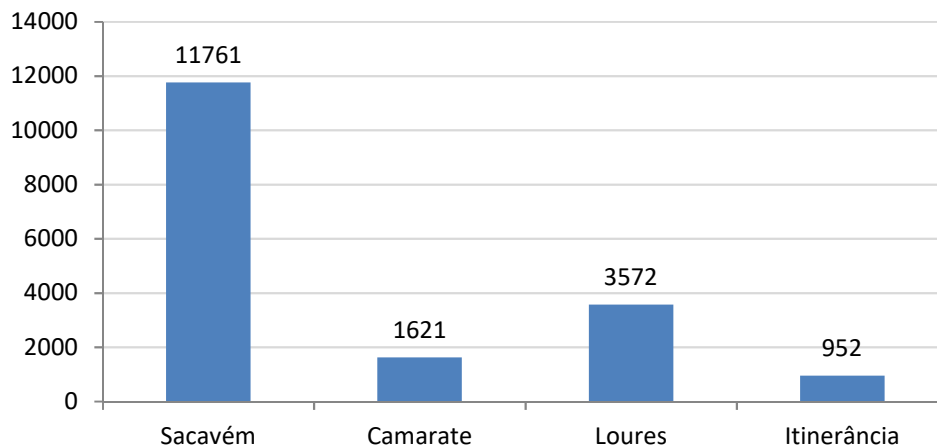
Quadro 9 - Atendimentos realizados no GAM de Loures, segundo os assuntos específicos abordados pelos/as utentes, 2020* (v.a.)

AR - Atividade profissional subordinada com dispensa de visto de residência - art.º 88º n.º 2	289
Renovação de AR - art.º 78º	165
Apoio social	99
AR - Situações Especiais - art.º 122º	96
Marcações SEF	86
Prorrogação de visto - art.º 71º a art.º 73º	77
Aquisição	57
Reagrupamento familiar dentro do TN - art.º 98 n.º 2	57
Reagrupamento familiar fora do TN - art.º 98 n.º 1	57
AR - Atividade profissional subordinada com visto de residência - art.º 88º n.º 1	55
Elaboração de CV e cartas de apresentação	42
Cartão de residência - art.º 15	35
Junção de documentos	33
AR - Atividade profissional independente com dispensa visto de residência - art.º 89º n.º 2	23
Habituação social	22
Outros	22
AR - Ensino secundário com dispensa de visto de residência - art.º 92º n.º 3	18
Direitos e deveres laborais	17
NISS	12
Outras AR para trabalho	11
Encaminhamento	10

Fonte: Unidade de Igualdade e Cidadania (UIC) *Os dados de 2020 são de 1 de janeiro a 15 de março. Apenas foram incluídos os assuntos específicos com 10 ou mais atendimentos.

Considerando todos os atendimentos realizados no GAM entre 2010 e 2019, em três locais distintos (Sacavém, Camarate e Loures) e em itinerância, regista-se um total de 17 906 atendimentos, dos quais 11 761 (65,7%) em Sacavém.

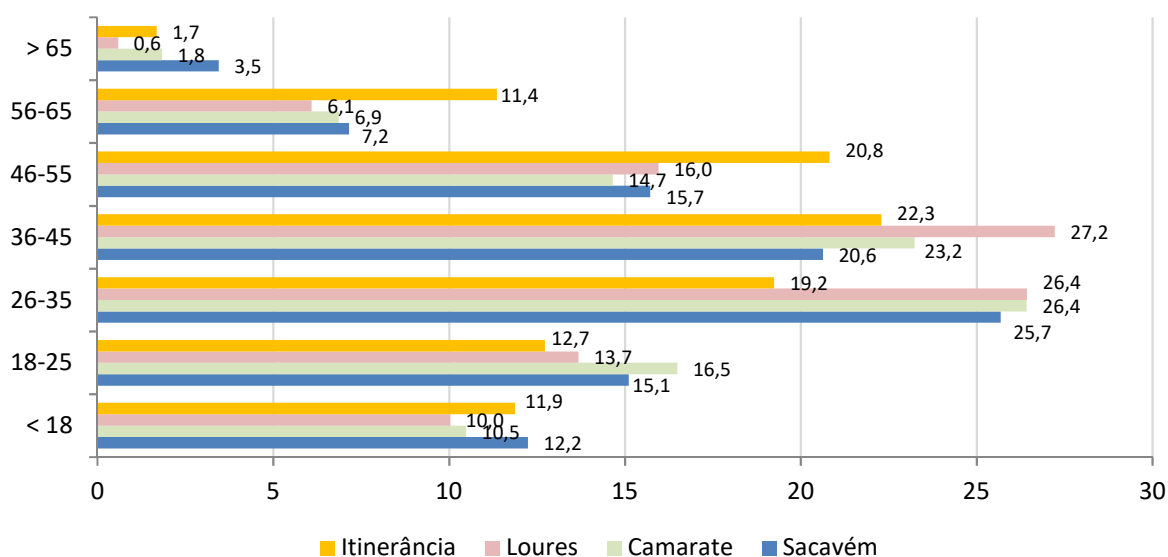
Gráfico 21 - Atendimentos realizados no Gabinete de Apoio ao Migrante de Loures, por local de atendimento, 2010-2019* (v.a)



Fonte: DCSH/UIC – GAM de Loures de Loures. *Os dados de 2019 são até dia 1 de Junho.

Uma análise por grupo etário permite verificar diferenças etárias segundo o local onde foi realizado o atendimento. As faixas etárias que mais recorreram a este apoio entre 2010 e 2019, à semelhança do que se passou em 2020, foram aquelas compreendidas entre os 26 e os 45 anos, sendo essas que apresentam maior percentagem nos atendimentos nos diferentes locais. O serviço itinerante é aquele que apresenta uma maior percentagem de atendimentos nas idades a partir dos 56 anos, revelando assim a relevância deste serviço para a população migrante mais velha.

Gráfico 22 - Atendimentos realizados no GAM de Loures, segundo o grupo etários dos/as utentes, por local de atendimento, 2010-2019* (%)



Fonte: DCSH/UIC – GAM de Loures de Loures. *Os dados de 2019 são até dia 1 de Junho.

No que se refere às nacionalidades das pessoas atendidas, as principais nacionalidades foram também as mesmas que as registadas em 2020: Guiné-Bissau (4283 pessoas), Angola (3954 pessoas), São Tomé e Príncipe (3642 pessoas), Cabo Verde (2551 pessoas) e Brasil (2056 pessoas). Tendo em conta os locais de atendimento, é possível verificar diferenças a este respeito. Sacavém apresenta maior número de atendimentos a pessoas oriundas dos PALOP, com destaque para a Guiné-Bissau e Angola. Já em Camarate, as pessoas de São Tomé e Príncipe são as que prevalecem em número de atendimentos. As pessoas de origem brasileira procuraram apoio sobretudo em Loures e o serviço itinerante registou atendimentos em maior número a cidadãos cabo-verdianos. Estas diferenças terão por base, necessariamente, a distribuição geográfica e a caracterização dos diferentes locais de residência da população imigrante.

Quadro 10 - Atendimentos realizados no GAM de Loures, segundo a nacionalidade dos/as utentes, por local de atendimento, 2010-2019* (v.a.)

	Sacavém	Camarate	Loures	Itinerância	Total
Guiné-Bissau	3316	277	517	173	4283
Angola	3060	258	534	102	3954
São Tomé e Príncipe	2767	508	289	78	3642
Cabo-Verde	1195	371	467	518	2551
Brasil	735	89	1195	37	2056
Ucrânia	96	9	79	3	187
Senegal	116	19	27	1	163
Portugal	39	38	37	12	126
Moçambique	64	4	32	1	101
Bangladesh	82	2	2		86
Paquistão	52	3	20	1	76
Moldávia	20	10	41		71
Índia	29	6	32	1	68
Roménia	7		50	5	62
Georgia	1		44		45
Colômbia	33	2	3	1	39
Venezuela	17	3	12		32
Burkina Faso	4		8	13	25
S. África	22		3		25
Camarões	3	4	15		22
Outro	15	1	4		20
Rússia	4		16		20
Bulgária	2	1	12		15
Espanha	3	3	9		15
USA	3		12		15

Cuba	2	1	10	1	14
Guernsey	10		3		13
Itália	6		6		12
Nigéria	8	1	3		12
China	1	1	9		11

Fonte: DCSH/UIC – GAM de Loures. *Os dados de 2019 são até dia 1 de Junho.

Os motivos dos atendimentos entre 2010 e 2019 estiveram relacionados, na sua maioria, com o processo de legalização das pessoas imigrantes, bem como situações relacionadas com questões de nacionalidade e pedidos de reagrupamento familiar. Tal como referido acima, estes motivos mantêm-se em 2020.

Quadro 11 - Atendimentos realizados no Gabinete de Apoio ao Migrante de Loures, segundo os assuntos abordados pelos/as utentes, por local de atendimento, 2010-2019* (v.a.)

	Sacavém	Camarate	Loures	Itinerância
Apoio Social	944	35	20	25
Contactos	5	1	6	0
Cultura e Desporto	2	1	1	0
Educação	34	9	82	13
Habitação	88	15	10	4
Legalização	8138	1033	2385	474
Migração para a EU	3	-	6	10
Nacionalidade	697	165	368	178
Outros	466	162	196	49
Reagrupamento Familiar	796	91	383	117
Retorno Voluntário	22	8	13	10
Saúde	144	13	47	17
Segurança Social	241	48	3	29
Trabalho	178	81	47	26

Fonte: DCSH/UIC – GAM de Loures. *Os dados de 2019 são até dia 1 de Junho.

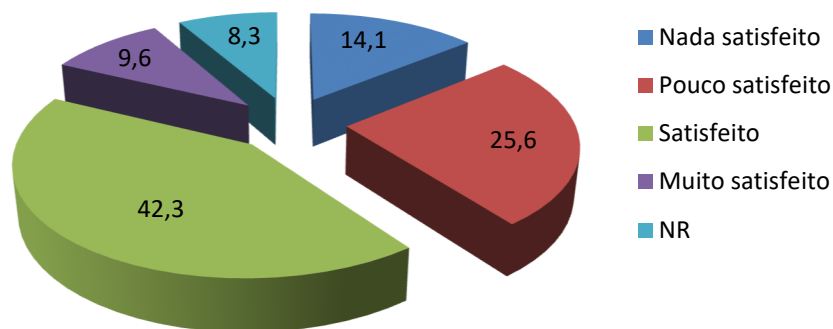
Importa referir também que a Câmara Municipal de Loures foi parceira do programa Mediação Intercultural em Serviços Públicos (MISP), implementado no período de 2012-2014 neste concelho, bem como na Amadora, em Cascais e em Setúbal. No caso de Loures, a equipa constituída pelo ACM, pela Câmara Municipal de Loures e por três mediadoras/es em associações locais (AMRT - Associação para a Mudança e Representação Transcultural e PROSAUDESC - Associação de Promotores de Saúde, Ambiente e Desenvolvimento Sócio-Cultural) trabalhou com escolas, estabelecimentos de saúde e associações, entre outros atores-chave, em três eixos de intervenção: Apoio a Cidadãos,

Profissionais e Instituições; Participação Social e Cidadã; e Convivência Intercultural. As atividades desenvolvidas incluíram por exemplo o apoio à resolução de problemas, sessões de esclarecimento, formação de profissionais e eventos desportivos (CESIS, 2014a). A avaliação final do programa salienta como boas práticas duas experiências concretas neste concelho: a mediação durante um processo de realojamento em residência social e uma ação de sensibilização a profissionais do Hospital Beatriz Ângelo sobre interculturalidade (CESIS, 2014b).

Quanto às pessoas estrangeiras participantes no questionário realizado no âmbito deste diagnóstico, de referir que uma percentagem muito elevada refere ter o seu processo de regularização completado (75%). Não obstante, 36 pessoas ainda têm o seu processo de regularização a decorrer ou por iniciar. É sabido e foi também amplamente evidenciado nos grupos de discussão a morosidade associada a este processo, assim como toda a documentação que é necessária e que dificulta a conclusão do processo. Associada está também a dificuldade de as próprias pessoas imigrantes em perceber todo o processo e os organismos envolvidos, o que fazer e onde se dirigir.

Será também por essas razões que algumas pessoas inquiridas demonstraram insatisfação com o apoio que receberam durante o processo de regularização em Portugal. Um total de 25,6% considera-se ‘pouco satisfeito’ com o apoio recebido e 14,1% mesmo ‘nada satisfeito’. No entanto, de uma forma geral, os/as participantes revelam satisfação, havendo mesmo 9,6% que indicam ‘muito satisfeitos/as’.

Gráfico 23 - Grau de satisfação dos/as participantes estrangeiros/as com o apoio recebido durante o processo de regularização (%)



Fonte: Questionário PMIM Loures 2020-2022.

Algumas das pessoas participantes no questionário aproveitaram também para partilhar experiências, suas ou vivenciadas por pessoas que conhecem, durante o processo de regularização.

Os testemunhos dão conta das dificuldades e da burocracia associada a este processo. Alguns exemplos, conforme enunciados pelas pessoas inquiridas:

- *Demora no avanço dos processos, incoerência nos documentos pedidos para o processo*
- *Depender várias vezes do humor e estado de espírito dos agentes do estado*
- *As informações são dúbias*
- *Dificuldade em perceber e achar a lista completa dos documentos necessários e informação de como conseguir algum destes*
- *Muita dificuldade em conseguir falar com o SEF e conseguir qualquer agendamento. Passei meses ilegal devido à lentidão*
- *Falta de contrato de trabalho*
- *Sem contrato não podemos trabalhar e muito menos nos legalizar e isso é uma dificuldade tremenda*
- *Mau tratamento dos profissionais para com o cliente*
- *Falta de vaga e espera demasiado longa*
- *Muita documentação em papel desnecessária, tempo de espera absurdamente longo, o que atrasou a continuidade dos meus estudos, umas vez que preciso estar dois anos legalmente para ter acesso igualitário nas universidades, pagando propinas mais baratas*

Quanto a eventuais dificuldades sentidas pelas pessoas estrangeiras para que alguma instituição ou entidade portuguesa reconhecesse os seus documentos emitidos noutra país (tais como diplomas, certidões, cartas de condução ou outros), cerca de metade das pessoas (50,6%) não referiu dificuldades. No entanto, das que referiram (54 pessoas), 59,3% ainda não conseguiu o reconhecimento dos documentos em causa, o que remete mais uma vez para as questões burocráticas e morosas inerentes a estes processos.

O formulário *online* criado no âmbito do presente diagnóstico, preenchido por entidades no concelho que desenvolvem trabalho com migrantes, permite aferir o que, na perspetiva das próprias entidades, poderia ser incrementado para que conseguissem contribuir melhor para a integração de migrantes. As respostas remetem para sete necessidades sentidas por várias destas entidades:

- > Melhor articulação entre organizações e serviços locais, incluindo parcerias, participação em projetos uns dos outros e partilha de boas práticas;

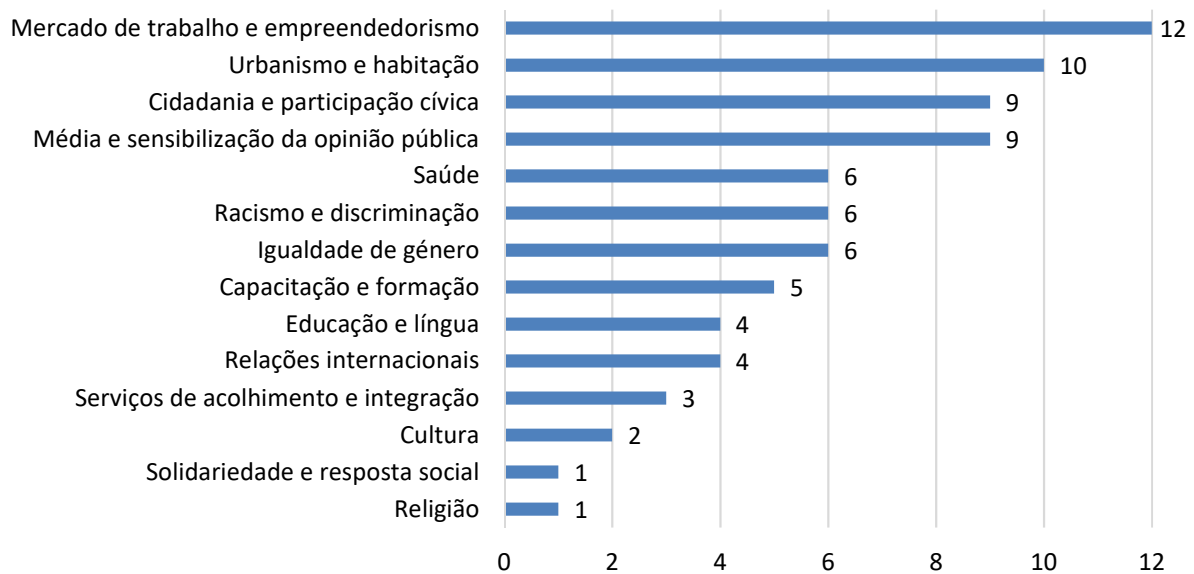
- > Maior celeridade nos processos administrativos;
- > Maior proximidade ao Serviço de Estrangeiros e Fronteiras;
- > Melhores instalações físicas;
- > Mais recursos financeiros;
- > Mais recursos humanos para o desenvolvimento de atividades concretas, nomeadamente o ensino de Português - Língua Não Materna;
- > Mais formação técnica para profissionais a trabalhar nestas entidades, com conteúdos ajustados às suas funções: regularização e outras matérias legais, discriminação, integração, diversidade cultural, encaminhamento de casos e recursos locais existentes, competências de atendimento, trauma e saúde mental na população refugiada, ética e hospitalidade, etc..

A partir das respostas obtidas por esta via, podemos observar como se interligam as dificuldades experienciadas por quem presta apoio a migrantes no concelho. Eis algumas das respostas dadas por profissionais quanto a obstáculos concretos que persistem à integração de migrantes:

- ⇒ *Trabalhos precários que dificultam a integração na comunidade por falta de disponibilidade de tempo e emocional. Ainda há racismo e estereótipos enraizados. Quem convive com diferentes culturas tem a mente mais aberta e disponível, mas quem não convive acaba por ter atitudes de segregação.*
- ⇒ *Dificuldade na obtenção de documentos no SEF, o que impossibilita, por exemplo, a concessão de Escalão de Ação Social escolar para os jovens e crianças, o acesso à saúde pública, os apoios sociais relacionados com questões sociais e familiares graves.*
- ⇒ *Ao nível da área na qual desenvolvo a minha atividade profissional, Saúde, considero haver dificuldades no acesso e acessibilidade às respostas nesta área devido a haver falta de recursos humanos e instalações deficitárias.*
- ⇒ *Falta um espaço centralizado de apoio/informação, multifunções, para os imigrantes não andarem tipo bola de ping-pong entre serviços/organizações. O espaço deveria, através de acordo consentido, preencher formulários, marcar reuniões online e ter também espaços individualizados e com privacidade, com acesso à internet, para serem usados pelos próprios e/ou com apoio de RH. Acesso com marcação prévia, preferencialmente. Este espaço deveria ser instalado num espaço condigno e em zona centralizada (por exemplo no Pavilhão de Macau, com acesso a transportes públicos).*

O mesmo formulário pedia que fizessem uma avaliação geral da situação das pessoas estrangeiras no concelho de Loures, tendo em conta as diversas áreas a abarcar no diagnóstico. Verificamos assim que as avaliações mais negativas se concentraram nas áreas do mercado de trabalho e empreendedorismo, urbanismo e habitação, cidadania e participação cívica, e média e sensibilização da opinião pública.

Gráfico 24 - Número de profissionais que avaliaram como "má" ou "muito má" a situação das pessoas estrangeiras no concelho de Loures em cada área temática (v.a.)



Fonte: Formulário *online*, preenchido por 27 entidades que desenvolvem atividades envolvendo migrantes no concelho de Loures.

Entre os grupos de discussão realizados com atores-chave em fevereiro de 2021, aquele que abordou os serviços de acolhimento e integração permitiu especificar algumas prioridades e lacunas a colmatar nesta área:

- Insuficiente divulgação e alcance de serviços locais que prestam apoio à integração de NPT;
- Desconhecimento por parte de profissionais quanto a recursos, serviços e procedimentos úteis;
- Lacunas na comunicação entre as instituições locais e NPT, incluindo canais de comunicação insuficientes, distância geográfica entre zonas de residência e serviços existentes, falta de confiança, dificuldades de encaminhamento ou de acompanhamento dos casos;
- Falta de materiais informativos em formato, língua e linguagem acessíveis para NPT.

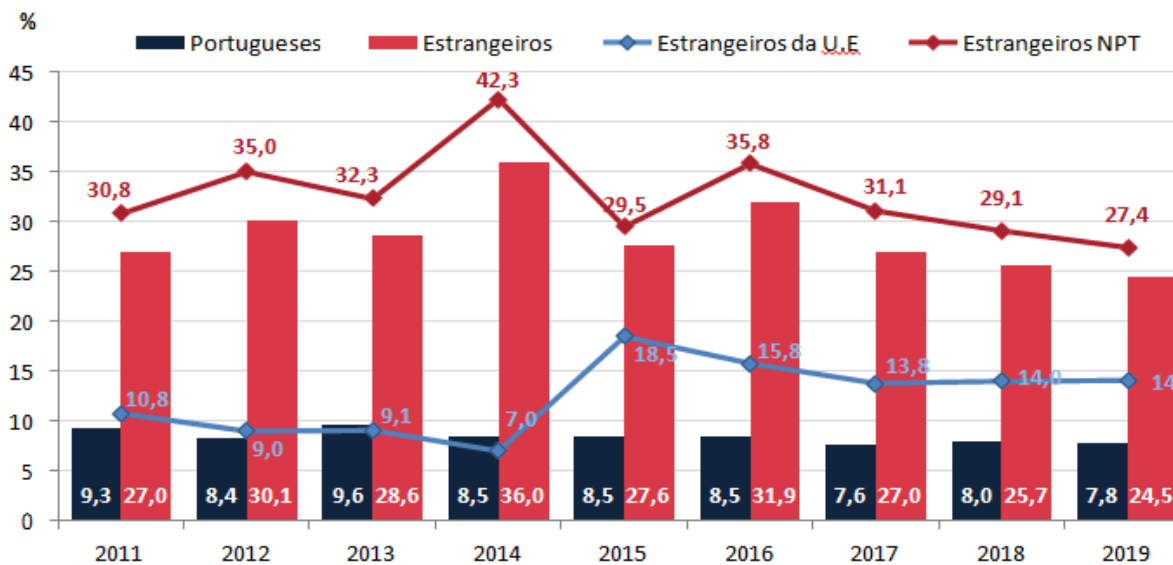
2.6. Urbanismo e habitação

A habitação e o acesso à mesma são questões centrais quando atentamos às problemáticas que afetam a população migrante. Atualmente, e mais ainda na presente situação pandémica que se atravessa e na crise económica que se avizinha, o domínio da habitação tem sido alvo de reflexão e de decisões políticas para evitar que muitas pessoas vejam a sua situação habitacional afetada de modo irreversível e/ou definitiva.

Se a situação é, por si só, preocupante para a população portuguesa, no que toca às pessoas estrangeiras é-o ainda mais. São várias as dificuldades com que se confrontam as pessoas migrantes: alugar para habitação de espaços com más condições; inexistência de contrato de arrendamento; discriminação em função da origem e nacionalidade. Por outro lado, a própria situação financeira e económica de algumas pessoas migrantes é também ela frágil, devido à instabilidade nos contratos, à sazonalidade da atividade e dos rendimentos, à necessidade de poupar e enviar dinheiro para a família nos países de origem. Por último, os elevados preços atualmente praticados no mercado imobiliário, nomeadamente ao nível do arrendamento, acima das possibilidades financeiras de muitas pessoas imigrantes mas também nacionais, deixam poucas opções de escolha, levando estas pessoas a aceitar permanecer em habitações pouco dignas ou em condições bastante questionáveis: *“alojamentos precários, sobrelotados, sem infraestruturas básicas e localizados em bairros degradados e estigmatizados”* (Fonseca et al., 2013, cit in Oliveira, 2020: 230).

A sobrelotação das habitações, resultado da partilha de casa a que muitas pessoas se veem obrigadas para repartir despesas, é um problema bastante presente entre a população estrangeira. De referir que Portugal, em 2018, se encontrava entre os países da UE com maiores diferenças entre cidadãos nacionais e estrangeiros nas taxas de sobrelotação dos alojamentos, surgindo em sexto lugar, com 18 pontos percentuais a desfavor das pessoas estrangeiras (Oliveira, 2020: 237). O gráfico abaixo demonstra claramente essa diferença. Entre pessoas portuguesas, as taxas de sobrelotação têm permanecido relativamente estáveis ao longo dos últimos anos, não ultrapassando os 9,3% registados em 2011. Já no que se refere às pessoas estrangeiras, essas percentagens, para além de bastante mais elevadas, apresentam maior oscilação, tendo sido em 2014 que foi atingido o valor percentual mais elevado (36%). A partir de 2016 tem-se assistido a uma melhoria desta taxa, ainda que se mantenham valores bastante mais elevados por comparação às pessoas portuguesas. As pessoas NPT têm clara desvantagem neste indicador relativamente a migrantes de países da UE.

Gráfico 25 - Taxa de sobrelotação da habitação em Portugal, segundo a nacionalidade, entre 2011 e 2019 (população residente com 18 ou mais anos) (%)



Fonte: Oliveira (2020), a partir de EUROSTAT, *Migrant Integration Indicators* (sistematização em gráfico da autora).

A habitação é um dos principais motivos na base dos pedidos de apoio e informação aos serviços do GAM de Loures, originando um número crescente de atendimentos desde 2017. Estes pedidos relacionaram-se com a elaboração de cartas de candidatura a habitação social e/ou arrendamento de rendas controladas, sendo outros casos encaminhados para a Divisão de Habitação da Câmara Municipal de Loures, ou, consoante a gravidade e urgência da situação, para programas de outras autarquias, através de *sites* para o efeito ou associações imigrantes de carácter social (vd. Estratégia Local de Habitação 2020 – UIC Loures).

Quadro 12 – Número de atendimentos sobre habitação no GAM de Loures, 2017-2020 (v.a.)

Objetivo	2017	2018	2019*	2020**
Habitação Social + Renda controlada	16	30	44	22

Fonte: Unidade de Igualdade e Cidadania (UIC). *Os dados de 2019 são de 1 de Janeiro a 1 de Junho (26) e de 1 de Setembro a 31 de Dezembro (18). **Os dados de 2020 são de dia 1 de Janeiro a 15 de Março.

Caracterizando as pessoas que efetuaram pedidos de apoio à habitação nos primeiros meses de 2020, conforme registado pela Unidade de Inclusão e Cidadania da Câmara Municipal de Loures, verificamos que estas são sobretudo portuguesas, embora com ascendência em países terceiros. Sobressaem também as nacionalidades africanas com elevada prevalência entre a população estrangeira residente no concelho.

Quadro 13 – Número de atendimentos para pedidos de apoio à habitação, por nacionalidade, no concelho de Loures, 2020* (v.a.)

Nacionalidade	
Portuguesa c/origem em países terceiros	13
Angola	7
Cabo Verde	6
São Tomé e Príncipe	5
Guiné-Bissau	2
Guiné-Conacri	2
Eritreia	2
Paquistão	1
Tunísia	1
Ucrânia	1
TOTAL	40

Fonte: Unidade de Igualdade e Cidadania (UIC). *Os dados de 2020 são de 1 de janeiro a 15 de março.

É possível verificar que se tratam maioritariamente de homens e de pessoas com baixas habilitações. As suas idades abrangem sobretudo, pessoas em idade ativa, mas também pessoas mais jovens, bem como pessoas acima dos 56 anos, evidenciando assim que as questões da habitação são transversais aos grupos etários.

Quadro 14 - Atendimentos para pedidos de apoio à habitação no concelho de Loures, por sexo, 2020*(v.a.)

Sexo	
Masculino	25
Feminino	15
TOTAL	40

Fonte: Unidade de Igualdade e Cidadania (UIC). *Os dados de 2020 são de 1 de janeiro a 15 de março.

Quadro 15 - Atendimentos para pedidos de apoio à habitação no concelho de Loures, por habilitações literárias, 2020*(v.a.)

Habilitações Literárias	
1º ciclo	10
2º ciclo	8
3º ciclo	12
Secundário	6
Licenciatura	1
Sem Escolaridade	1
< 4º ano EB	2
TOTAL	40

Fonte: Unidade de Igualdade e Cidadania (UIC). *Os dados de 2020 são de 1 de janeiro a 15 de março.

Quadro 16 - Atendimentos para pedidos de apoio à habitação no GAM de Loures, por grupo etário, 2020* (v.a.)

Grupo etário	
18-25	3
26-35	8
36-45	10
46-55	4
56-65	8
> 65	7
TOTAL	40

Fonte: Unidade de Igualdade e Cidadania (UIC). *Os dados de 2020 são de 1 de janeiro a 15 de março.

Atentando aos dados do questionário aplicado para este diagnóstico, verificamos que, quando inquiridas sobre a satisfação relativamente à sua atual habitação, 44,2% das pessoas estrangeiras não estão satisfeitas (69 pessoas). Deste total de pessoas que apresentam algum grau de insatisfação, 42% dizem-se ‘nada satisfeitos’ com a casa onde atualmente habitam. ‘Satisfeitos/as’ estão um total de 44,2% das pessoas e ‘muitos satisfeitos/as’ apenas 9%.

A existência de problemas com a habitação é uma realidade para muitas pessoas, podendo no entanto, ter uma maior dimensão entre determinados grupos populacionais. Sobre esta questão, as pessoas estrangeiras identificaram vários problemas nas suas habitações, relacionadas sobretudo, com questões internas à habitação como sejam a existência de desconforto (53,9%), onde se incluem, nomeadamente, questões de humidade, frio, ausência de mobiliário conveniente. Para além disso, foram também bastante focadas a falta de espaço e/ou dimensão da habitação (43,9%). Menos mencionadas foram os problemas relacionados com o exterior ou localização da habitação, como sejam fraca qualidade dos espaços envolventes (29%), o sentimento de insegurança sentido (17,1%) e os conflitos existentes com vizinhos (11%). Outro problema também mencionado pelas pessoas em resposta de comentário aberto consiste nos elevados valores de renda praticados.

Gráfico 26 - Problemas sentidos na casa onde habita pelos/as participantes estrangeiros/as (%)



Fonte: Questionário PMIM Loures 2020-2022.

Vários estudos qualitativos realizados nos últimos anos ajudam também a conhecer as experiências de migrantes em matéria de habitação e urbanismo no concelho de Loures.

Rita Cachado (2013) descreve e analisa as formas como a população hindu residente no bairro Quinta da Vitória, na Portela de Sacavém, reagiu ao processo de realojamento que abrangeu este núcleo residencial de construção informal, no âmbito do PER – Programa Especial de Realojamento. As várias etapas do processo foram marcadas por demoras e por dificuldades na comunicação entre entidades públicas e residentes, gerando incompreensões, descontentamentos, sentimentos de injustiça e complicações burocrático-administrativas. As associações, nomeadamente de migrantes, tiveram um papel relevante no esclarecimento de vários aspetos do processo quer junto da população, quer junto das entidades públicas.

Ana Rita Alves (2019) analisou relatórios elaborados por diversas agências nacionais e internacionais e conduziu trabalho etnográfico num conjunto de acampamentos, bairros autoproduzidos e bairros de realojamento em diferentes pontos do país, incluindo o Bairro da Torre no concelho de Loures, habitado maioritariamente por pessoas ciganas e afrodescendentes. Na sua análise global, Alves destaca três problemas: a precariedade habitacional, a segregação habitacional e a ausência de recolha de dados que seriam necessários para uma monitorização sistematizada dos progressos.

O Bairro da Torre foi um dos lugares visitados em 2016 por Leilani Farha, Relatora Especial das Nações Unidas para a Habitação Adequada, aquando da sua missão a Portugal. No relatório daí resultante, Farha (2017) sublinha que encontrou nesse bairro casas rodeadas de lixo, escuras,

construídas com materiais muito fracos e expostas à chuva, vento e sobreaquecimento no Verão, e sem abastecimento elétrico.

A dissertação de mestrado de Jannis Kühne examinou as perspetivas de residentes de bairros autoconstruídos que se envolveram na Caravana pelo Direito à Habitação, iniciativa que percorreu o território português, em 2017, a fim de recolher testemunhos e depoimentos sobre as condições habitacionais, organizada no contexto da Assembleia dos Moradores da Área Metropolitana de Lisboa – integra moradores de quatro bairros, um dos quais o Bairro da Torre. Kühne (2019) corroborou a acentuada pobreza de condições neste bairro, onde a população se confrontava com o receio de demolições das suas habitações, falta de condições básicas de saneamento e acesso aos bens essenciais (corte da luz em 2016), destruições e desalojamentos resultantes do incêndio que deflagrou no bairro no Verão de 2018, e dúvidas sobre se poderiam aceder a programas públicos de apoio à habitação como o 1º Direito.

Anna Ludovici (2016) analisou o processo constitutivo do bairro de realojamento da Quinta do Mocho, na freguesia de Sacavém. Mostra que os percursos de vida dos seus moradores migrantes mais velhos estão marcados por etapas comuns após a chegada a Portugal: dificuldades para encontrar um emprego estável e bem remunerado, falta de documentos que possibilitassem o desempenho formal de um trabalho, o que, por sua vez, dificultava a obtenção de condições mínimas de vida e sobrevivência, apesar do frequente apoio por parte das redes sociais de conterrâneos. Estudando em particular as experiências de guineenses e seus descendentes, Ludovici concluiu que estes últimos construía com os espaços do bairro uma relação bastante diferente da que têm os primeiros. Eram especialmente importantes os espaços públicos dedicados a projetos comunitários, como o SPOT. O estudo observava também que as raparigas se encontravam menos envolvidas na produção musical e artística do bairro, que ficava quase exclusivamente para os rapazes. A presença proactiva da autarquia local, quer através de projetos dirigidos à abertura do bairro para o exterior, quer através de projetos exclusivamente desenvolvidos no âmbito da comunidade, foi identificada por Ludovici como um contributo substancial para a dinamização do território e como um condicionamento parcial às lógicas e dinâmicas de apropriação.

Por último, vale a pena referir o estudo de Juliana Torquato Luiz e Sílvia Jorge (2012) no bairro do Talude, destacando-se que ali existiam, há pelo menos 40 anos, hortas cultivadas em terrenos baldios, públicos e privados, por diferentes grupos sociais, maioritariamente população migrante de Cabo Verde e, em menor número, de origem portuguesa. As autoras mostravam que estas hortas eram de uso familiar ou individual e a maior parte dos produtos cultivados tinha como fim a

alimentação das famílias, chegando de facto às suas mesas; tratavam-se sobretudo de produtos hortícolas (ervilha, cebola, alho, favas, hortaliças, batata, milho, feijões, cana de açúcar) e excepcionalmente flores ou árvores de fruto. O cultivo das hortas contribuía para a subsistência alimentar, o lazer, a saúde física e mental, o convívio social e a ligação com a terra. Entre os constrangimentos salientavam-se o acesso e uso de recursos básicos como terra e água, bem como o receio de perder o acesso aos terrenos, nomeadamente em consequência de medidas de realojamento.

Através do grupo de discussão sobre urbanismo e habitação realizado para este diagnóstico, foi possível identificar um conjunto de premências atuais que se relacionam estreitamente com vários aspetos já referidos nos estudos passados:

- Más condições de habitabilidade vividas por NPT;
- Investimento insuficiente na reabilitação dos alojamentos;
- Desconhecimento quanto às medidas existentes de apoio à habitação e aos requisitos para as solicitar;
- Espaços públicos degradados em algumas zonas do concelho;
- Desvalorização e estigma social sobre bairros associados a processos de realojamento.

2.7. Mercado de trabalho e empreendedorismo

Os dados do Instituto do Emprego e Formação Profissional (IEFP) relativamente ao concelho de Loures davam conta, em novembro de 2020, de um total de 8103 pessoas desempregadas registadas nos Centros de Emprego. Este número é o segundo mais elevado dos últimos seis anos no concelho: apenas em 2015 se registou um número maior.

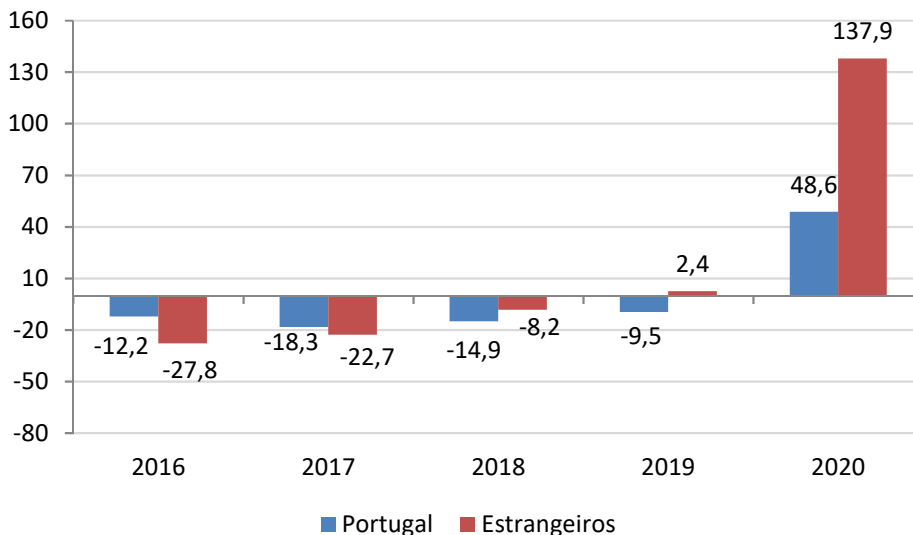
Quadro 17 - Desemprego registado no concelho de Loures, dezembro 2015 – novembro 2020

	Portugueses/as	Estrangeiros/as	% de estrangeiros/as	Total
Dez. 15	8052	1200	13,0	9252
Dez. 16	7070	867	10,9	7937
Dez. 17	5774	670	10,4	6444
Dez. 18	4911	615	11,1	5526
Dez. 19	4444	630	12,4	5074
Nov. 20	6604	1499	18,5	8103

Fonte: IEFP de Loures.

De 2019 para 2020, o concelho registou um aumento de 48,6% de desemprego de pessoas nacionais e de 59,7% no que se refere a pessoas estrangeiras. A proporção de pessoas estrangeiras no total de pessoas desempregadas inscritas nos Centros de Emprego aumentou de 12,4% em dezembro de 2019 para 18,5% em novembro de 2020. Uma análise longitudinal das taxas de variação anual revela uma descida contínua no número de pessoas desempregadas, quer portuguesas, quer estrangeiras. O ano de 2020 é um ano de mudança profunda, uma vez que o desemprego registado aumenta de forma bastante expressiva no que se refere quer à população nacional, quer à população estrangeira, sendo que nesta última o aumento foi de quase 140%. Este aumento expressivo permite deduzir que estão já nele refletidas consequências da presente pandemia de Covid-19.

Gráfico 27 - Taxa de variação anual no desemprego registado para estrangeiros/as e portugueses/as, no concelho de Loures, 2016 - 2020 (%)



Fonte: IEFP de Loures.

Analisando estes dados por nacionalidade, é entre a população natural do Brasil que se regista o valor mais elevado em novembro de 2020 (405 pessoas). O número de pessoas dos PALOP perfaz 674. Apesar de ser um valor superior, nele estão incluídos vários países, ao passo que o Brasil enquanto país 'isolado' apresenta uma situação de desemprego mais preocupante. Entre dezembro de 2019 e novembro de 2020, o aumento do desemprego registado entre nacionais do Brasil foi de 214%. A nível nacional, em 2019, foram também as pessoas com nacionalidade brasileira que apresentaram maior peso entre a população estrangeira registada nos Centros de Emprego, atingindo os 32,5% (vd. Oliveira, 2020).

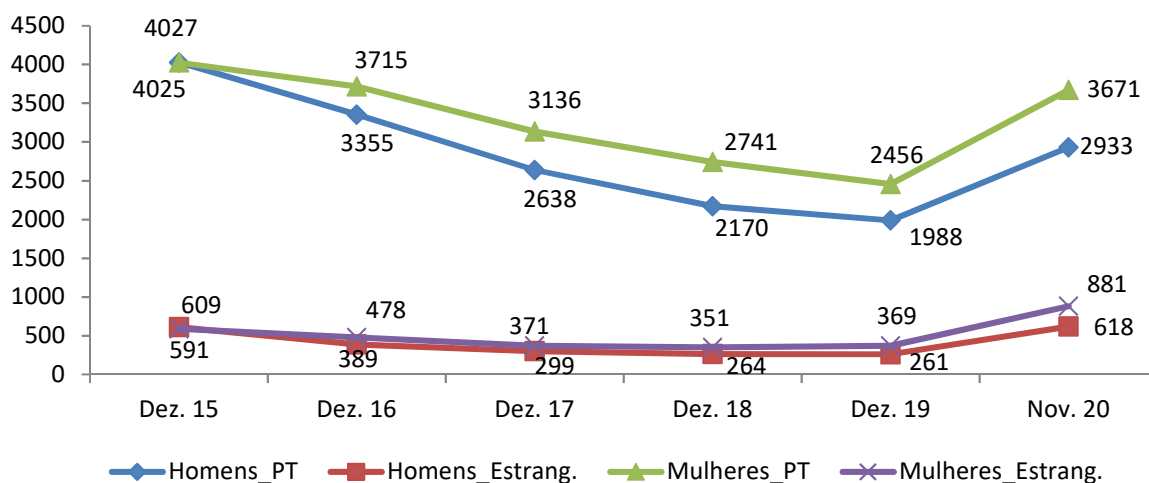
Quadro 18 - Desemprego registado no concelho de Loures, segundo a nacionalidade, dezembro 2015 – novembro 2020 (v.a.)

Total	Portugal	Brasil	PALOP	União europeia	Outros países europeus	Outros países	SOMA
Dez. 15	8052	195	675	102	107	121	9252
Dez. 16	7070	153	459	74	84	97	7937
Dez. 17	5774	124	340	67	63	76	6444
Dez. 18	4911	128	293	58	52	84	5526
Dez. 19	4444	129	285	52	48	116	5074
Nov. 20	6604	405	674	76	62	282	8103

Fonte: IEFP de Loures.

Em termos de género, verificamos que, à exceção de dezembro de 2015, o número de homens portugueses desempregados no concelho de Loures é inferior ao de mulheres, tendo a distância entre ambos aumentado ao longo dos anos. Entre a população estrangeira, o cenário é idêntico. O número de mulheres estrangeiras desempregadas tem apresentado valores superiores aos dos homens, ainda que a distância entre estes não assuma a mesma relevância do que se regista com os cidadãos nacionais.

Gráfico 28 - Desemprego registado no concelho de Loures, segundo o sexo e a origem, dezembro 2015 – novembro 2020 (v.a.)



Fonte: IEFP de Loures.

Também a nível nacional, as mulheres estrangeiras só a partir de 2013 suplantam o desemprego dos homens, não porque tenha aumentado o nível de desemprego das mulheres mas porque os homens diminuíram mais acentuadamente a sua situação de desemprego, em virtude da recuperação gradual de algumas das atividades económicas onde os homens estrangeiros tendem a inserir-se no mercado

de trabalho (Oliveira, Catarina Reis, 2020). De facto, o número de mulheres estrangeiras registadas como desempregadas é sempre superior ao dos homens, sendo que, apesar disso, tanto homens como mulheres apresentam uma diminuição constante em termos de desemprego desde 2013. Só em 2019 se verifica novo aumento nos números do desemprego registado de homens e mulheres estrangeiros/as.

No concelho de Loures, é entre a população brasileira e dos PALOP que a diferença entre mulheres e homens é mais expressiva. Em todos os anos em análise as mulheres brasileiras desempregadas estão em superioridade numérica face aos homens na mesma condição. No caso das pessoas dos PALOP, o único ano de exceção é 2015. Em dezembro de 2019, estavam registadas como desempregadas no concelho mais 131 mulheres brasileiras e 158 mulheres dos PALOP por comparação aos homens de cada uma dessas categorias de países.

Quadro 19 - Desemprego registado no concelho de Loures, segundo a origem, por sexo, dezembro 2015 – novembro 2020 (v.a.)

	dez-15		dez-16		dez-17		dez-18		dez-19		nov-20	
	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M
Portugal	4027	4025	3355	3715	2638	3136	2170	2741	1988	2456	2933	3671
Brasil	63	132	45	108	33	91	40	88	37	92	137	268
PALOP	356	319	216	243	157	183	125	168	124	161	258	416
União Europeia	56	46	32	42	32	35	29	29	25	27	32	44
Outros países europeus	60	47	42	42	37	26	24	28	21	27	24	38
Outros países	74	47	54	43	40	36	46	38	54	62	167	115
TOTAL	4636	4616	3744	4193	2937	3507	2434	3092	2249	2825	3551	4552

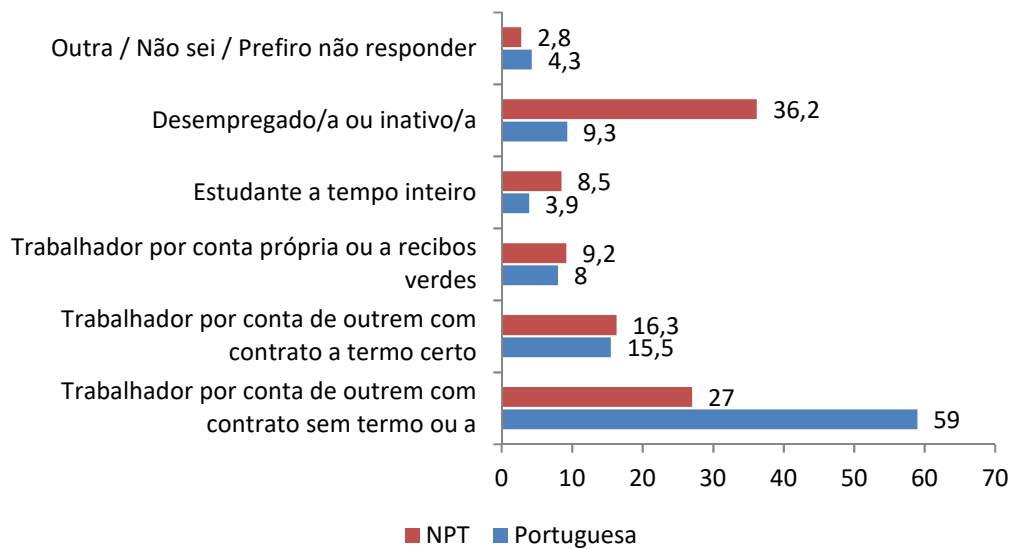
Fonte: IEFP de Loures.

Relativamente à situação profissional atual das pessoas participantes no questionário, a maioria das pessoas trabalham, sendo que 66,7% são trabalhadores por conta de outrem. Destes, 76,6% têm contrato sem termo ou a termo incerto e 23,4% têm contrato a termo certo. Como trabalhadores independentes responderam 8,1% das pessoas. Das pessoas que não estão a trabalhar, 75,6% estão em situação de desemprego ou inatividade e 24,4% são estudantes a tempo inteiro.

São sobretudo as mulheres que referem ter contratos de trabalho sem termo (56,5%) quando comparadas com a população responde masculina (40,8%). É igualmente entre as mulheres que se verificam mais situações de contratos com termo, sendo neste caso 17,2% das mulheres e 11,7% dos homens. Já no que se refere ao dito trabalho por conta própria ou a recibos verdes, os homens têm uma vantagem mais expressiva por comparação às mulheres: 13,4% contra 6% de mulheres. O mesmo acontece no que se refere à situação de desemprego. Também aqui é entre os homens que existem mais desempregados, atingindo os 21,8%, face a 12,7% no caso das mulheres.

No que se refere à situação perante o trabalho com base nos diferentes grupos de nacionalidades, verifica-se a existência de situações diferenciadas entre participantes nacionais e NPT. A grande maioria de participantes nacionais (74,5%) são trabalhadores por conta de outrem, enquanto essa percentagem entre NPT não chega sequer a metade dos/as participantes (43,3%). A situação de desemprego, por outro lado, afeta de forma particular NPT: cerca de 36,2% destas pessoas estão desempregadas, face a 9,3% entre pessoas portuguesas.

Gráfico 29 - Respostas aos questionários, por situação face ao trabalho do/a participante e grupo de nacionalidades (%)



Fonte: Questionário PMIM Loures 2020-2022.

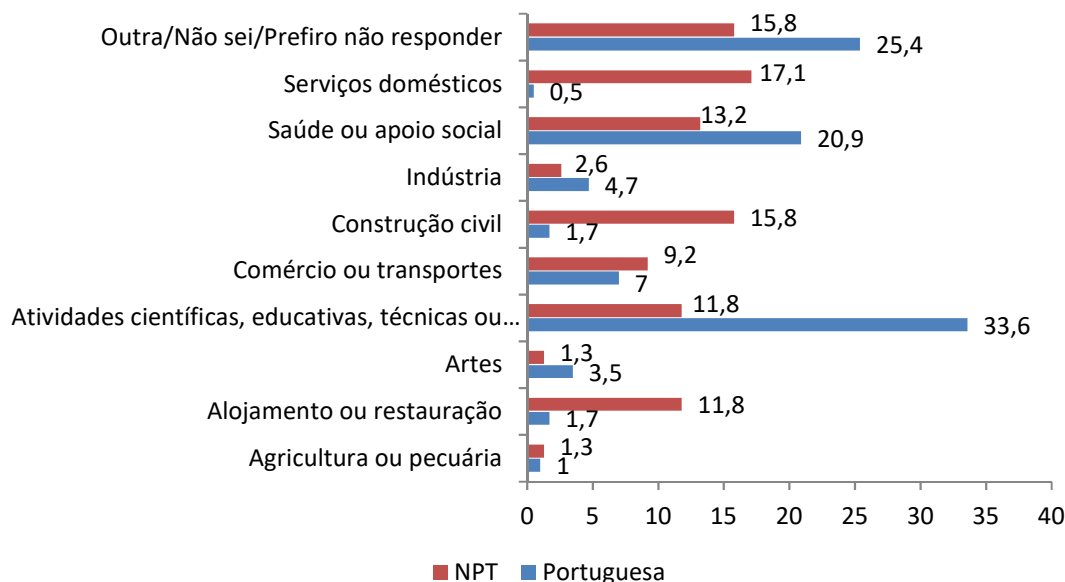
Se tivermos em conta a situação profissional de homens e de mulheres, nacionais e NPT, verificamos que as mulheres são quem mais trabalha por contra de outrem: no caso das mulheres portuguesas são 80,2% e nas mulheres NPT 46,4%. Estas percentagens nos homens são de 58,7% e 37,5% para

portugueses e NPT, respetivamente. O desemprego afeta 33,3% das mulheres NPT, face a 8,1% de mulheres portuguesas. No caso dos homens essa diferença é de 41,1% e 13,2%, respetivamente.

As atividades profissionais desempenhadas pelas pessoas participantes que têm atividade profissional centram-se, sobretudo, em áreas de atividades científicas, educativas, técnicas ou financeiras (30%) e saúde e apoio social (19,8%). Cerca de 24% apontam outras áreas profissionais, tais como administração pública. Mulheres e homens estão inseridos/as em termos laborais, essencialmente, em áreas de atividades científicas, educativas, técnicas ou financeiras (32,5% e 22,1%, respetivamente). As maiores diferenças entre sexos são nas áreas da saúde e apoio social com maior predominância entre as mulheres (24,1% face a 8,2% de homens) e no caso dos homens nas áreas do comércio e transportes (15,6% por comparação a 4,8% de mulheres) e da construção civil (13,9% face a 0,6% de mulheres).

As diferenças entre portugueses e NPT no que respeita às áreas profissionais são bastante evidentes, com os/as participantes NPT a destacarem-se nas áreas do alojamento e restauração, construção civil e serviços domésticos, sendo que estes últimos são exercidos na grande maioria exercidos por NPT (86,7% e só mulheres).

Gráfico 30 - Respostas aos questionários, por área de atividade profissional e grupo de nacionalidades (%)



Fonte: Questionário PMIM Loures 2020-2022.

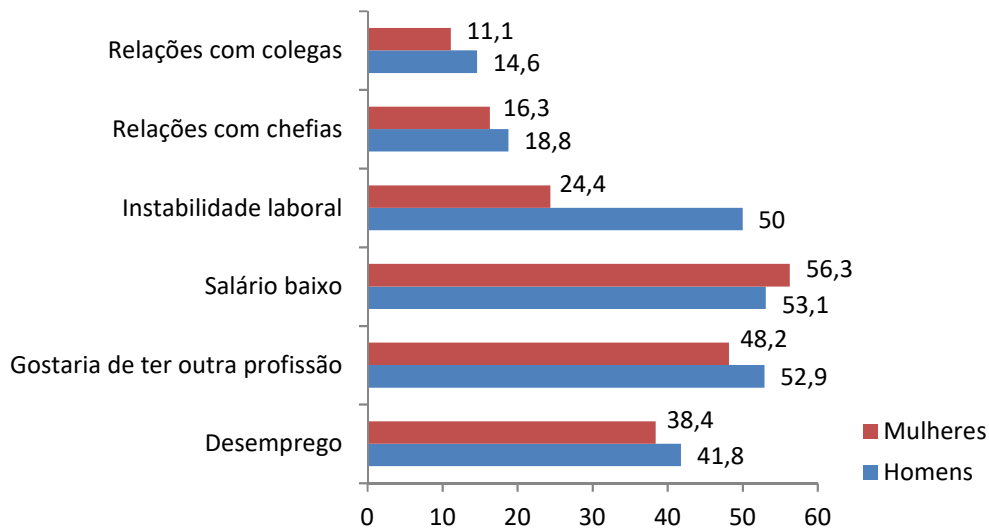
Foi também questionado às pessoas NPT quão satisfeitas estão com a sua situação laboral atual. Cerca de 41% (64) referem não estar satisfeitas. Destas, mais de metade (51,6%) refere estar 'nada satisfeita'. Apenas 7,7% se diz 'muito satisfeita' e 27,6% 'satisfeita'.

Entre homens e mulheres, os níveis de insatisfação apresentam-se equilibrados com 45,6% e 42,2% de homens e mulheres, respetivamente, com opiniões negativas face à sua situação de trabalho. Em termos de satisfação, os homens apresentam cerca de 10 pp a mais por comparação às mulheres, ou seja, 35,1% dos homens consideram-se 'satisfeitos' face a 25,6% das mulheres. Estas últimas são, contudo, quem mais se diz 'muito satisfeitas' com 11,1% quando essa percentagem no caso dos homens é de apenas 3,5%.

Os motivos apresentados para a insatisfação sentida por estas pessoas estão relacionados, sobretudo, com os baixos salários auferidos (45,5%) e com o facto de gostarem de poder vir a desempenhar outra profissão (42,9%). Os motivos que menos se apresentam como justificativos da insatisfação sentida têm a ver com as relações interpessoais quer com as chefias (14,1%, quer com colegas de trabalho (10,3%). A situação de desemprego em que se encontram é referida por 35,9% das pessoas estrangeiras.

São os homens quem apresenta em maior percentagem motivos para justificar a sua insatisfação, à exceção dos baixos salários auferidos face aos quais as mulheres manifestam maior desagrado. Não há dúvidas que, a par dos baixos salários, o gosto em ter outra profissão está bastante patente entre homens e mulheres estrangeiras. A maior diferença percentual entre mulheres e homens reflete-se ao nível da instabilidade laboral onde 50% dos homens a apresenta como motivo de insatisfação.

Gráfico 31 - Motivos apontados para a insatisfação com a atual situação de trabalho, por sexo (%)



Fonte: Questionário PMIM Loures 2020-2022.

Fazendo uma ponte entre a insatisfação sentida por estas pessoas com a atividade profissional que desempenham, há duas atividades no caso das mulheres e no caso dos homens que se destacam em

termos de insatisfação. Desde logo, no caso das mulheres, as que refere os baixos salários como motivo trabalham, sobretudo, em serviços domésticos (35,5%) e em atividades relacionadas com a saúde ou apoio social (29%). No caso dos homens, quem refere baixos salários como motivo são quem trabalha na construção civil (35,2%) e no comércio ou transportes (17,6%). O mesmo se passa com o facto de se gostar de ter outra profissão: 37,5% das mulheres que o referem trabalham em serviço doméstico e 42,1% na construção civil. Estas parecem ser as atividades laborais associadas também a uma maior precariedade laboral.

De salientar também, que o desejo de mudança de profissão é manifestada em maior percentagem pelas pessoas mais jovens, decrescendo à medida que a idade vai avançando.

Do grupo de trabalho centrado nas temáticas do mercado de trabalho e empreendedorismo resultou a identificação de alguns elementos que se refletem nos problemas individuais vividos por migrantes no concelho:

- Dificuldades linguísticas de comunicação entre nacionais de países terceiros, entidades empregadoras e serviços de apoio ao emprego.
- Precariedade laboral e elevado desemprego.
- Desconhecimento e dúvidas do tecido empresarial local em matéria de interculturalidade e de procedimentos administrativos quando contratam nacionais de países terceiros.
- Escassez de competências em matéria de empreendedorismo, acesso a crédito e gestão financeira por parte de nacionais de países terceiros que criam negócio próprio.

2.8. Educação e língua

A educação e o domínio da língua são dois aspetos de grande relevo para uma plena integração na população estrangeira no país de acolhimento. A língua constitui em muitas situações um sério entrave à plena compreensão e comunicação entre nacionais e estrangeiros, bem como à inserção laboral de migrantes em idade ativa e ao sucesso escolar de alunos/as de origem estrangeira. Realce-se que *“os estudantes estrangeiros têm de se ajustar a regras académicas, expectativas e objetivos escolares que podem ser muito distintos dos do seu país de origem, e aprender numa nova língua, fatores que podem conduzir a desafios ou dificuldades de aprendizagem destes estudantes nas sociedades de acolhimento”* (Oliveira, 2020: 104). Estudos realizados pela OCDE (vd. Oliveira, 2020) confirmam as maiores dificuldades de alunos/as estrangeiros/as na obtenção de bons resultados

escolares quando comparados com os seus pares dos países de acolhimento, colocando desafios às instituições de educativas para garantir uma participação bem-sucedida de todas as crianças e jovens no processo educativo.

Segundo os dados da Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência (DGEEC), existiam nas escolas do ensino básico e secundário, no território continental, 67 725 alunos/as estrangeiros/as matriculados/as no ano letivo de 2018/2019, o que correspondia a 5,5% do total de alunos/as. No concelho de Loures, no mesmo ano letivo, estavam matriculados/as 3 075 alunos/as estrangeiros/as no ensino pré-escolar, básico e secundário, o que correspondia a 10,6% da população escolar do concelho. As nacionalidades mais presentes entre a população escolar das crianças/jovens refletem aquele que é o panorama geral da população migrante no concelho: são, maioritariamente, alunos/as dos PALOP, seguidos dos/as alunos/as originários/s do Brasil, ambas as categorias apresentando aumentos sucessivos desde o ano letivo de 2016/2017². Em 2018/2019 verifica-se uma evolução díspar: enquanto o número total de alunos/as decresceu, sobretudo devido à redução de alunos/as de origem portuguesa, o número de alunos/as estrangeiras continuou a aumentar.

Quadro 20 – Número de alunos/as matriculados/as no pré-escolar e ensinos básico e secundário, por nacionalidade, no concelho de Loures (v.a.)

	2014/2015	2015/2016	2016/2017	2017/2018	2018/2019
Portugal	24815	24919	25239	27794	25916
União Europeia	188	172	177	179	164
Europa do Leste	53	41	38	44	44
PALOP	1403	1357	1324	1484	1613
Brasil	358	348	431	573	775
China	29	39	36	40	36
Índia	42	44	53	73	81
Outros países	2686	2821	2846	341	362
Total	29574	29741	30144	30528	28991

Fonte: DGEEC.

O percurso escolar nem sempre é feito de sucessos e isso reflete-se nas taxas de retenção e desistência do sistema de ensino. Entre a população estudantil do concelho de Loures, e comparando rapazes e raparigas, verifica-se primeiramente que os/as alunos/as nacionais apresentam taxas de

² As nacionalidades encontram-se repartidas pelos seguintes países ou grupo de países: Portugal, União Europeia, Europa do Leste, PALOP, Brasil, China, Índia e Outros países.

retenção e desistência mais baixos que os/as alunos/as estrangeiros/as e que são os rapazes que, genericamente, apresentam valores mais elevados. Os/as alunos/as de origem indiana registam as taxas mais elevadas, ainda que tal aconteça, sobretudo, nos rapazes em todos os anos letivos, atingindo 54,2% em 2018/2019. Ao longo dos anos letivos em análise, verificam-se também valores elevados nomeadamente no ano de 2014/2015 entre alunos/as dos PALOP e do Brasil que vão, contudo, diminuindo nos anos letivos seguintes. Entre a população estrangeira, são os/as alunos/as de países da UE que apresentam taxas de retenção e desistência mais baixas.

Quadro 21 - Taxa de retenção e desistência por ano letivo, sexo e nacionalidade, no concelho de Loures (%)

	2014/2015		2015/2016		2016/2017		2017/2018		2018/2019	
	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M
Portugal	12,2	9,9	9,6	7,3	9,8	6,5	7,6	5,4	7,0	4,9
União Europeia	14,6	27,3	18,2	11,7	17,1	18,6	8,8	5,4	6,6	11,4
Europa do Leste	0,0	15,0	15,4	6,3	0,0	0,0	15,4	0,0	33,3	0,0
PALOP	29,4	24,1	22,2	24,0	21,3	20,9	21,8	20,4	17,7	16,5
Brasil	27,3	13,0	24,8	19,6	20,0	22,5	21,5	12,9	17,1	16,5
China	18,8	9,1	5,3	5,6	0,0	0,0	7,1	0,0	0,0	0,0
Índia	45,0	18,2	31,6	16,7	27,8	25,0	41,7	9,1	54,2	22,2
Outros países	25,6	11,1	15,2	12,7	17,0	9,4	10,1	12,7	16,0	12,0

Fonte: DGEEC.

Analisando estas taxas por ciclo de ensino e por sexo, verifica-se que, entre os anos letivos de 2014/2015 e 2018/2019, existiram melhorias consideráveis nas taxas de retenção e desistência dos rapazes de algumas origens. É o caso dos alunos dos PALOP, do Brasil e da UE. As taxas de retenção e desistência tendem, contudo, a agravar-se à medida que os alunos avançam no seu percurso escolar.

Quanto às taxas de retenção e desistência da população estudantil feminina, já se havia referido que os valores são inferiores aos registados para os rapazes. Também aqui se verifica um agravamento das taxas nos ciclos de ensino mais adiantados, embora em 2018/2019 as taxas tendam a ser mais baixas que as registadas em 2014/2015. Entre as raparigas estrangeiras no 1º ciclo, as alunas dos países da UE apresentavam em 2018/2019 taxas mais elevadas por comparação às restantes nacionalidades; já no 3º ciclo são as alunas da Índia, conjuntamente com as alunas dos PALOP e do Brasil, as que apresentam valores mais elevados. O ensino secundário continua a apresentar as taxas mais elevadas, o que é particularmente evidentes entre alunas da Índia, do Brasil e dos PALOP.

Quadro 22 - Taxa de retenção e desistência por nível de ensino, ciclo de ensino e nacionalidade, no concelho de Loures – RAPAIZES (%)

	1.º Ciclo		2.º Ciclo		3.º Ciclo		Ensino secundário	
	2014/15	2018/19	2014/15	2018/19	2014/15	2018/19	2014/15	2018/19
Portugal	6,5	4,1	17,1	9,4	17,0	9,6	20,2	17,0
União Europeia	4,2	3,3	36,8	10,0	18,2	9,5	33,3	22,2
Europa do Leste	0,0	25,0	0,0	40,0	0,0	50,0	57,1	0,0
PALOP	17,0	12,8	34,6	16,0	38,5	26,1	31,7	39,7
Brasil	9,6	7,0	30,3	24,2	46,5	27,5	27,6	32,7
China	0,0	0,0	66,7	0,0	50,0	0,0	-	100,0
Índia	30,0	57,1	0,0	0,0	75,0	83,3	75,0	66,7
Outros países	13,9	2,1	33,3	20,0	34,5	27,7	50,0	75,0

Fonte: DGEEC.

Quadro 23 - Taxa de retenção e desistência por nível de ensino, ano de escolaridade e nacionalidade, no concelho de Loures – RAPARIGAS (%)

	1.º Ciclo		2.º Ciclo		3.º Ciclo		Ensino secundário	
	2014/15	2018/19	2014/15	2018/19	2014/15	2018/19	2014/15	2018/19
Portugal	5,6	3,2	12,2	6,1	14,3	6,8	17,0	14,2
União Europeia	16,7	21,1	44,4	0,0	23,1	7,7	25,0	11,1
Europa do Leste	0,0	0,0	0,0	0,0	42,9	0,0	0,0	33,3
PALOP	19,0	10,9	23,8	10,3	29,0	26,6	37,6	33,1
Brasil	4,8	13,7	26,7	15,9	11,6	21,0	35,3	40,0
China	0,0	0,0	50,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0
Índia	0,0	18,2	0,0	0,0	50,0	40,0	50,0	80,0
Outros países	16,1	10,3	0,0	16,7	7,1	11,4	43,8	18,8

Fonte: DGEEC.

Se estes indicadores compõem a realidade global do concelho de Loures, importa manter em mente que a distribuição de alunos/as estrangeiros/as pelos estabelecimentos de ensino está longe de ser proporcional. Também de acordo com dados da DGEEC, no ano letivo de 2018/2019, os/as alunos/as estrangeiros/as representavam 30,3% do total de alunos/as na Escola Secundária de Camarate, 29,9% no Agrupamento de Escolas General Humberto Delgado, 29,5% no Agrupamento de Escolas Eduardo Gageiro ou 26,0% no Agrupamento de Escolas Maria Keil; ao mesmo tempo, representavam proporções inferiores a 8% no Colégio Integrado de Monte Maior e nos Agrupamentos de Escolas de Santa Iria de Azóia, Portela e Moscavide, João Villaret, e José Afonso. Quando justapomos estes

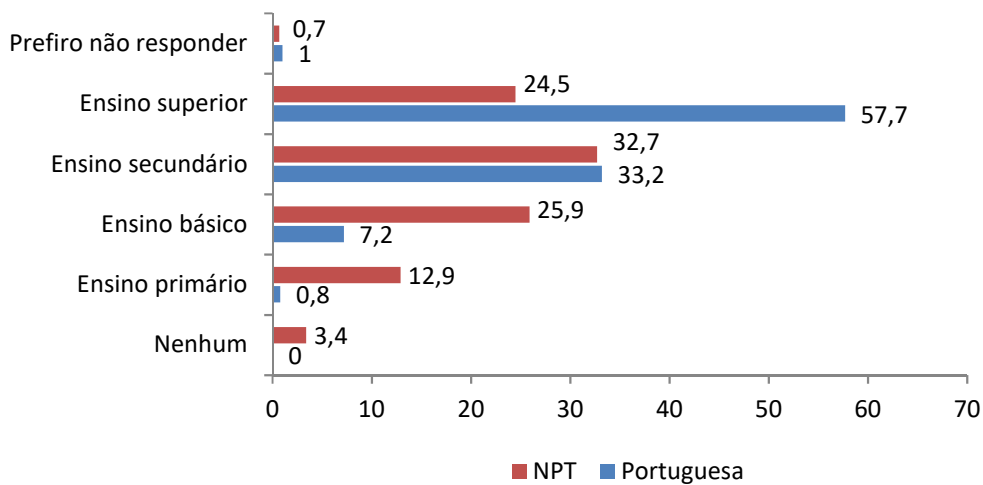
números àqueles registados no ano letivo de 2014/2015, verificamos que a proporção de alunos/as estrangeiros/as aumentou desde então quer nas escolas onde estão mais presentes, quer nas escolas onde estão menos presentes. Acrescente-se ainda o caso do Agrupamento de Escolas da Apelação, que em 2014/2015 registava a proporção mais elevada de alunos/as estrangeiros/as no concelho (35,1%), mas para o qual não dispomos de dados relativos a anos mais recentes.

No âmbito de um projeto coordenado por Sílvia de Almeida e Luís Catela Nunes, foi criado um índice para verificar em que medida é equilibrada a distribuição de estudantes com origem imigrante entre as escolas de um concelho. O índice foi calculado para 93 concelhos, com base na população de alunos/as inscritos/as no 9º ano de escolaridade nas escolas públicas em Portugal Continental no ano letivo de 2016/2017. A equipa de investigação concluiu que a média deste índice de segregação intra-concelho se situa em 0,12 (o que significa que seria necessário alocar 12% de alunos/as com origem imigrante por diferentes escolas do concelho de modo a assegurar uma distribuição proporcional), com Loures a enquadrar-se no grupo dos concelhos a nível nacional com um índice mais elevado – acima de 0,25 (Almeida e Nunes, s/d: 9-13).

Quanto às pessoas participantes no questionário realizado no âmbito deste diagnóstico, foram 15,1% (97) as que referiram ter níveis de escolaridade até ao 9º ano. O ensino secundário foi referido por 32,7% das pessoas (210) e com o ensino superior responderam 50,2% das pessoas (322). Apenas 5 pessoas não possuíam qualquer nível de ensino e 8 optaram por não responder. As mulheres participantes apresentam níveis de escolaridade mais elevados do que os homens, sendo que 56,8% referem possuir o ensino superior face a 34,2% dos homens. Já os homens são quem têm em maior percentagem o ensino secundário (41,8% por comparação a 29,6% das mulheres) e o ensino básico (17,9% face a 8,9% das mulheres).

Fazendo uma análise por grupos de nacionalidades, são visíveis diferenças significativas entre pessoas portuguesas e NPT. São as pessoas NPT quem apresenta níveis de escolaridade mais baixos, incluindo ausência de escolaridade. É entre esta população que mais sobressaem o ensino primário (12,9%) e o ensino básico (25,9%), sendo que em participantes nacionais essas percentagens não atingem os 8%. O ensino secundário é o nível de ensino que apresenta maior equilíbrio entre participantes nacionais e NPT. Pelo contrário o ensino superior é referido por mais de metade dos participantes nacionais e por apenas 24,5% das pessoas NPT. Ainda que os nacionais de países da UE sejam apenas 8, referir que 6 afirmam também ter completado o ensino superior.

Gráfico 32 - Respostas aos questionários, por grau de escolaridade do/a participante e grupo de nacionalidades (%)



Fonte: Questionário PMIM Loures 2020-2022.

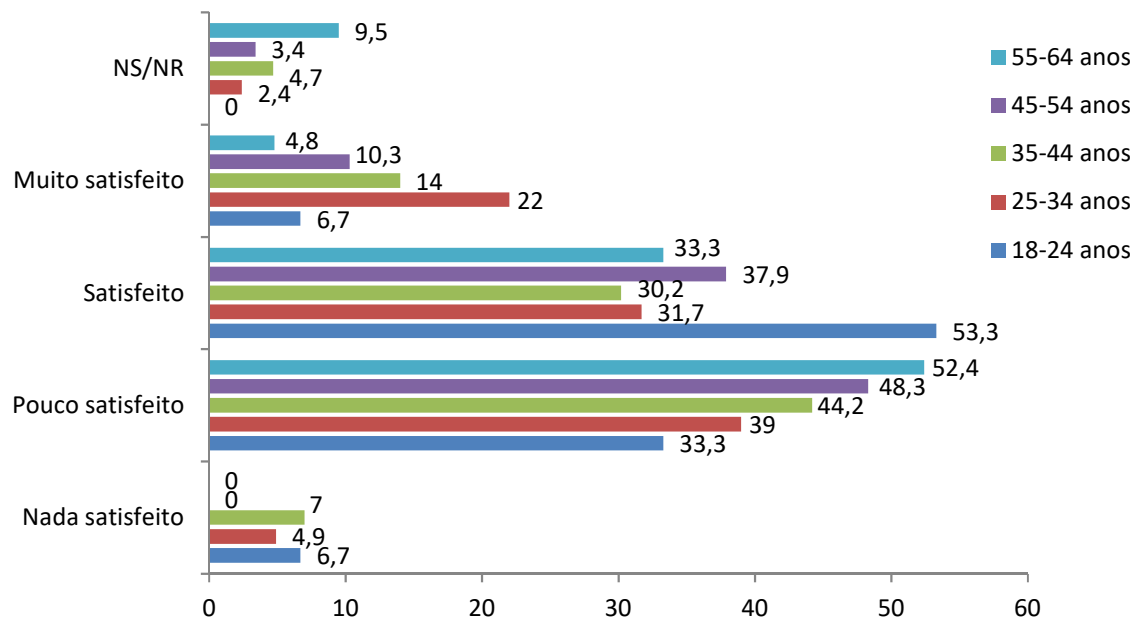
Questionadas sobre a sua satisfação com o nível de escolaridade que possuem, 34,6% das pessoas estrangeiras consideram-se ‘satisfeitas’. Menos satisfeitas estão 42,9% que se consideram ‘pouco satisfeitas’ e 3,8% dizem-se mesmo ‘nada satisfeitas’. Em oposição, 12,8% consideram-se ‘muito satisfeitas’ com os seus níveis de escolaridade.

Neste último grupo são as mulheres que apresentam maior percentagem, com 16,3% a considerar-se ‘muito satisfeitas’ com o nível de escolaridade que alcançaram face a 8,2% dos homens. A insatisfação está mais patente entre os homens, com 52,5% a considerem-se ‘pouco satisfeitos’ (por comparação a 38% das mulheres) e 4,9% ‘nada satisfeitos’ (3,3% no caso das mulheres).

As pessoas (apenas) ‘satisfeitas’ apresentam um maior equilíbrio entre mulheres e homens (35,9% e 32,8%, respetivamente).

A insatisfação com a escolaridade vai-se fazendo sentir à medida que se avança nos grupos etários, atingindo mais de metade das pessoas entre os 55 e os 64 anos (53,3% referem-se ‘pouco satisfeitas’). Ainda assim, a insatisfação está também patente ao nível das pessoas mais jovens entre os 18 e os 24 anos, provavelmente porque pretendem avançar ainda nos estudos e assim aumentar a sua escolaridade. Ainda assim, este grupo é dos que apresenta maior satisfação com 53,3% dos/as mesmos/as a referi-lo. Os/as mais satisfeitos/as são também os jovens mas desta vez entre os 25 e os 34 anos, com 22% de ‘muito satisfeitos’.

Gráfico 33 - Satisfação com o grau de escolaridade atingido por parte dos/as participantes estrangeiros/as (%)³



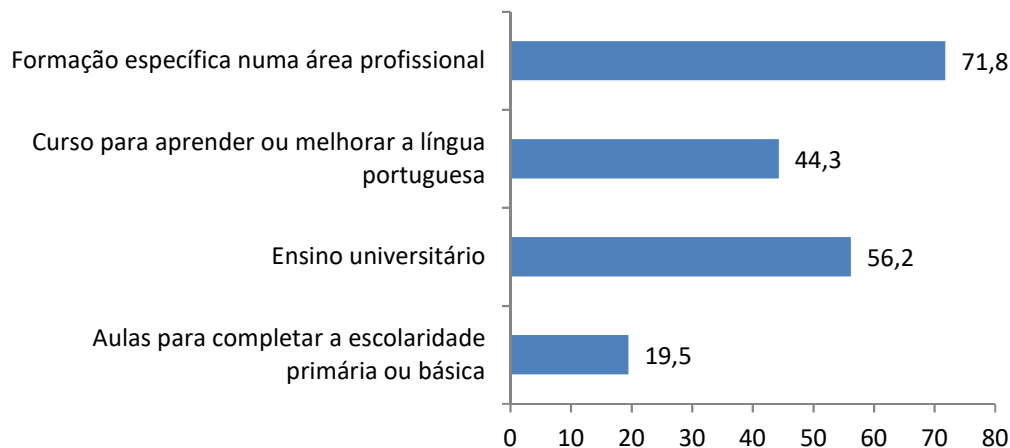
Fonte: Questionário PMIM Loures 2020-2022.

Ainda que haja uma generalizada insatisfação com o nível de escolaridade atingido, a grande maioria de participantes estrangeiros/as não se encontram presentemente a estudar (76,9%). Dos/as que o estão a fazer (33 pessoas), a maioria são mulheres (60,6%). Quanto ao grupo etário destes/as estudantes, como seria de esperar são os/as mais novos que sobressaem em maior percentagem, ainda que algumas pessoas estejam já em idades mais avançadas mas largamente em idade ativa: 27,3% têm entre 18 e 24 anos; 30,3% têm entre 25 e 34 anos e 27,3%, entre 35 e 44 anos.

Questionadas sobre as oportunidades de prosseguir os estudos e as opções que tomariam, é bastante claro que a escolha recaía sobre a frequência de uma formação específica numa determinada área profissional (71,8%), seguida numa aposta no ensino universitário (56,2%).

³ As pessoas com 65 ou mais anos não foram contabilizadas uma vez que totalizam 3 pessoas.

Gráfico 34 - Oportunidades de estudar que as pessoas estrangeiras gostariam de ter (%)



Fonte: Questionário PMIM Loures 2020-2022.

As mulheres sobressaem em todas as categorias por comparação aos homens, à exceção da formação profissional onde os homens apresentam uma percentagem superior (86% face a 75,9% da mulheres). As percentagens mais baixas quer de homens, quer de mulheres recaem sobre a opção de completar a escolaridade primária ou básica, sendo que essa escolha é sobretudo manifestada pela população mais velha, bem como a necessidade de aprender ou melhorar o domínio da língua portuguesa.

O domínio da língua portuguesa pode, aliás, tornar-se num obstáculo ao progresso dos estudos, bem como do processo de integração em geral dos cidadãos estrangeiros na sociedade de acolhimento. Relativamente a esta questão, 69,2% das pessoas estrangeiras participantes no questionário avaliaram como ‘bom’ ou ‘muito bom’ o domínio da língua portuguesa. Não descurando, contudo, a existência de 8,3% que o avalia como ‘fraco’.

Ainda no que se refere às opções de escolha em termos de estudos, a formação profissional surge como a escolha mais equilibrada entre os diferentes grupos etários, tendo sido manifestada por todos os grupos em percentagens bastante elevadas. Algumas pessoas aproveitaram também para manifestar as áreas de interesse dessa formação profissional. Entre elas surgem a informática, a mecânica, o inglês, entre outros. Foi também manifestada a vontade de iniciar estudos ao nível de mestrados e doutoramentos.

Estudos anteriores ajudam-nos também a compreender as dificuldades de estudantes estrangeiros/as e os recursos para as mitigar.

Na sua dissertação de mestrado, Ruth Linares (2011) procurou identificar os fatores que mais contribuem para o desempenho escolar de alunos/as imigrantes de alguns países da Europa de Leste (Moldávia, Roménia e Ucrânia), com base num estudo de caso em duas escolas básicas dos 2º e 3º ciclos, uma das quais situada no concelho de Loures. Relativamente a esta escola, Linares concluiu que o desempenho escolar de estudantes da Europa de Leste era superior ao de estudantes portugueses e ao de estudantes com outras origens imigrantes, apontando três fatores explicativos fundamentais: o nível de escolaridade do encarregado de educação (predominantemente a mãe), favorecendo o capital cultural e as expectativas do/a aluno/a em relação à escola e ao estudo; as dinâmicas dos grupos de pares; e o funcionamento/organização da escola e do território escolar. Quanto a este último fator, o sucesso da escola de Loures na integração destes alunos específicos era resultado de uma oferta formativa ampla, de um Projecto Educativo que valorizava fortemente a inclusão socioescolar (tinha nomeadamente mais docentes com formação em Educação Intercultural e maior utilização de recursos didático-pedagógicos de valência multicultural) e de uma experiência temporal mais longa com as questões de multiculturalidade.

Um artigo de Maria da Luz Costa e Maria de São José Côrte-Real (2010) descreve o projeto-piloto MUSSI – Música, Sinergias e Interculturalidade, desenvolvido em 2007 e 2008 na Escola do 1º Ciclo do Ensino Básico N.º 4, do Agrupamento de Escolas de São João da Talha. O projeto abrangeu toda a comunidade escolar (19 docentes, 300 estudantes com uma grande diversidade étnica e necessidades educativas especiais, 7 agentes performativos e 7 auxiliares de ação educativa), organizando oficinas performativas e apresentações públicas periódicas na comunidade. Promoveu a colaboração a muitos níveis, a integração de migrantes e a articulação de saberes relacionados com a música, a dança e o drama na atividade curricular. A análise dos resultados do projeto (Côrte-Real, 2011) mostra que dele resultaram melhorias de desempenho escolar, um aumento qualitativo nos indicadores de satisfação e de envolvimento com a escola, melhorias nas relações inter-pares na escola, nas relações entre estudantes e docentes, e nas relações entre as famílias e a escola.

Através do grupo de discussão sobre educação e língua realizado no âmbito do presente diagnóstico, pudemos corroborar a persistência de várias dificuldades vividas nestas áreas por pessoas migrantes, sejam crianças, jovens ou pessoas adultas, merecendo destaque as seguintes:

- Elevada prevalência de insucesso e abandono escolar;
- Falta de recursos e de qualificações específicas por parte de profissionais na área da educação para mitigar e prevenir percursos escolares insatisfatórios;
- Dificuldades linguísticas na comunicação entre profissionais e nacionais de países terceiros;

- Dificuldades de acesso de nacionais de países terceiros ao ensino da língua portuguesa por motivos de horário, custo ou motivação.

2.9. Capacitação e formação

O número de participantes em ações de formação dinamizadas pelo IEFP registou um forte aumento entre 2015 e 2016, sendo este mais acentuado entre pessoas portuguesas (+116,6%). O número de ações formativas decresceu ligeiramente em 2017, mas tornou a aumentar nos anos seguintes. No que se refere à população estrangeira, o número de formandos/as registou também um aumento em 2016, decrescendo depois até 2019. À semelhança do ocorrido relativamente à população nacional, 2020 foi um ano de novo aumento. Sendo este um ano particularmente afetado pelo desemprego, mais uma vez como reflexo da situação pandémica, estes aumentos terão, porventura, derivado desse facto.

Quadro 24 – Formandos/as no concelho de Loures, segundo a origem, dezembro 2015 – novembro 2020

		2015	2016	2017	2018	2019	2020
Portugueses/as	Nº	926	2006	1928	2062	2297	3081
	% variação	-	+116,6	-3,9	+7,0	+11,4	+34,1
Estrangeiros/as	Nº	174	276	258	251	226	362
	% variação	-	+58,6	-6,5	-2,7	-10,0	+60,2

Fonte: IEFP de Loures e cálculos próprios.

Em termos da frequência de homens e de mulheres, a partir de 2017 as mulheres portuguesas são quem mais tem frequentado ações de formação, possivelmente como resultado também de o número de desempregadas ser superior. No que concerne à população estrangeira, os homens, apesar de não registarem valores de desemprego superiores ao das mulheres, estão em superioridade numérica ao nível das ações de formação em todos os anos em análise, à exceção de 2020.

Quadro 25 - Formandos/as no concelho de Loures por sexo, 2015-2020 (v.a.)

		2015	2016	2017	2018	2019	2020
Portugueses/as	Mulheres	382	933	999	1114	1300	1798
	Homens	544	1073	929	948	997	1283
	Total	926	2006	1928	2062	2297	3081
Estrangeiros/as	Mulheres	70	107	117	118	99	206
	Homens	104	169	141	133	127	156
	Total	174	276	258	251	226	362

Fonte: IEFP de Loures.

O grupo de discussão que se debruçou sobre as matérias de capacitação e formação debateu aspetos mais amplos e problemáticos para a integração de migrantes. Urge reforçar e diversificar a oferta formativa para migrantes, ajustando-a às necessidades e às possibilidades da população destinatária. Por outro lado, é também fundamental qualificar profissionais que trabalham em áreas estratégicas de apoio a migrantes e à sua integração. Em termos sintéticos, podemos salientar três problemas sublinhados pelos/as participantes no grupo de discussão:

- Falta de recursos e de qualificações específicas por parte de profissionais para apoiar a integração de nacionais de países terceiros, nomeadamente nas áreas da educação, da habitação, do emprego e da saúde;
- Insuficientes oportunidades de capacitação de nacionais de países terceiros em matérias específicas, incluindo formação profissional, educação financeira e formação para o empreendedorismo;
- Escassez de competências digitais, sobretudo nas faixas etárias mais avançadas, reforçando situações de exclusão laboral e social.

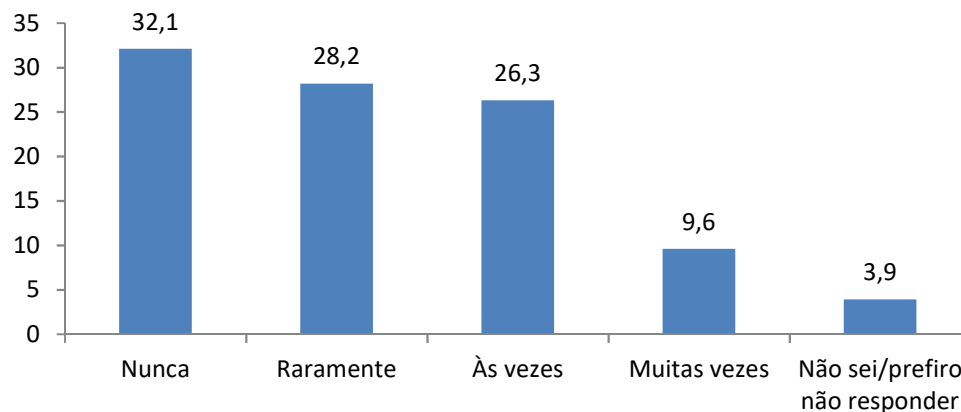
2.10. Cultura

A diversidade cultural do concelho de Loures, decorrente do volume da população estrangeira e da multiplicidade de origens e percursos migratórios, é reconhecida pelos atores locais como uma fonte de riqueza. São vários os documentos e projetos e ações em curso que corroboram o empenho no reconhecimento e na valorização da diversidade cultural, dando-lhe visibilidade e relevância no discurso narrativo sobre o território e o património cultural do mesmo. É disto exemplo o trabalho desenvolvido no Museu Municipal de Loures, destacando-se o projeto “Loures no Caminho para a

Interculturalidade”, que abrangeu duas exposições com um número total de 4661 participantes (entre participantes nas ações associadas e visitantes das exposições), envolvendo 42 pessoas ou entidades representativas de NPT na dinamização das exposições. Também a oferta cultural/artística e a programação das Festas de Loures têm procurado integrar e dar visibilidade à multiculturalidade local.

O acesso à cultura, nomeadamente através da frequência de bibliotecas, de espetáculos ou de museus, pode parecer algo que não levanta questões de maior, mas a verdade é que nem todas as pessoas desfrutam destes momentos de lazer e desenvolvimento pessoal. Segundo o questionário aplicado no âmbito deste diagnóstico, 32,1% das pessoas estrangeiras ‘nunca’ participam em atividades culturais e 28,2% fazem-nos ‘raramente’. As mulheres estão mais presentes entre as pessoas que nunca o fazem (39,8% face a 21,7% de homens), mas também entre quem se encontra na situação oposta, ou seja, quem mais refere participar ‘muitas vezes’ em atividades culturais (12,9% por comparação a 5% dos homens).

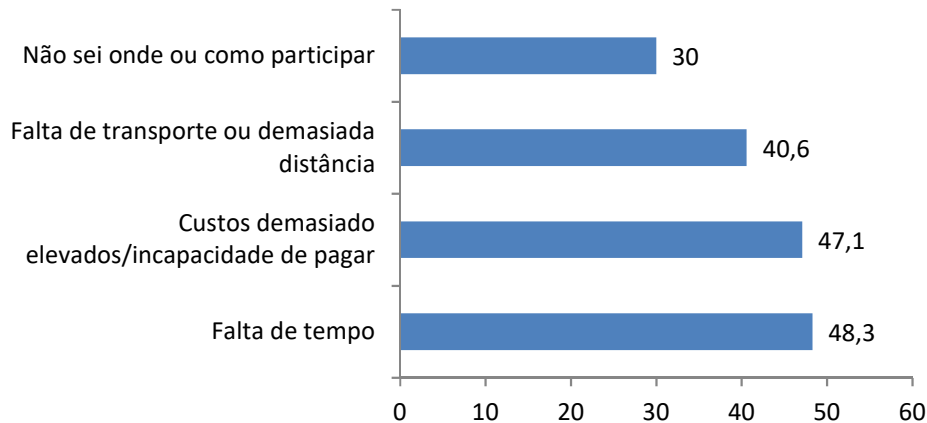
Gráfico 35 - Frequência com que as pessoas estrangeiras participantes participam em atividades culturais (%)



Fonte: Questionário PMIM Loures 2020-2022.

Os motivos apontados estão, sobretudo, relacionados falta de tempo e com os custos associados a essa participação. 30% das pessoas não sabem onde aceder nem como aceder a essas atividades culturais.

Gráfico 36 - Motivos para as pessoas estrangeiras participantes não participarem em atividades culturais (%)



Fonte: Questionário PMIM Loures 2020-2022.

É entre as mulheres que se registam as maiores percentagens de dificuldades em todas as situações acima apontadas, embora a falta de tempo seja a que recolhe maior valor (51,1%). No caso dos homens, o maior valor registado é ao nível dos custos demasiados elevados e/ou a incapacidade de fazer face aos mesmos para poder aceder a eventos culturais (46,9%).

O grupo de discussão dedicado a esta área temática permitiu recolher diversas experiências e perspetivas, bem como identificar três vetores de ação nos quais valerá a pena continuar a investir:

- Valorizar a multiculturalidade na oferta cultural local;
- Incentivar a participação de NPT em atividades culturais desenvolvidas por estruturas públicas, nas quais estão com frequência ausentes por motivos de horário, transporte, desconhecimento ou desinteresse;
- Reforçar as oportunidades e a visibilidade de NPT como criadores e produtores de cultura.

A investigação empírica realizada nos últimos anos confirma a relevância de iniciativas na área cultural para promover a integração de migrantes, sem deixar de apontar as suas limitações e os riscos que convém acautelar.

A dissertação de mestrado de Henrique Costa (2018), sobre o projeto da Galeria de Arte Pública (GAP) na Quinta do Mocho, começa por salientar que este bairro, tendo passado por um longo processo de ocupação e autoconstrução de casas por famílias de imigrantes oriundas dos PALOP a partir dos anos 70 e um realojamento acelerado nos anos 90, sofreu desde o seu início uma intensa estigmatização social, fomentada por problemas de criminalidade e falta de serviços públicos. Desde

2014, o projecto da GAP, que envolveu a realização de pinturas de graffiti nas fachadas dos prédios, possibilitou o rompimento do estigma e a sua abertura ao resto da cidade/metrópole, particularmente com a introdução de visitas guiadas. A análise mostra que o projeto foi na generalidade bem recebido pelos moradores e teve impactos positivos no seu quotidiano, em particular sentimentos de pertença e de orgulho em viver no bairro, a par de melhorias concretas que ocorreram como a circulação de carreiras da Rodoviária de Lisboa, a colocação de rampas na entrada dos prédios para pessoas com mobilidade reduzida, melhorias nas condições de salubridade e o estreitamento da relação com o poder público autárquico. Ainda assim, Costa alerta que estas melhorias não garantem continuidade no tempo; que os moradores continuaram a reportar problemas por resolver relacionados com a qualidade da habitação e com a ausência de espaços de lazer; e que a capacitação dos moradores associada à GAP se limitou ao trabalho realizado com os moradores-guia, suscitando riscos de que o projeto seja crescentemente entendido como um ato de ‘maquilhagem’ e não de transformação estrutural do bairro.

Já Kata Murányi (2017), analisando vários casos a nível internacional, apontava a GAP na Quinta do Mocho como uma iniciativa muito importante para a promoção pública das artes de rua, rompendo com a associação do graffiti a vandalismo. A criatividade urbana foi utilizada como ferramenta de combate à exclusão social e de envolvimento ativo das comunidades, contribuindo para a necessária construção e consolidação de uma memória coletiva, o que neste caso exige o reconhecimento do passado colonial, como proposto pelo retrato de Amílcar Cabral na GAP.

Por sua vez, Castellano e Raposo (2020) mostram que, através de meios criativos audio-visuais, os jovens afrodescendentes nas periferias de Lisboa respondem e refletem sobre questões de racismo, violência policial e marginalização urbana, bem como celebram visões de uma sociedade sem discriminação racial. O bairro da Quinta do Mocho é identificado pelos autores como um dos lugares onde estes meios criativos, de alcance ampliado pelos recursos *online* quando estes existem, têm permitido aos jovens desenvolver uma identificação positiva com comunidades da diáspora africana e contrariar estereótipos e imagens frequentemente usadas para categorizar sujeitos e comunidades racializadas em Portugal. Daí resultam obras que devem ser reconhecidas como produção artística da mesma maneira que o são as atividades convencionais de instituições culturais como museus.

2.11. Saúde

O acesso à saúde por parte da população migrante nem sempre ocorre de forma simples e imediata. A par das dificuldades experienciadas por pessoas portuguesas, colocam-se às pessoas estrangeiras

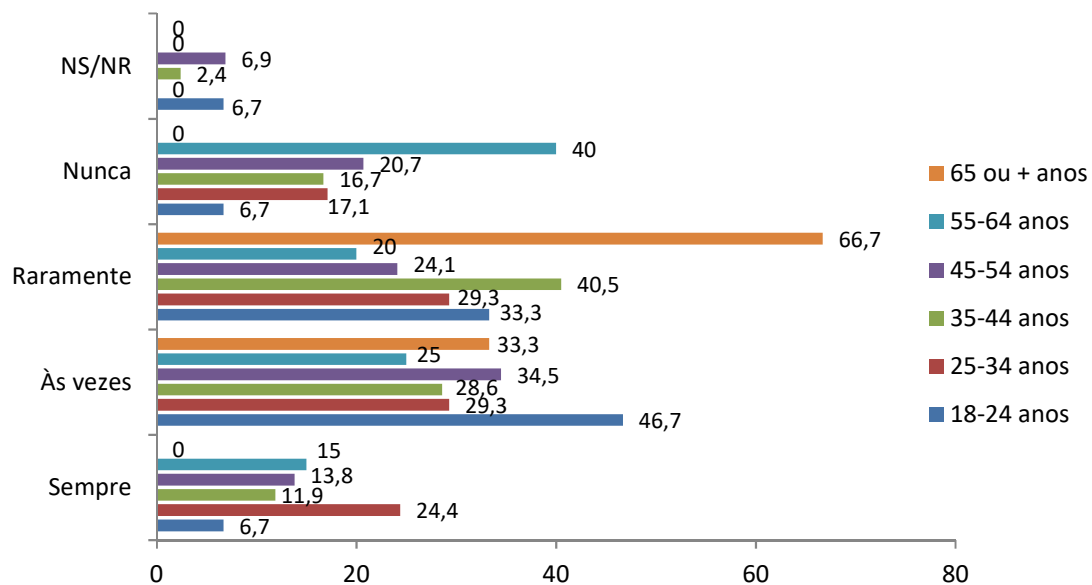
desafios acrescidos que podem estar relacionados com o desconhecimento de serviços e circuitos, fracos recursos económicos, situação irregular, falta de domínio da língua portuguesa, diferentes atitudes e comportamentos face à saúde, medo e sentimentos de discriminação, entre outros fatores.

No que se refere às pessoas estrangeiras participantes no questionário, a maioria considera a sua condição de saúde 'boa' (60,3%). Cerca de 17,3% consideram-na 'má' ou 'muito má' e 16% são de opinião de que esta é 'muito boa'. Homens e mulheres, na sua maioria, consideram 'boa' a sua condição de saúde (67,4% das mulheres e 54,2% dos homens), sendo no entanto de realçar a existência de 25,4% dos homens que avaliam a sua saúde como 'má/muito má', por comparação a 13,1% das mulheres. Naturalmente que a apreciação mais negativa está mais patente nos grupos etários mais avançados, acima dos 55 anos, enquanto nas faixas mais novas (entre os 18 e os 34 anos) a apreciação é, sobretudo, positiva ou muito positiva. Associado à condição de saúde e à apreciação que é feita relativamente à mesma por parte dos cidadãos estrangeiros poderão estar as dificuldades sentidas pelas pessoas aos cuidados de saúde, uma vez que 45,5% das mesmas refere que as sente 'sempre' ou 'às vezes'. Quem raramente sente dificuldades são 30,1% e sem referir quaisquer dificuldades, 18,6% dos/as participantes estrangeiros/as.

São as mulheres quem mais dificuldades referem sentir, sendo mais de metade diz senti-las 'sempre' ou 'às vezes' (50,5%) – essa percentagem nos homens é de 41,4%. No ponto oposto, são eles que referem 'nunca' sentir dificuldades em maior percentagem (20,7% face a 18,3% das mulheres).

Quanto às faixas etárias e à existência, ou não, de dificuldades no acesso aos cuidados de saúde, é interessante verificar que são as faixas mais jovens aquelas que referem ter mais dificuldades nesse acesso. Entre aqueles/as que referem ter 'sempre' dificuldades de acesso o destaque vai para a faixa entre os 25 e os 34 anos, enquanto quem refere sentir dificuldades 'às vezes' são sobretudo os mais jovens entre os 18 e os 24 anos. A população mais velha, acima dos 65 anos, são quem refere sentir essas dificuldades apenas 'raramente' (66,7%) e a faixa dos 55 aos 64 anos 'nunca' sentem dificuldades a este nível.

Gráfico 37 - Frequência com que os/as participantes estrangeiros/as tem dificuldades em aceder aos cuidados de saúde de que precisa, por grupo etário (%)



Fonte: Questionário PMIM Loures 2020-2022.

Concretizando essas dificuldades de acesso, estas prendem-se na maior parte dos casos com situações relacionadas com tempos de espera (56,9%) e com os custos elevados ou incapacidade de pagar as despesas inerentes às consultas / exames / medicamentos (37,9%). Em menor percentagem surgem dificuldades associadas à comunicação entre utente e profissional de saúde (26,8%), à insatisfação com a qualidade dos cuidados prestados (23%) e, por último mas não menos relevante, dificuldades em saber onde procurar os cuidados médicos necessários (21,1%). Outras dificuldades também sentidas pelas pessoas estão relacionadas na maior parte das situações referidas com o facto de não terem médico de família e ausência de vagas para marcação de consulta.

O grupo de discussão dedicado à área temática da saúde procurou identificar, de forma tão concreta quanto possível, os obstáculos que devem ser eliminados para assegurar que as pessoas estrangeiras a residir ou trabalhar no concelho conhecem os seus direitos em matéria de saúde e procuram os cuidados de que precisam. Foram salientadas quatro lacunas a colmatar:

- Falta de materiais informativos destinados a NPT, abordando especificamente temáticas identificadas por profissionais de saúde como prementes;
- Dificuldades de expressão e comunicação entre profissionais de saúde e NPT;
- Insuficiente promoção da literacia da saúde, particularmente em áreas do concelho de especial vulnerabilidade socioeconómica;

- Lacunas na articulação de serviços nos casos de tratamento médico ao abrigo de protocolos internacionais.

O estudo de caso realizado por Joana Catela (2017) sobre a saúde mental de imigrantes realojados nos Terraços da Ponte e o apoio que lhes é prestado por uma organização da sociedade civil mostra a complexidade do desafio. Uma reflexão crítica é necessária para destrinçar fatores individuais e sociais, tarefa essencial para construir um diagnóstico correto e mobilizar os métodos de intervenção mais adequados.

Num artigo posterior, a mesma autora destaca um conjunto de aspetos determinantes a considerar: os objetivos e inspirações das organizações da sociedade civil, as motivações dos profissionais, as expectativas dos sujeitos relativamente ao apoio que podem obter destes serviços e a sua capacidade de exercer agência apesar dos constrangimentos com que se debatem. Alerta para três problemas específicos. Primeiro, os discursos centrados em ideias como “vulnerabilidade” ou “empoderamento” colocam o foco no indivíduo e não no problema de que ele sofre; a intervenção poderá ajudar a pessoa a lidar melhor com a adversidade, mas não atenuará a violência que a atinge. Segundo, a intervenção obedece muitas vezes aos objetivos das agências financiadoras mais do que às necessidades reais dos recipientes. Terceiro, uma intervenção baseada no “apoio” pode em si mesma contribuir para perpetuar as desigualdades sociais e económicas que, ao permanecerem por resolver, mantêm a injustiça e o sofrimento.

2.12. Solidariedade e resposta social

No concelho de Loures, são diversas as entidades que prestam apoio nesta área a pessoas migrantes. Além dos organismos da administração pública central (como a Segurança Social) e da administração pública local (como a Câmara Municipal e as Juntas de Freguesia), existe um leque amplo de organizações com intervenção quotidiana no terreno, nomeadamente associações de migrantes e entidades de cariz religioso ou sociocaritativo, bem como projetos apoiados por fundos públicos que atuam transversalmente em vários domínios da integração de migrantes, como aqueles no âmbito do Programa Escolhas ou dos Contratos Locais de Desenvolvimento Social.

Assinale-se também que está localizado no concelho de Loures o Centro de Acolhimento de Refugiados, do Centro Português para os Refugiados. As dificuldades específicas das pessoas refugiadas foram examinadas por Maria Cristina Santinho (2013) através de pesquisa de campo entre 2007 e 2011, expondo uma significativa divergência entre o que estava salvaguardado nas leis que protegem os direitos de cidadania das pessoas refugiadas e a sua vida de todos os dias. O acesso a

cuidados de saúde física e mental adequados às suas necessidades era um dos principais problemas. A autora salientava que, embora no concelho de Loures as pessoas refugiadas encontrassem apoio e reconhecimento institucional, o mesmo não sucedia noutras regiões do país, o que as limitava quando pretendiam procurar também fora do concelho oportunidades de trabalho, de alojamento e de cuidados médicos, entre outros.

2.13. Cidadania e participação cívica

Como vimos acima, a aquisição de nacionalidade é um dos principais motivos pelos quais as pessoas migrantes procuram o apoio do GAM de Loures. Segundo o registo de atendimentos realizados por este gabinete em 2020, a nacionalidade foi o assunto abordado pelo/a utente em 148 casos. O mesmo se verifica quando consideramos os atendimentos realizados no período de 2010-2019 nos seus vários locais ou modalidades (Sacavém, Camarate, Loures e itinerante).

Independentemente da nacionalidade, as pessoas migrantes têm o direito de participar em atividades de carácter cívico ou político e muitas podem votar pelo menos nas eleições autárquicas, consoante o seu tempo de residência em Portugal. Significará isto que exercem plenamente esses direitos? Como também observámos atrás, a cidadania e participação cívica constitui uma das áreas temáticas nas quais as entidades locais avaliaram como pior a situação das pessoas estrangeiras no concelho de Loures.

No grupo de discussão em que se abordou estas temáticas, pudemos aprofundar e clarificar os obstáculos que persistem. Três problemáticas foram identificadas como especialmente prementes:

- Desconhecimento de muitas pessoas NPT quanto aos seus direitos e deveres enquanto residentes em Portugal;
- Reduzidas oportunidades e incentivos à sua participação cívica;
- Lacunas na consciencialização relativamente a aspetos fundamentais do bem-estar individual e comunitário, nomeadamente a igualdade de género e os direitos das crianças.

Um estudo recente, realizado numa parceria da Câmara Municipal de Loures com o CIES - Centro de Investigação e Estudos de Sociologia (ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa) e a ACCL - Associação de Colectividades do Concelho de Loures, mostra bem a heterogeneidade e o dinamismo do movimento associativo no concelho (Santos et al., 2020). De todas as associações identificadas no estudo, porém, apenas 5,7% são associações de solidariedade social, ou seja, com fins específicos de apoio humanitário e social e que visam promover o bem-estar da comunidade, seja através de ações

concertadas para grupos-alvo específicos (imigrantes, operários e pessoas em países em desenvolvimento) ou da promoção de atividades que permitam a dinamização social.

2.14. Média e sensibilização da opinião pública

No grupo de discussão em que se abordou esta área temática, várias pessoas frisaram a relevância de investir na sensibilização da opinião pública para contrariar comportamentos discriminatórios que penalizam as pessoas migrantes de forma direta ou indireta, por exemplo no acesso à habitação e ao emprego. A representante de uma associação local referiu também um episódio de contestação por parte da vizinhança a um projeto desenvolvido com jovens descendentes de migrantes. Embora as ocorrências de discurso de ódio não tenham sido descritas como frequentes, são em todo o caso preocupantes e merecem uma intervenção a montante para desconstruir os preconceitos que lhes subjazem. As questões mal resolvidas que perduram desde os tempos da guerra colonial foram identificadas como fonte de ressentimento especificamente contra pessoas provenientes dos PALOP, estimulando noções persistentes de um mundo dividido entre “nós” e “eles”.

No mesmo grupo de discussão reconheceu-se que importa apostar em formas criativas e eficazes de promover o conhecimento da diversidade existente no concelho e dos seus contributos positivos a nível social, económico e cultural. São necessárias vias regulares para um diálogo aberto e pedagógico no qual possam ser expressadas dúvidas, curiosidades e medos. Este trabalho tem sido feito sobretudo por escolas e por associações no âmbito das suas atividades correntes, com benefícios claros para o combate à discriminação e ao racismo. As pessoas participantes no grupo de discussão concordaram que tais espaços de contacto e aprendizagem são igualmente necessários para quem não está em idade escolar, com o objetivo de aproximar comunidades que às vezes vivem lado a lado num ambiente de suspeita.

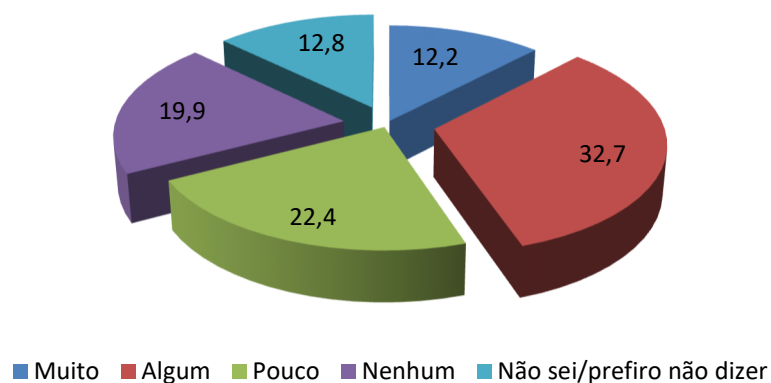
Foi ainda mencionado que alguns órgãos de comunicação social tendem a salientar o envolvimento de migrantes em notícias sobre crimes, contribuindo para a ideia de que a origem racial e étnica constitui um fator explicativo para os atos perpetrados. Os estigmas são frequentemente reforçados através das redes sociais, nas quais as pessoas se sentem mais protegidas e menos vigiadas para exprimir o racismo.

Não foram identificados, no concelho, órgãos de comunicação social da iniciativa de migrantes ou dirigidos especialmente a migrantes.

2.15. Racismo e discriminação

O questionário aplicado para este diagnóstico mostra que algumas pessoas migrantes já passaram pela experiência pessoal ou têm conhecimento de situações consideradas de racismo ou discriminação envolvendo sobretudo tratamento desigual, comentários impróprios, agressões verbais e/ou físicas. Sobre esta matéria, as opiniões das pessoas estrangeiras participantes no questionário relativamente à existência ou não de racismo e discriminação são ambivalentes. São 44,9% aquelas que consideram haver ‘muito’ ou ‘algum’ grau de discriminação e/ou racismo no concelho de Loures face à população imigrante. Por outro lado, cerca de 20% não identifica a existência deste tipo de comportamento.

Gráfico 38 - Grau de racismo e discriminação existente contra pessoas estrangeiras no concelho de Loures (%)

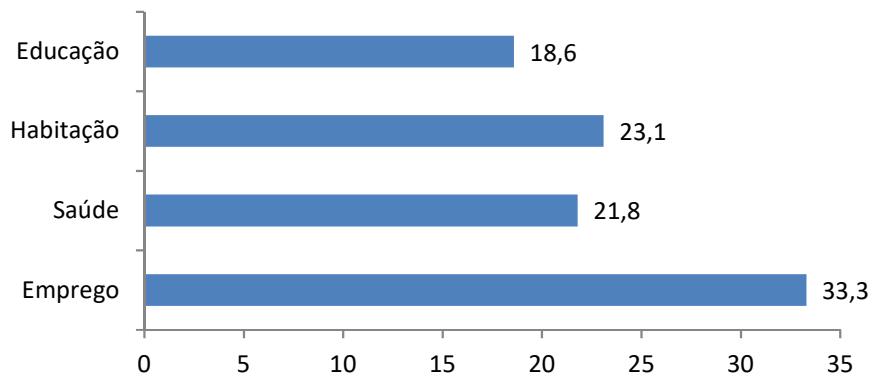


Fonte: Questionário PMIM Loures 2020-2022.

Os homens tendem a achar mais que não existe racismo e discriminação (23,3% face a 18,5% das mulheres), enquanto as mulheres têm maior expressão em achar que existe ‘muito’ racismo e discriminação (13% face a 11,7% dos homens). Ainda assim, tanto homens como mulheres referem em maior percentagem existência de ‘algum’ racismo e/ou discriminação: 31,5% das mulheres e 36,7% dos homens.

A área onde as pessoas estrangeiras participantes já sofreram mais discriminação e/ou racismo é, claramente, a área do emprego, seguida da área da habitação e saúde.

Gráfico 39 - Áreas onde as pessoas estrangeiras participantes já sofreram racismo e discriminação (%)



Fonte: Questionário PMIM Loures 2020-2022.

Há algum equilíbrio entre mulheres e homens em termos das áreas onde cada um sentiu mais discriminação e/ou racismo, ainda assim as mulheres apresentam valores ligeiramente acima dos homens, à exceção da área da saúde no qual os homens que referem ter tido alguma experiência a este nível são 24,1% por comparação a 22,7% das mulheres.

Algumas pessoas estrangeiras participantes também identificam outras áreas/serviços onde a discriminação e/ou racismo foi sentido, a saber: em transportes públicos, nos supermercados, nos balcões de atendimento ao público, nos serviços públicos, por agentes de autoridade.

Convidadas a descrever situações que elas próprias tenham experienciado, ficam aqui alguns das situações referidas:

- *Acham que brasileiro quer-se aproveitar, não é de confiança e só quer roubar o marido e o emprego dos portugueses*
- *Discriminação na faculdade, impossibilidade de aceder a certos conteúdos; indiferença às minhas dúvidas e objeções; não compreensão e falta de bom senso*
- *No centro das finanças de Loures fui extremamente maltratada por uma funcionária por ser brasileira. Precisava apenas alterar a morada do meu NIF, além de não o fazer a mesma humilhou-me dizendo para eu voltar à minha "terrinha" de onde nunca deveria ter saído*
- *Disseram-me 'preto vai para a tua terra, nós não queremos escumalhada aqui!'. O que mais me dói é quando um africano fez uma coisa errada, juntam todos os africanos e começam a falar mal dos africanos*

- *Em contacto com a senhoria, o imóvel foi indicado como já arrendado, quando outra pessoa portuguesa entrou em contacto com o senhorio este informou que o imóvel estava disponível*
- *Palavras ofensivas de pessoas que não aceitam conviver com imigrantes do tipo, "volta pra sua terra!" "Portugal é dos portugueses!" "Não gosto de brasileiros!"*
- *Tenho um vizinho que prefere não entrar no elevador se eu ou os meus filhos por coincidência sairmos ao mesmo tempo que ele. E se recusa a responder até a uma saudação*
- *Discriminação camuflada por questões laborais*
- *Não dão emprego a quem não tem documento, mesmo se já esteja em andamento*
- *No emprego, porque não aceitavam pessoas de pronúncia "brasileira"*
- *Principalmente nos serviços públicos, somos mal vistos e não existe calma nem paciência para nos atender. Falam demasiadamente rápido, propositadamente, não nos informam corretamente sobre as situações. Isso é muito constrangedor*
- *Na camioneta, uma mulher portuguesa procurou a carteira dela na mala e não encontrou. Começou a acusar o rapaz que estava sentado atrás dela e os outros portugueses que estavam na camioneta apoiaram a mulher. Por fim, a mulher encontrou a carteira dela dentro da mala*

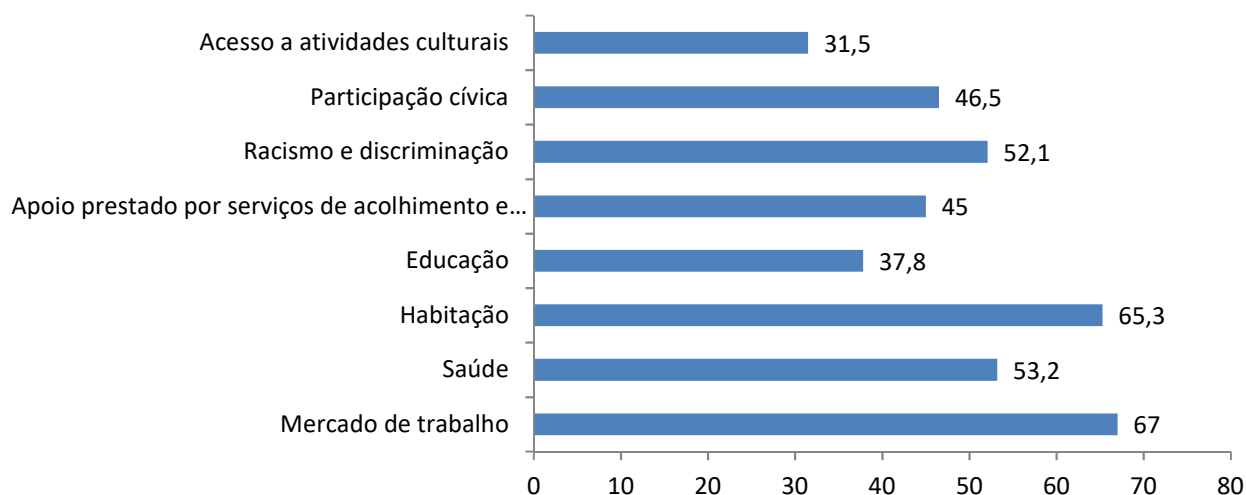
O questionário incluía também, para as pessoas de nacionalidade portuguesa, algumas perguntas sobre a sua experiência de interação com pessoas estrangeiras e as suas opiniões relativamente às eventuais dificuldades que a população estrangeira enfrenta em diversas áreas.

Quanto à apreciação das interações com pessoas estrangeiras, a grande generalidade das pessoas portuguesas (74,7%) faz uma avaliação positiva/muito positiva dessas interações. As diferenças nas apreciações entre homens e mulheres não denotam grandes disparidades no que toca às apreciações positivas/muito positivas. Já no que toca às apreciações algo negativas/muito negativas, estas estão mais patentes entre os respondentes masculinos (6,9% face a 2,3% de mulheres).

Quanto às áreas nas quais participantes portugueses/as percebem haver mais dificuldades para as pessoas estrangeiras no concelho de Loures, pelo gráfico abaixo é possível verificar que, em algumas áreas, mais de metade das pessoas nacionais considera haver muitas/algumas dificuldades sentidas pelas pessoas estrangeiras. Para 67% das pessoas respondentes de nacionalidade portuguesa, o mercado de trabalho é a área na qual julgam haver mais dificuldade de integração, seja ao nível da obtenção de trabalho, seja pelos baixos rendimentos auferidos. De facto, pelos grupos de discussão que tiveram lugar, a precariedade laboral a que muitas pessoas imigrantes estão sujeitas, associadas

a dificuldades linguísticas, são algumas das dificuldades referidas. Por outro lado, a ausência de contratos de trabalho ou contratos a termo certo, horários de trabalho longos e baixas remunerações são também algumas das dificuldades a que estão sujeitas as pessoas estrangeiras. De salientar que, do total de participantes no questionário, a maior percentagem de desempregados encontra-se entre a população de NPT.

Gráfico 40 - Opinião sobre as dificuldades sentidas pelas pessoas estrangeiras⁴, por área da vida relevante para a sua integração (%)



Fonte: Questionário PMIM Loures 2020-2022.

Outra das áreas com maior percentagens de respostas apontando a existência de dificuldades é a habitação (65,3%). O acesso à habitação e a salubridade de algumas habitações, bem como os elevados preços praticados nomeadamente ao nível do mercado de arrendamento, tornam esta área de bastante complexa resolução para a população estrangeira. Já foi também referido no presente documento o conjunto de problemáticas envolvidas na área da habitação. As situações de sobrelotação das habitações que decorrem da incapacidade financeira de as pessoas isoladamente fazerem face aos custos associados, bem como a recusa que por parte de alguns senhorios em proceder ao arredamento de imóveis a pessoas imigrantes, torna-se uma dificuldade acrescida ao acesso condigno aos mesmos.

Também acima dos 50% surge a área do racismo e discriminação (52,1%), que pode congrega diversas facetas e diversas áreas em si mesma. A Comissão para a Igualdade contra a Discriminação

⁴ As percentagens apresentadas no gráfico são referentes à junção das respostas às opções ‘muitas dificuldades’ e ‘algumas dificuldades’.

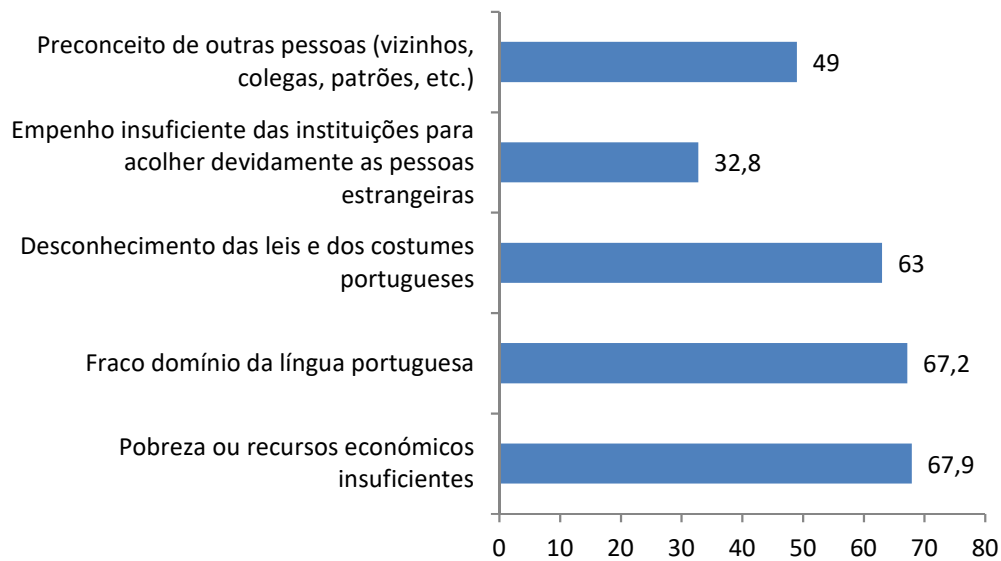
Racial (CICDR) é a entidade a nível nacional que faz o acompanhamento de queixas relativas a discriminação de base racial e étnica, *‘tendo como missão assegurar a aplicação do regime jurídico que proíbe a discriminação no exercício de direitos por motivos baseados na raça, cor, nacionalidade ou origem étnica.’* É um órgão de composição plural, presidido pela Alta-Comissária para as Migrações e composto por representantes dos grupos parlamentares da Assembleia da República, do Governo, dos Governos Regionais dos Açores e da Madeira, das associações de imigrantes, das associações antirracistas, das centrais sindicais, das associações patronais, das comunidades ciganas, das associações de defesa dos direitos humanos bem como personalidades de reconhecido mérito, designadas pelos restantes membros⁵.

As situações de discriminação e racismo continuam presentes e a ser sentidas por parte de população imigrante, sendo que *a falta de informação contribui para alimentar mitos e estereótipos errados e influenciar negativamente a perceção dos cidadãos sobre a imigração e os reais contributos dos imigrantes para o país.* O tratamento diferenciado, como seja o acesso ao emprego ou à habitação, os estereótipos associados a determinados grupos de nacionalidades, como seja o caso da brasileira. Em 2019, as queixas recebidas pela CICDR dão conta de que a nacionalidade brasileira continua a ser aquela que mais se destaca como fundamento de discriminação, passando de 13% em 2018 para 17% em 2019 (vd. Oliveira, 2020).

Relativamente aos motivos subjacentes às dificuldades sentidas pelas pessoas estrangeiras no concelho de Loures, existem três motivos mais apontados pelas pessoas de nacionalidade portuguesa para que essas dificuldades se façam sentir. Desde logo ressalta a débil situação económica em que se encontram muitas pessoas e famílias estrangeiras. A falta de recursos e a pobreza muitas vezes associada, condiciona outras dimensões da vida e exclui ou dificulta o acesso a outras. Por outro lado, a língua e o fraco domínio de algumas pessoas estrangeiras. Também foi mencionado nos grupos de discussão que ocorreram as dificuldades acrescidas pelas quais passam as pessoas imigrantes pelo fraco domínio da língua portuguesa, o que lhes dificulta o acesso a serviços (nomeadamente de saúde), ao emprego, ao exercício dos seus direitos de forma plena.

⁵ Mais informação em: <https://www.cicdr.pt/inicio>.

Gráfico 41 - Motivos apontados para as dificuldades sentidas pelas pessoas estrangeiras (%)



Fonte: Questionário PMIM Loures 2020-2022.

Por último, como fator mais mencionado como dificuldade, surge o desconhecimento das leis e costumes nacionais. Este aspeto poderá originar comportamentos e atitudes que poderão não se adequar àquelas que são as práticas e funcionamento da sociedade de acolhimento, gerando conflitos ou desajustes entre nacionais e estrangeiros.

Podendo as pessoas portuguesas inquiridas indicar outros motivos para as dificuldades sentidas pela população estrangeira no concelho, tal espaço foi utilizado por algumas pessoas para sinalizar lacunas adicionais a colmatar. Outras utilizaram-no para exprimir ideias e sentimentos de cariz negativo, estereotipado ou culpabilizante quanto à população estrangeira. Elencamos algumas das respostas de ambos os tipos, uma vez que fornecem informação útil quanto ao que terá de ser melhorado quer em matéria de resposta social e institucional, quer para desconstruir as ideias subjacentes a estigmas racistas:

- *Apoios inexistentes por parte da CM de Loures*
- *As características do próprio território, problemáticas diversas e insuficientes respostas sociais para fazer face a tantas solicitações*
- *Os migrantes são considerados pessoas de 2ª*
- *Falta de informação eficiente (em termos de idioma, canais de comunicação, etc.)*
- *Falta de documentação dos próprios*

- *Falta uma pessoa de relação! Estrangeiros lidam com desorganização de instituições que não se articulam entre si*
- *Grande dificuldade em regularizar os documentos pessoais que lhes permitam a legalização em Portugal*
- *Morarem em Bairros de realojamento*
- *O tipo de inserção social que é efetuado*
- *Pouco acompanhamento e apoio por parte das embaixadas e consulados do país de origem*
- *Poucos apoios económicos/logísticos no caso dos acompanhantes de crianças ao abrigo de protocolo de saúde*
- *Os estrangeiros que chegam a Portugal sem apoios têm bastantes dificuldades. Os outros que entram com apoios acabam às vezes por ter melhor vida que alguns portugueses*
- *Demasiada facilidade em obter tudo o que são apoios e subsídios sem que para isso prestem qualquer trabalho de apoio à comunidade. A questão não é ajudar os migrantes, a questão é não lhes pedir nada em troca por essa ajuda*
- *Têm mais cobertura de regalias que nós, portugueses*
- *Quase tudo lhes é proporcionado e muitas pessoas acomodam-se*
- *Falta de empenho e garra por parte dos próprios estrangeiros em lutar por algo mais*
- *Pessoas que não dominam a língua portuguesa e não a querem aprender, não querem trabalhar, estudar etc., querem mais do mesmo, viver do tráfico de droga e de roubos, pessoas apercebem-se disso desde cedo e é normal que as excluam dos seus “grupos de amigos”*
- *São subsídio-dependentes, esse dinheiro chega-lhes facilmente, a obrigação de se inserirem no mercado de trabalho não lhes é imposta*

Há também quem tenha questionado o funcionamento das diferentes entidades e apresentam sugestões: *‘É importante desenvolver espaços de interculturalidade (in)formais, que divulguem e difundam as diferentes culturas que habitam o território de Loures. É importante refletirmos se os espaços da interculturalidade promotores da inclusão social deverão ser apenas o espaço das artes e da cultura? Ou também poderão passar pela promoção de espaços de interculturalidade nas escolas e outras atividades de ensino, nas atividades de consumo sustentável/ambiente e no lazer das*

populações.'; 'O grave problema é que as pessoas estrangeiras ao virem para Portugal têm a informação que chegam cá e têm todo o apoio mas... Fica a questão no ar "Onde está esse apoio?"'.

Por último, chamadas a partilhar situações que tenham observado no que se refere a situações específicas em que as pessoas imigrantes tenham sentido dificuldades de integração, os testemunhos são também informativos. Alguns são aqui citados pela sua relevância:

- *Nas escolas e infantários a alimentação deverá ser socialmente inclusiva. Pessoas de religião muçulmana, por exemplo, não podem ter as suas crianças a consumir alimentos proibidos e têm direito a não ter esta dificuldade. Acompanhei situação deste género*
- *Níveis elevados de burocracia e complexidade impostos para a resolução das situações documentais que são transversais à sociedade portuguesa mas que dificultam em enorme escala a integração dos estrangeiros*
- *Ausência de acesso aos cuidados de saúde nomeadamente oftalmologia e dentista, onde as patologias são apenas detetadas quando as crianças entram no 1º ciclo de ensino ou têm a sorte de praticar um desporto num clube/associação que valorize a obrigatoriedade de realização de exames médicos desportivos*
- *Já ajudei em várias circunstâncias pessoas estrangeiras, traduzindo para inglês o que está escrito numa carta, num site, etc. Tem que haver uma maior preocupação em que as pessoas que não estão familiarizadas com o português consigam entender. Seja nos transportes públicos (haver uma tradução em inglês antes de cada paragem), seja nos órgãos públicos*
- *Dificuldades no acesso ao emprego por terem no currículo morada em bairros de realojamento*
- *Encontro-me a apoiar uma utente irregular em Território Nacional (TN) a tentar encontrar um trabalho para que possa ativar o artigo nº 88 da Lei N.º 23/2007. A dificuldade assenta na aceitação de entidade patronal em acolher tal pretensão. É portanto necessário atuar junto das empresas para que estas sejam esclarecidas relativamente à contratação de Pessoas em situação irregular em TN*
- *Existem crianças sem recursos materiais, como os manuais escolares, mesmo sendo estes cedidos gratuitamente pelo governo (por desconhecimento ou por não terem a documentação em dia)*
- *Num estabelecimento comercial, a pessoa estrangeira foi "corrida" para fora e foi alvo de comentários do género: "vai para a tua a terra"*

- *Pessoas que vêm ao abrigo de protocolos de saúde e quando chegam cá estão anos à espera para se tratarem*
- *Relativamente a questões de habitação existe algumas dificuldades no que concerne a melhorias das habitações sociais como o aumento de algumas pessoas que residem em zonas de barracas o que aumenta o foco de exclusão e dificuldades na inclusão destas pessoas que se sentem postas a margem e com pouca afabilidade e cuidado do território que lhes acolhe*
- *Sou técnica de recrutamento e RH. Anteriormente foi-me recusado contratar pessoas brasileiras ou negros num trabalho onde estava. Independentemente das suas habilidades / experiência / escolaridade. Fui chamada à atenção por isso. Procurei outro trabalho depois disso*
- *Tenho observado alguns conflitos no quotidiano (em ambiente escolar, espaços comerciais e até nos prédio onde habito) que são consequência da falta de domínio da língua portuguesa por parte de pessoas estrangeiras e alguma ignorância e falta de sensibilidade por parte de cidadãos portugueses*

Em consonância com os aspetos já mencionados relativamente à sensibilização da opinião pública, o mesmo grupo de trabalho identificou em conjunto os principais obstáculos que dificultam um combate mais eficaz ao racismo e à discriminação no concelho:

- Canais de comunicação ainda insuficientes entre diferentes populações, comunidades e bairros, gerando desconhecimento e desconfiança;
- Reduzida visibilidade dos contributos de NPT para a economia e a sociedade;
- Estigmatização acrescida de pessoas que residem em bairros com muita população estrangeira.

2.16. Relações internacionais

A Câmara Municipal de Loures é membro da Rede Portuguesa de Cidades Interculturais, constituída em 2012, decorrente da Rede Europeia de Cidades Interculturais. Neste âmbito acompanha e integra as iniciativas da rede. Importa também salientar que participou numa candidatura conjunta com as autarquias de Amadora e Cascais para financiamento nesta área, embora ainda não se saiba à data presente se a candidatura obterá aprovação.

As dinâmicas de relações internacionais a nível concelhio são ainda pouco conhecidas por parte das pessoas envolvidas através dos vários métodos mobilizados no diagnóstico, o que limitou a recolha de perspetivas para o seu melhoramento.

Contudo, um problema salientado em vários momentos foi o da falta de apoio a NPT que se deslocam a Portugal para tratamentos médicos ao abrigo de protocolos internacionais. Diversos/as profissionais que participaram nos grupos de discussão partilharam a sua constatação de que o tratamento médico é efetivamente garantido nestes casos, mas que é escasso o apoio prestado às pessoas doentes em áreas tão essenciais como o transporte, a habitação, a alimentação ou o cuidado a filhos/as quando existem. É frequente o desconhecimento dos procedimentos e circuitos a seguir. Há também relatos de doentes que têm alta sem perceber ao certo porquê ou com que implicações. Se necessitam de tratamentos de continuidade, os problemas tendem a acumular-se e a arrastar-se no tempo. Estas constatações sugerem fortemente a necessidade de criar ou de reforçar uma rede de apoio específica para quem procura cuidados de saúde em Portugal por impossibilidade de os receber no seu país de origem. Neste domínio como noutros, será importante desenvolver ou reforçar a cooperação com embaixadas e consulados dos países de origem das pessoas migrantes.

2.17. Religião

Coexistem no concelho de Loures um conjunto diversificado de cultos e igrejas, nomeadamente de matriz cristã, muçulmana e hindu, entre outras. A convivência entre as diferentes confissões tem sido pacífica, sem registo de conflitos. Tampouco se conhecem tensões entre migrantes e sociedade de acolhimento associadas à religião.

A partir de trabalho de campo em Santo António dos Cavaleiros, Inês Lourenço estudou a diáspora hindu gujarati em Portugal, particularmente o papel desempenhado pelas mulheres na reconfiguração dos seus estatutos de género através do desenvolvimento de tarefas específicas associadas à esfera religiosa. Concluiu que estas mulheres adquirem novos estatutos através da esfera religiosa, enquanto perpetuadoras do conhecimento tradicional. Ao mesmo tempo, garantem a manutenção de uma ideologia patriarcal, enquadrada pelas estruturas conservadoras que circulam através das redes transnacionais. A centralidade ritual que lhes é atribuída resulta aliás de dois fatores principais: a deficitária estrutura económica que inibe a permanência regular de sacerdotes hindus e a não ocupação profissional de um número significativo destas mulheres. Assim, a articulação do género com a esfera religiosa comporta simultaneamente a aquisição de autonomia e a aceitação de papéis femininos estereotipados nos discursos de legitimação do sistema patriarcal.

Num trabalho mais recente, a mesma autora descreve os trabalhos de conservação e renovação do Templo Shiva em Santo António dos Cavaleiros, existente desde 2001, mostrando que os projetos de recuperação material têm impactos que vão muito além do propósito inicial de manter tradições ritualísticas: desempenham um papel fundamental na consolidação dos laços comunitários e estimulam o diálogo inter-geracional, possuindo portanto um forte potencial para aproximar os vários atores – migrantes e não migrantes, idosos e jovens, religiosos e laicos (Lourenço, 2020).

2.18. Igualdade de género

As desigualdades entre mulheres e homens manifestam-se em diversos quadrantes da vida, incluindo a atividade profissional, a distribuição de responsabilidades familiares e domésticas, o tempo para o lazer e para o desenvolvimento pessoal. Ao longo deste diagnóstico, identificámos discrepâncias de género nos domínios em que estas são notórias, como o desemprego, a participação em ações de formação ou o sucesso escolar.

Os grupos de discussão e as entrevistas corroboraram as múltiplas desvantagens que recaem sobre as mulheres migrantes, acumuladas porque são mulheres e porque são migrantes. As penalizações mais mencionadas remetem para a sobrecarga na esfera doméstica e familiar, a discriminação no mercado de trabalho e a violência doméstica.

Acrescente-se que o Agrupamento de Centros de Saúde de Loures-Odivelas é parceiro do projeto Práticas Saudáveis – Fim à Mutilação Genital Feminina desde o seu início, em 2018, tendo já realizado neste âmbito ações de capacitação para profissionais de saúde e iniciativas de intervenção comunitária em articulação com escolas e associações locais. Estas atividades concretizam uma estratégia mais ampla para combater e prevenir as práticas tradicionais nefastas, incluindo a mutilação genital feminina e os casamentos precoces, infantis e forçados, conforme plasmado na Estratégia Nacional para a Igualdade e a Não Discriminação 2018-2030.

3. Plano Municipal para a Integração de Migrantes

A partir do diagnóstico realizado, os seguintes princípios orientam a construção e implementação do Plano Municipal para a Integração de Migrantes de Loures 2020-2022:

- **Consagração de direitos**, com uma intervenção que visa a concretização e a garantia de direitos constitucionalmente consignados e o aprofundamento da cidadania, respeitosa dos direitos dos indivíduos e das famílias, bem como fomentadora das responsabilidades individuais e institucionais;
- **Mobilização e responsabilização de todos os atores**, incluindo as entidades que integram a Plataforma de Acompanhamento do plano e outras que queiram participar e contribuir através do desenvolvimento e reforço de parcerias, de modo a potenciar os recursos locais e a prevenir a dispersão e sobreposição de respostas;
- **Articulação com outros instrumentos de planeamento existentes**, quer a nível nacional, como o Plano Estratégico para as Migrações, quer a nível local, como o Plano de Desenvolvimento Social e de Saúde, o Plano Educativo Estratégico e a Estratégia Local de Habitação, assegurando coerência e complementaridade;
- **Incentivo ao envolvimento de nacionais de países terceiros** nas tarefas de definição, implementação e avaliação das medidas, capacitando as pessoas participantes para a reflexão, o diálogo e a co-construção de política pública.

De acordo com as recomendações do Alto Comissariado para as Migrações para a construção de planos municipais para a integração de migrantes (ACM, 2015), devem ser identificadas, entre todas as áreas abrangidas no diagnóstico, aquelas que serão as áreas prioritárias de intervenção no âmbito do plano. Algumas são selecionadas como prioritárias por registar obstáculos muito substanciais à integração de migrantes no concelho ou por nelas persistirem lacunas fundamentais. Outras são selecionadas por um motivo praticamente inverso: por nelas já se desenvolverem medidas e iniciativas que têm contribuído decisivamente para a integração de migrantes, importando assim prosseguir ou até reforçar o investimento nas mesmas.

Por conseguinte, foram identificadas para o presente plano as seguintes áreas prioritárias:

- ⇒ Serviços de acolhimento e integração;
- ⇒ Urbanismo e habitação;
- ⇒ Mercado de trabalho e empreendedorismo;
- ⇒ Capacitação e formação;
- ⇒ Educação e língua;
- ⇒ Cultura;
- ⇒ Saúde;
- ⇒ Cidadania e participação cívica;
- ⇒ Racismo e discriminação.

As restantes áreas, que evidentemente não merecem menor atenção, são incorporadas de forma transversal no plano. Algumas destas, embora não contendo medidas autónomas, são tratadas aprofundadamente noutras áreas. Por exemplo, os *media* e a sensibilização da opinião pública ou a igualdade de género são trabalhadas em medidas específicas das áreas da capacitação e formação, da educação e língua ou da saúde. A solidariedade e resposta social beneficiará decerto da inclusão dos/as seus/suas profissionais nas ações de qualificação previstas na área da capacitação e formação. As relações internacionais são dinamizadas e fortalecidas através de reuniões e de outras formas de contacto e cooperação com embaixadas e consulados, por exemplo na medida concreta de reforço da articulação/parceria com o SEF e outras entidades relevantes para o apoio às pessoas migrantes no domínio da regularização.

Em suma, as áreas temáticas estão interligadas de diversas maneiras. A concretização e os efeitos das medidas são em larga medida indestrinçáveis. Assim, os quadros apresentados nas páginas seguintes devem ser entendidos como uma ferramenta prática para elencar as estratégias e as medidas de uma forma sistemática, simples de consultar por todas as pessoas, e nunca como um modelo rígido e compartimentalizado. Pelo contrário, os cruzamentos entre áreas e medidas são naturais e desejáveis.

Importa também referir que estes quadros seguem a estrutura fornecida pelo Alto Comissariado para as Migrações e os requisitos da candidatura ao financiamento que apoia o plano. Daí decorre a designação das áreas, bem como as colunas a preencher (objetivos estratégicos, objetivos específicos, medidas, metas, indicadores, responsáveis). Também a coluna intitulada “Nível” nos quadros da dimensão operacional segue a orientação do Alto Comissariado para as Migrações: as

medidas de nível 1 correspondem ao “núcleo duro de competências em cada concelho, por serem determinantes para o processo de acolhimento e integração a nível local e que, por esse motivo, deverão ser sempre garantidas aos cidadãos imigrantes, com ou sem financiamento externo”, enquanto as medidas de nível 2 “carecem de financiamento para a sua concretização, seja porque são complementares às medidas de nível 1, seja porque irão aprofundar medidas já existentes no território, conferindo-lhe mais qualidade” (ACM, 2015: 12).

Para cada medida é indicada a entidade ou entidades responsáveis pela sua execução. Isto não significa que a entidade referida realize a medida isoladamente e apenas com os seus recursos: em muitos casos a execução da medida passará por parcerias, já estabelecidas ou a estabelecer durante a implementação do plano. Há entidades que, não sendo indicadas como responsáveis por uma medida, terão um papel fundamental no sucesso da mesma, como acontece, por exemplo, com as associações de migrantes e com as juntas de freguesia em medidas de acolhimento e integração, com as Escolas em medidas de educação, ou com os estabelecimentos de saúde públicos e privados em medidas de saúde, além de outras parcerias que se poderão desenvolver com consequências positivas para a qualidade e abrangência das medidas. Neste sentido, os quadros das páginas seguintes são um ponto de partida para a concretização de um plano que se pretende dinâmico e participado.

Por fim, deve ser mencionado que o presente plano resulta de muitos contributos recolhidos e trabalhados dentro do período de tempo disponível. Algumas ideias debatidas em grupos de discussão, em reuniões setoriais ou noutros momentos de trabalho não se tornaram suficientemente viáveis ou concretas para poderem ser incluídas no plano, sendo certo que a necessidade de colmatar os problemas subjacentes deverá continuar a motivar a reflexão conjunta.

3.1. Dimensão estratégica

Áreas	Objetivos estratégicos / gerais	Indicadores	Estratégias
Serviços de acolhimento e integração	Melhorar a capacidade do CLAIM	Nº de NPT apoiados/as Nº de atendimentos realizados	Reforço e ampliação do apoio do CLAIM a pessoas migrantes, com incorporação de componente de itinerância para assegurar proximidade também a NPT em situações de maior vulnerabilidade e isolamento. Reforço da articulação com o SEF e entidades locais/nacionais para promover e agilizar o apoio a NPT em matéria de documentos.
	Reforçar e qualificar a comunicação entre instituições e NPT	Nº de folhetos informativos produzidos	Produção de folhetos informativos em linguagem acessível e diversas línguas. Criação de portal informativo no <i>website</i> da CMLoures.
Urbanismo e habitação	Incrementar o conhecimento e o acesso de NPT a medidas sociais de apoio à habitação	Nº de ações realizadas Nº de NPT envolvidos/as	Disponibilização de informação e apoio sobre medidas sociais existentes na área da habitação.
	Promover a valorização dos bairros e combater o estigma	Nº de atividades realizadas Nº de NPT envolvidos/as	Organização de iniciativas que estimulem o diálogo e a proximidade entre pessoas de diferentes áreas do concelho e de outros concelhos, assentes em métodos participativos e envolvendo figuras de referência locais.
Mercado de trabalho e empreendedorismo	Melhorar a integração laboral de NPT	Taxa de desemprego de NPT	Informação e sensibilização do tecido empresarial local. Qualificação dos serviços de apoio ao emprego e à formação.
Capacitação e formação	Dotar NPT de competências para melhor integração laboral	Nº de NPT que participam em ações de formação Nº de NPT que concluem ações de formação	Promover a qualificação profissional e a aquisição de competências no âmbito de empreendedorismo. Capacitar NPT em áreas relevantes para a procura e manutenção de emprego e a criação de emprego próprio.
	Promover a literacia digital e combater a infoexclusão de NPT	Nº de NPT capacitados/as	Formação em tecnologias da informação e comunicação com vista à aquisição de competências digitais e tecnológicas.
	Capacitar profissionais que prestam apoio a NPT	Nº de profissionais capacitados/as	Capacitação de profissionais em posições estratégicas para apoiar a integração de NPT, através de formação ajustada às necessidades.
	Apostar na formação docente e não docente para melhoria das aprendizagens dos alunos e reforço da coesão	Nº de profissionais capacitados/as	Reforço das competências de docentes para a consciência da diversidade sociolinguística, empatia e recetividade a ideias e críticas novas, e sensibilizar o corpo não docente para os desafios e mais-valias da diversidade cultural.

Educação e língua	Promover a inclusão em meio educativo e o sucesso escolar	Taxas de retenção e de desistência escolar de NPT	Estabelecimento e disseminação de boas práticas entre profissionais de educação. Recurso a métodos de educação não formal para estimular o gosto de crianças e jovens pela aprendizagem e pelo estudo.
	Capacitar e promover o reconhecimento das competências de NPT adultos/as	Nº de NPT capacitados/as	Informar e orientar NPT adultos/as por forma a concluírem a escolaridade obrigatória e a realizarem processos de reconhecimento de competências adquiridas ao longo da vida.
	Reforçar o ensino da língua portuguesa	Nº de estudantes envolvidos	Continuação e adequação de modalidades de ensino da língua portuguesa às necessidades e possibilidades de NPT em idade escolar e em idade adulta.
Cultura	Prosseguir a valorização da multiculturalidade na oferta cultural do concelho	Nº de atividades realizadas	Valorização da multiculturalidade na oferta cultural do concelho. Recurso a métodos participativos para facilitar a participação o reconhecimento de NPT como criadores de cultura.
	Prevenir e combater o preconceito através do encontro e do diálogo	Nº de pessoas envolvidas	Iniciativas de cariz sociocultural com o objetivo de estimular o encontro e o diálogo.
Saúde	Qualificar os serviços para respostas ajustadas às necessidades de NPT	Nº de materiais produzidos Nº de profissionais capacitados/as	Criação de materiais informativos destinados a NPT. Desenvolvimento continuado do projeto Práticas Saudáveis – Fim à Mutilação Genital Feminina.
	Promover a literacia da saúde entre NPT	Nº de ações realizadas Nº de pessoas NPT envolvidas	Realização de atividades ajustadas às necessidades de NPT. Dinamização de atividades educativas. Ação integrada em territórios de especial vulnerabilidade.
Cidadania e participação cívica	Incrementar o conhecimento de direitos e deveres e a participação cívica de NPT	Nº de NPT envolvidos/as	Disponibilização de mais e melhor informação acerca de direitos e deveres. Capacitação para a participação cívica, através de métodos participativos.
	Promover o debate sobre igualdade de género	Nº de ações realizadas Nº de NPT participantes	Realização de debates sobre temáticas ajustadas às especificidades e interesses de NPT.
Racismo e discriminação	Reconhecer e valorizar a diversidade cultural	Nº de campanhas realizadas Nº de eventos realizados	Realização de campanha que dê visibilidade a percursos positivos de pessoas originárias de bairros estigmatizados. Integração ativa de NPT em eventos e festividades a nível concelhio.
Religião	Promover iniciativas de diálogo inter-religioso, contribuindo para o conhecimento e para a aproximação das diversas comunidades	Nº de eventos realizados	Iniciativas de diálogo inter-religioso como via para o conhecimento das tradições e patrimónios das comunidades.

3.2. Dimensão operacional

Área	Objetivos estratégicos / gerais	Objetivos específicos / operacionais	Medidas	Nível	Metas	Indicadores	Responsáveis
Serviços de acolhimento e integração	Melhorar a capacidade do CLAIM	Prestar apoio a pessoas migrantes no âmbito da regularização, nacionalidade e apoio social	1. Atendimento especializado do Gabinete de Apoio ao Migrante nos vários domínios do acolhimento e integração	1	Apoiar 2000 pessoas	Nº de atendimentos e de pessoas atendidas conforme registado na Plataforma Local para a Integração de Migrantes (PLIM)	CMLoures
		Aumentar o alcance do CLAIM, assegurando proximidade a NPT em situações de maior vulnerabilidade e isolamento	2. Incorporação de componente de itinerância no CLAIM	1	Apoiar 200 pessoas	Nº de NPT atendidos/as	CMLoures
		Reforçar as vias de informação a NPT e a articulação em matéria de regularização e nacionalidade, prevenindo situações de irregularidade	3. Sessões de informação/sensibilização sobre regularização e nacionalidade	1	Abranger 110 pessoas NPT	Nº de NPT participantes	CMLoures
			4. Reforço de articulação/parceria com o SEF (através de medidas como SEF em Movimento e linha direta de comunicação) e outras entidades locais e nacionais para promover e agilizar o apoio a NPT	2	Realizar 6 reuniões / encontros	Nº de reuniões ou encontros sobre a temática	CMLoures
	Reforçar e qualificar a comunicação entre instituições e NPT	Criar um portal <i>online</i> com informação completa e acessível para NPT e profissionais, incluindo recursos e serviços	5. Portal informativo no <i>website</i> da Câmara	2	Criar 1 portal informativo	Criação do portal informativo	CMLoures
		Divulgar informações úteis em formato acessível a NPT	6. Folhetos em linguagem acessível e em diversas línguas acerca de direitos/deveres e serviços existentes	2	Produzir 3 folhetos-tipo	Nº de folhetos produzidos	CMLoures

Área	Objetivos estratégicos / gerais	Objetivos específicos / operacionais	Medidas	Nível	Metas	Indicadores	Responsáveis
Urbanismo e habitação	Incrementar o conhecimento e o acesso de NPT a medidas sociais de apoio à habitação	Informar e apoiar NPT relativamente a medidas sociais existentes na área da habitação	7. Ações de informação acerca de medidas públicas de apoio ao arrendamento e outras áreas da habitação	2	Abranger 10 pessoas NPT	Nº de NPT participantes	CM Loures
	Promover a valorização dos bairros e combater o estigma	Organizar iniciativas assentes em métodos participativos que contribuam para a valorização dos bairros e o combate ao estigma	8. Iniciativas com métodos participativos (concursos, campanhas, prémios, visitas guiadas, deslocações a outros locais do concelho)	1	Realizar 6 visitas, com a participação de 10 NPT	Nº de visitas / NPT participantes	CM Loures

Área	Objetivos estratégicos / gerais	Objetivos específicos / operacionais	Medidas	Nível	Metas	Indicadores	Responsáveis
Mercado de trabalho e empreendedorismo	Melhorar a integração laboral de NPT	Informar e sensibilizar o tecido empresarial local para o multiculturalismo e para os requisitos administrativos quando contratam NPT	9. Ações de sensibilização e capacitação para entidades empregadoras locais	2	Realizar 2 ações	Nº de ações realizadas	CMLoures
		Fomentar o espírito empreendedor de NPT	10. Capacitação em Power Skills para incrementar as competências pessoais e profissionais e mentoria a pessoas que demonstrem vontade de empreender	2	Capacitar 15 NPT	Nº de NPT envolvidos/as	Associação Economia Solidária e Sustentável

Área	Objetivos estratégicos / gerais	Objetivos específicos / operacionais	Medidas	Nível	Metas	Indicadores	Responsáveis
Capacitação e formação	Dotar NPT de competências para melhor integração laboral	Promover a aquisição de competências digitais	11. Encaminhamento e integração de NPT em ações de formação no âmbito das competências digitais, nos Serviços de Formação profissional do IEFP	1	Abranger 50 NPT em ações de formação em competências digitais	Nº de NPT abrangidos	IEFP, I.P.
		Promover a aquisição de competências no âmbito de empreendedorismo	12. Encaminhamento e integração de NPT em ações de formação – Formação Modular, no âmbito do Empreendedorismo, nos Serviços de Formação profissional do IEFP	1	Abranger 50 NPT em ações de formação modular	Nº de NPT abrangidos	IEFP, I.P.
		Promover a qualificação profissional	13. Encaminhamento e Integração de NPT em ações de formação de dupla certificação nas diferentes áreas profissionais, nos Serviços de Formação profissional do IEFP, desde que sejam portadores dos respetivos CH e documentos de identificação válidos	1	Abranger 100 NPT em ações de formação de dupla certificação	Nº de NPT abrangidos	IEFP, I.P.
		Capacitar NPT em áreas relevantes para a procura e manutenção de emprego e a criação de emprego próprio	14. Ações de formação profissional, educação financeira, formação para o empreendedorismo, <i>mentoring</i> , competências TIC e outras	2	Formar 130 NPT	Nº de NPT participantes	CMLoures
		Sensibilizar NPT para a importância da Educação Financeira	15. Proporcionar informação e ferramentas de apoio sobre sistema financeiro português, seguros, serviços mínimos bancários, planeamento e gestão do orçamento familiar, meios de pagamento, contas bancárias e recurso ao crédito, direitos e deveres financeiros dos consumidores e outros assuntos similares	2	Informar e apoiar 50 NPT	Nº de NPT informados / apoiados	Associação Economia Solidária e Sustentável

	Promover a literacia digital e combater a infoexclusão de NPT	Proporcionar formação em tecnologias da informação e comunicação	16. Ações do Plano de Formação “Informática para Todos”	1	Formar 20 pessoas NPT	Nº de NPT participantes / Nº de ações de divulgação direcionadas a NPT	CMLoures
	Capacitar profissionais que prestam apoio a NPT	Capacitar técnicos/as em posições relevantes para o acolhimento e integração de NPT sobre regularização / nacionalidade e outras matérias ajustadas às necessidades identificadas no território	17. Ações de capacitação para técnicos/as de instituições locais	2	Capacitar 70 técnicos/as	Nº de técnicos/as abrangidos/as	CMLoures

Área	Objetivos estratégicos / gerais	Objetivos específicos / operacionais	Medidas	Nível	Metas	Indicadores	Responsáveis
Educação e língua	Promover a inclusão em meio educativo e o sucesso escolar	Estabelecer a implementação de boas práticas no âmbito de abrangência deste plano de forma eficiente e eficaz	18. Encontro/ <i>webinar</i> para divulgação de boas práticas	2	Realizar 1 encontro/ <i>webinar</i>	N.º de docentes e técnicos/as participantes	Agrupamento de Escolas da Bobadela
		Estimular o gosto pela aprendizagem e pelo estudo através de métodos de educação não formal	19. Apoio escolar e atividades lúdico-pedagógicas de promoção de competências escolares e psicossociais, sessões de cidadania, sessões de <i>upcycling</i> e consciência sustentável, sessões artísticas de performance e criação de conteúdos e produtos artísticos para promoção de debate e reflexão	1	Realizar pelo menos 15 sessões	Nº de sessões / crianças e jovens participantes / desempenho escolar das crianças e jovens participantes	Associação Beneficente de Ajuda
			20. Atividades da Biblioteca no Bairro (Biblioteca Municipal Ary dos Santos) com população residente na Quinta do Mocho – dinâmicas de leitura, atividades plásticas, hora do conto, exploração de recursos da biblioteca	2	Realizar 5 sessões	Nº de sessões realizadas	CMLoures
	Capacitar e promover o reconhecimento das competências de NPT adultos/as	Informar e orientar NPT adultos/as por forma a concluírem a escolaridade obrigatória	21. Orientação e encaminhamento de NPT adultos/a para vias que lhes permitam concluir a escolaridade obrigatória.	2	Orientar e encaminhar 15 pessoas	Nº de inscrições e encaminhamentos no CQ	Centro Qualifica IPTrans
		Realizar processos de reconhecimento de competências adquiridas ao longo da vida	22. Realizar processos de Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências de NPT adultos/as, por forma a certificar com a escolaridade obrigatória	2	Certificar 5 pessoas	Nº de pessoas a realizar o RVCC	Centro Qualifica IPTrans

			23. Ações de Língua Portuguesa (Português para Todos, Português para Falantes de Outras Línguas, Português Não Formal), Orientação Cultural, Alfabetização e outras	2	Envolver 180 NPT	Nº de NPT que concluem a ação	CM Loures IPTrans - Instituto Profissional de Transportes
	Reforçar o ensino da língua portuguesa	Proporcionar a aprendizagem da língua portuguesa em modalidades e horários ajustados às necessidades e possibilidades de pessoas NPT adultas	24. Encaminhamento / Integração de NPT em ações de PPT - Português Para Todos	2	Abranger 100 NPT	Nº de NPT abrangidos	IEFP, I.P.
			25. Abertura de mais 3 turmas/ano de Português para Falantes de Outras Línguas	2	Abrir 3 turmas	Nº de NPT abrangidos	CM Loures Agrupamento de Escolas Maria Keil

Área	Objetivos estratégicos / gerais	Objetivos específicos / operacionais	Medidas	Nível	Metas	Indicadores	Responsáveis
Cultura	Prosseguir a valorização da multiculturalidade na oferta cultural do concelho	Desenvolvimento de projetos locais específicos sobre multiculturalidade e interculturalidade	26. Projeto “Loures no Caminho da Interculturalidade”	1	Prosseguir o projeto	Nº de NPT / entidades envolvidas	CMLoures
		Visibilizar e valorizar o património das comunidades migrantes	27. Integração do património das comunidades migrantes nas Festas do Concelho e noutras iniciativas municipais (Cozinhas do Mundo, Atuações artísticas e outras atividades)	1	Promover 8 participações	Nº de entidades / participantes individuais	CMLoures
		Dar a conhecer produtos multiculturais e promover a interação entre imigrantes e autóctones	28. Venda de artesanato no Mercado Municipal de Loures, com exposição e venda de produtos do maior número de países	2	Realizar a venda de artesanato 1 vez por mês	Nº de vezes que aconteceu	JF Loures CMLoures
	Prevenir e combater o preconceito através do encontro e do diálogo	Fomentar o diálogo construtivo acerca de preconceitos que conduzem à discriminação em relação a indivíduos e grupos	29. Projeto Bibliotecas Humanas	2	Realizar 2 ações, nas quais se envolverão pelo menos 2 NPT	Nº de NPT envolvidos/as	União das Freguesias de Santo António dos Cavaleiros e Frielas

Área	Objetivos estratégicos / gerais	Objetivos específicos / operacionais	Medidas	Nível	Metas	Indicadores	Responsáveis
Saúde	Qualificar os serviços para respostas ajustadas às necessidades de NPT	Criar materiais informativos para NPT	30. Folhetos informativos em linguagem acessível e traduzidos em diversas línguas, sobre matérias identificadas como relevantes por profissionais de saúde locais (saúde materna, cuidados em contexto de pandemia, etc.)	1	Criar e distribuir pelo menos 1 folheto-tipo	Nº de materiais produzidos Nº de materiais distribuídos	CMLoures
		Prevenir a mutilação genital feminina	31. Ações de capacitação para profissionais e iniciativas de intervenção comunitária no âmbito do projeto Práticas Saudáveis – Fim à Mutilação Genital Feminina	1	Realizar pelo menos 1 ação de capacitação e participar em pelo menos 1 ação de intervenção comunitária	Nº de sessões/ações Nº de profissionais abrangidos	ACES Loures-Odivelas CIG ACM
	Promover a literacia da saúde entre NPT	Informar e capacitar a população para agir proactivamente de forma a alcançar ganhos em saúde	32. Programa de Literacia em Saúde para toda a população, incluindo migrantes	1	Elaboração e implementação do programa. Aumentar a literacia em saúde	Nº de ações implementadas Nº pessoas abrangidas	CMLoures
		Alertar a população imigrante e autóctone para fatores de risco associados a diversas doenças	33. Realização de rastreios de saúde (glicémia, tensão arterial, etc.) gratuitos em várias localidades da freguesia	2	Realizar rastreios em 3 localidades, envolvendo associações e instituições locais na divulgação dos rastreios	Alcançar 20 utentes em cada localidade	Junta de Freguesia de Loures e Farmácia Nova de Loures
		Atender às questões da multiculturalidade nas atividades de educação para a saúde	34. Ações de informação no âmbito da promoção da saúde adequadas a jovens sobre prevenção da gravidez na adolescência, sexualidade, substâncias psicoativas, emoções, gestão de conflitos, <i>bullying</i> e adolescência	1	Realizar cerca de 200 sessões	Nº de sessões realizadas Nº de alunos participantes	CMLoures
		Agir de forma integrada em territórios de especial vulnerabilidade	35. Ações de promoção da literacia em saúde em territórios de especial vulnerabilidade	2	Realizar 3 ações	Nº de ações realizadas	CMLoures

		Melhorar o estado de saúde global dos jovens do agrupamento	36. Momentos de reflexão e diálogo entre docentes e estudantes sobre promoção da saúde, saúde pública, alimentação e exercício físico, incluindo elaboração de trabalhos de grupo e individuais com cartazes ou murais para mostrar bons hábitos alimentares e de exercício físico	2	Contribuir para a tomada de decisões conscientes na área da educação para a saúde e melhoria do relacionamento social e intercultural	Nº de acções desenvolvidas	Agrupamento de Escolas da Bobadela
--	--	---	--	---	---	----------------------------	------------------------------------

Área	Objetivos estratégicos / gerais	Objetivos específicos / operacionais	Medidas	Nível	Metas	Indicadores	Responsáveis
Cidadania e participação cívica	Incrementar o conhecimento de direitos e deveres e a participação cívica de NPT	Informar NPT acerca dos seus direitos e deveres e serviços a que podem recorrer, adaptados no conteúdo e na linguagem às necessidades concretas de NPT	37. Folhetos em várias línguas elencando direitos/deveres e serviços a que podem recorrer	2	Informar 150 NPT	Nº de NPT envolvidos/as	CMLoures
		Capacitar para a participação cívica	38. Projeção de películas cinematográficas / documentais, seguidas de debates, desenvolvendo a interpretação de enredos e/ou narrativas projetadas (“Desconstruir, construindo”)	2	Envolver 30 NPT	Nº de NPT envolvidos/as	CMLoures
	Promover o debate sobre igualdade de género	Realização local de debates sobre temáticas relativas à igualdade de género, com a participação ativa de NPT	39. Realização de debates temáticos sobre a participação de mulheres na esfera pública e de homens na esfera privada ou outras temáticas relevantes para a igualdade de género	2	Realizar 2 ações	Nº de ações realizadas	CMLoures

Área	Objetivos estratégicos / gerais	Objetivos específicos / operacionais	Medidas	Nível	Metas	Indicadores	Responsáveis
Racismo e discriminação	Reconhecer e valorizar a diversidade cultural	Sensibilizar e informar em matéria de migrações e direitos humanos	40. Ações de sensibilização/informação sobre diversidade cultural (“Não te Risques do Mundo”)	1	Realizar 30 ações	Nº de ações Nº de participantes NPT	CMLoures
		Divulgar e valorizar casos positivos de integração	41. Campanha que dê visibilidade a percursos positivos de pessoas originárias de contextos vulneráveis	2	Realizar 3 campanhas, envolvendo 9 NPT	Nº de campanhas Nº de NPT envolvidos/as	CMLoures Projetos Escolhas ABA
		Incentivar a participação ativa de NPT em eventos concelhios	42. Atividades concebidas e realizadas por NPT na comemoração do Dia Municipal para o Diálogo Intercultural e outras datas comemorativas	1	Envolver 5 NPT	Nº de NPT envolvidos/as	CMLoures Associações Escolas
		Participação em atividades do âmbito da disciplina de cidadania e desenvolvimento e do projeto UNESCO – Ser do Mundo e da REEI	43. Atividades em sala de aula com alunos/as de 8º ano promotoras de sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionando o acesso à justiça para todos com discussão e reflexão	2	Realizar as atividades possíveis no âmbito dos projetos	Nº de alunos/as Nº de atividades	Agrupamento de Escolas da Bobadela
	Promover iniciativas de diálogo intercultural, no âmbito do trabalho de intervenção comunitária	Realizar fóruns de discussão com a participação ativa de NPT	44. Iniciativas de promoção do dialogo intercultural / fóruns de discussão online ou presencial	2	Envolver 190 NPT	Nº NPT envolvidos/as	CMLoures

Área	Objetivos estratégicos / gerais	Objetivos específicos / operacionais	Medidas	Nível	Metas	Indicadores	Responsáveis
Religião	Promover iniciativas de diálogo inter-religioso, contribuindo para o conhecimento e para a aproximação das diversas comunidades	Realizar um Concerto de Natal inter-religioso	45. Concerto de Natal (inter-religioso)	2	Realizar 1 concerto de Natal	Nº de eventos	União das Freguesias de Santo António dos Cavaleiros e Frielas
		Realizar um encontro inter-religioso com vista a debater problemas, desconstruir preconceitos e valorizar o património das comunidades locais	46. Encontro de diálogo inter-religioso	2	Realizar 1 encontro inter-religioso	Nº de eventos	CMLoures

3.3. Modelo de monitorização e avaliação

A monitorização e a avaliação constituem elementos fundamentais de um plano, assegurando que este é não só executado mas também aperfeiçoado ao longo do seu período de implementação. É necessário acompanhar o progresso das medidas de uma forma regular e sistemática para garantir coerência, otimização dos recursos e apoio entre as entidades parceiras. Isto inclui obter informações acerca dos resultados alcançados, da eficácia da intervenção e dos obstáculos que se lhe colocam de modo a superá-los.

No caso do Plano Municipal para a Integração de Migrantes de Loures 2020-2022, não se tratando de um plano de continuidade mas de um plano construído de raiz, articulando e potenciando o trabalho que muitos serviços e entidades no concelho já vêm fazendo para promover a integração de migrantes, possui especial relevância a constituição da Plataforma de Acompanhamento. Esta assumirá as funções de coordenar e avaliar a implementação do plano, regendo-se pelos seguintes princípios:

- Participação e envolvimento de todas as entidades, ainda que a Câmara Municipal desempenhe um papel de dinamização do processo;
- Dinâmica e interação entre os elementos da Plataforma, incluindo a designação de um/a interlocutor/a em cada entidade para este efeito, no sentido de uma partilha da informação que fomentará o processo de avaliação;
- Reflexão em torno da informação recolhida.

Este trabalho de “autoavaliação”, de carácter coletivo, terá como objetivo final produzir mais e melhor conhecimento sobre a intervenção e o meio social em que se atua e contribuir para uma maior eficácia das ações. Quanto ao momento em que se irá realizar a avaliação, deve apostar-se numa avaliação *on-going*, concretizada através da realização de reuniões semestrais da Plataforma de Acompanhamento. Também semestralmente, as entidades responsáveis pela execução de medidas específicas do plano deverão reportar o progresso dessas medidas. A Plataforma de Acompanhamento poderá assim, nas suas reuniões, ter uma visão global da implementação do plano, corrigir eventuais lacunas e ajudar a resolver dificuldades concretas de execução das medidas.

As pessoas destinatárias do processo de avaliação serão:

- A população residente no concelho, em geral;
- As pessoas migrantes, em particular NPT;

- As/os profissionais diretamente envolvidas/os na execução do plano e respetivas instituições, incluindo-se os elementos da Plataforma de Acompanhamento e outras entidades parceiras envolvidas na realização de medidas específicas;
- A Rede Social do concelho;
- O executivo da Câmara Municipal.

Assim, para além das reuniões semestrais, a Plataforma de Acompanhamento elaborará um relatório final de avaliação do plano. Deste relatório será dado conhecimento em reunião do executivo camarário e em plenário do Conselho Local de Ação Social.

O término do período de implementação do plano será também um momento privilegiado para divulgar os resultados do mesmo em sessões de apresentação pública nos contextos que se considerar oportunos, tais como juntas de freguesia, escolas ou associações locais.

A avaliação do plano será feita em torno dos seguintes critérios e questões-chave:

Critérios	Questões-chave
Pertinência	O plano continua a intervir nas variáveis estratégicas para produzir a mudança? Não haverá outras áreas ou problemáticas sobre as quais se possa intervir que produzam a mudança de forma mais eficaz?
Sinergia	A utilização dos recursos está a ser pensada de forma a potenciar os já existentes e /ou criar outros?
Adequação	As ações implementadas estão conforme o que foi enunciado no plano?
Participação	Os parceiros estão a ser devidamente mobilizados para a intervenção? Os potenciais beneficiários estão a ser dinamizados?
Adesão	As pessoas e organizações a quem são destinadas as ações estão a aderir a elas?
Eficácia	Os objetivos que se procuraram obter através das ações estão a ser alcançados?

3.4. Acompanhamento e modelo de governação

O Plano Municipal para a Integração de Migrantes de Loures 2020-2022 será monitorizado no seio da sua Plataforma de Acompanhamento. A dinamização deste processo, numa ótica de autoavaliação, ficará a cargo da Câmara Municipal, com o envolvimento de todas as entidades parceiras.

As necessidades de correção que decorram deste processo de acompanhamento e de avaliação serão da responsabilidade da Plataforma de Acompanhamento.

A Plataforma de Acompanhamento apresenta, à data de aprovação do plano, a seguinte constituição:

- Câmara Municipal de Loures
- Freguesia de Bucelas
- Freguesia de Fanhões
- Freguesia de Loures
- Freguesia de Lousa
- União das Freguesias de Camarate, Unhos e Apelação
- União das Freguesias de Moscavide e Portela
- União das Freguesias de Sacavém e Prior Velho
- União das Freguesias de Santa Iria de Azoia, São João da Talha e Bobadela
- União das Freguesias de Santo Antão e São Julião do Tojal
- União das Freguesias de Santo António dos Cavaleiros e Frielas
- Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo, I.P.
- Instituto do Emprego e Formação Profissional, I.P. (IEFP)
- Agrupamento de Escolas de Bobadela
- Agrupamento de Escolas General Humberto Delgado
- Agrupamento de Escolas Maria Keil
- Associação para o Ensino Profissional em Transportes e Logística (AEPTL/IPTRANS)
- Associação Nacional de Educação Artística e Cultural (ANEAC) – Conservatório de Artes de Loures
- Associação Beneficente Ajuda (ABA)
- Associação para a Mudança e Representação Transcultural (AMRT)
- Associação de Promotores de Saúde, Ambiente e Desenvolvimento Sócio Cultural (PROSAUDESC)
- Associação Unida e Cultural da Quinta do Mocho (AUCQM)

- União da Juventude Angolana em Portugal (UJAP)
- União de Refugiados em Portugal (UREP)
- Conselho Português para os Refugiados (CPR)
- Fábrica da Igreja Paroquial de Nossa Senhora da Purificação de Sacavém
- Shiv Mandir Portugal – Templo Hindú

Importa salientar que todas as entidades locais comprometidas com a integração de migrantes, ainda que não integrem a Plataforma de Acompanhamento, são decisivas para o sucesso da implementação do plano. Não só poderão vir a tornar-se membros da Plataforma durante a execução do plano, mas também poderão participar em reuniões sempre que oportuno, contribuir para a execução de medidas, propor parcerias, disponibilizar recursos ou sinalizar necessidades, entre outras coisas. Longe de uma equipa restrita e fechada, a Plataforma de Acompanhamento pretende atuar de forma ampla e atenta aos desenvolvimentos locais e às solicitações de outras entidades.

Após validação técnica do Alto Comissariado para as Migrações, o Plano Municipal para a Integração de Migrantes de Loures 2020-2022 foi aprovado pela Plataforma de Acompanhamento a 13 de maio de 2021.

Seguidamente, foi aprovado pelo Conselho Local de Ação Social (31 de maio), pela Câmara Municipal (02 de junho) e pela Assembleia Municipal (17 de junho), iniciando-se a sua implementação a 1 de julho de 2021.

Referências bibliográficas

- ACM - Alto Comissariado para as Migrações (2015), *Guia para a Conceção de Planos Municipais para a Integração de Imigrantes*, Lisboa: Alto Comissariado para as Migrações.
- Almeida, Sílvia e Luís Catela Nunes (s/d), *Projeto: Inclusão ou Discriminação? Da Análise dos Resultados Escolares às Estratégias para o Sucesso dos Alunos com Origem Imigrante*. Centro de Investigação CICS.NOVA, Centro de Economia de Educação da Nova SBE e Associação EPIS – Empresários pela Inclusão Social, disponível online (consultado a 21/4/2021):
<https://www.epis.pt/upload/documents/6079688a09a6b.pdf>
- Alves, Ana Rita (2019), “«Para eles, nós não somos humanos!»: habitação, território e a monitorização de violências racializadas em Portugal”, *Direito e Práxis* 10(3): 2068-2096.
- Baptista, Luís Vicente e Graça Índias Cordeiro (2002), “Presentes e desconhecidos: reflexões socioantropológicas acerca do recente fluxo imigratório no concelho de Loures”, *Sociologia, Problemas e Práticas* 40: 23-43.
- Cachado, Rita Ávila (2013), “O registo escondido num bairro em processo de realojamento: o caso dos hindus da Quinta da Vitória”, *Etnográfica* 17(3): 477-499.
- Castellano, Carlos Garrido e Otávio Raposo (2020), “Bottom-up creativity and insurgent citizenship in «Afro Lisboa»: Racial difference and cultural commodification in Portugal”, *Cultural Dynamics* 32(4): 328-351.
- Catela, Joana (2017), *Nas Margens e em Trânsito: A Saúde Mental e as Boas Intenções numa IPSS nos Arredores de Lisboa*, Tese de Doutoramento em Antropologia, ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa.
- Catela, Joana (2019), “«Lending a hand»: the well-intentioned work of a non-profit organisation on the outskirts of neoliberal Lisbon”, *International Journal of Human Rights in Healthcare*, 13(1): 18-30.
- CESIS - Centro de Estudos para a Intervenção Social (2014a), *Estudo de Avaliação de Impacto e Resultados do Programa Mediação Intercultural em Serviços Públicos (MISP)*. Lisboa: CESIS.
- CESIS - Centro de Estudos para a Intervenção Social (2014b), *Programa – Mediação Intercultural em Serviços Públicos (MISP) - Relatório sobre Práticas Bem-Sucedidas*. Lisboa: CESIS.

Côrte-Real, Maria de São José (2011), “Music and intercultural dialogue: rehearsing life performance at school”, *Intercultural Education* 22(4): 317-325.

Costa, Henrique (2018), *Direito à Cidade e a Galeria de Arte Pública na Quinta do Mocho (Loures)*, Dissertação de Mestrado em Sociologia, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa.

Costa, Maria da Luz e Maria de São José Côrte-Real (2010), “Música, sinergias e interculturalidade na Escola em Loures”, *Migrações* 7: 281-283.

Farha, Leilani (2017), *Report of the Special Rapporteur on Adequate Housing as a Component of the Right to an Adequate Standard of Living, and on the Right to Non-Discrimination in This Context: Mission to Portugal*, Genebra: Nações Unidas.

Kühne, Jannis (2019), *Em Movimento na Área Metropolitana de Lisboa: uma Etnografia da Caravana pelo Direito à Habitação*, Dissertação de Mestrado em Estudos Urbanos, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa.

Linares, Ruth (2011), *Desempenho Escolar de Alunos de Origem Imigrante: os Jovens da Europa de Leste, em Duas Escolas da Região de Lisboa*, Dissertação de Mestrado em População, Sociedade e Território, Instituto de Geografia e Ordenamento do Território, Universidade de Lisboa.

Lourenço, Inês (2009), *Os Corpos da Devi. Religião e Género em Diáspora*, Dissertação de Doutoramento em Antropologia, ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa.

Lourenço, Inês (2020), “Secondary agents of recuperation within the Hindu Community in Lisbon”, in Martinez, Francisco (ed.), *Politics of Recuperation. Repair and Recovery in Post-Crisis Portugal*, Abingdon: Routledge.

Ludovici, Anna (2016), *Perceção e Apropriação do Território. Os Guineenses em Lisboa: Duas Gerações em Comparação*. Dissertação de Mestrado em População, Sociedade e Território, Instituto de Geografia e Ordenamento do Território, Universidade de Lisboa.

Luiz, Juliana Torquato e Sílvia Jorge (2012), “Hortas urbanas cultivadas por populações caboverdianas na Área Metropolitana de Lisboa: entre a produção de alimentos e as sociabilidades no espaço urbano não legal”, *Miradas en Movimiento*, Janeiro 2012: 142-158.

Murányi, Kata (2017), “Creative city practices in the Lusophone space: the case of São Paulo and Lisbon”, *Knowledge Transfer* 3(2): 30-41.

Oliveira, Catarina Reis (2020), *Indicadores de Integração de Imigrantes: Relatório Estatístico Anual 2020*, Lisboa: Alto Comissariado para as Migrações.

Santinho, Maria Cristina (2013), “Afinal, que asilo é este que não nos protege?”, *Etnográfica* 17(1): 5-29.

Santos, Alfredo, Eugénia Abrantes, Luís Capucha, Nuno Nunes e Patrícia Ávila (orgs.) (2020), *Movimento Associativo Popular no Concelho de Loures 2019*, Loures: Câmara Municipal de Loures.

Anexos

Entidades auscultadas para a elaboração do Plano Municipal para a Integração de Migrantes de Loures 2020-2022

108

Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo, I.P.

Agrupamento de Centros de Saúde Loures-Odivelas

Agrupamentos de Escolas do Concelho de Loures

Associação Ajuda de Mãe

Associação Beneficente de Ajuda (ABA)

Associação de Defesa do Património Ambiental e Cultural de Santa Iria da Azóia (ADPAC)

Associação de Moradores do Zambujal

Associação de Promotores de Saúde, Ambiente e Desenvolvimento Sócio Cultural (PROSAUDESC)

Associação Economia Solidária e Sustentável (AESS)

Associação Nacional de Educação Artística e Cultural (ANEAC) – Conservatório de Artes de Loures

Associação para a Mudança e Representação Transcultural (AMRT)

Associação para o Ensino Profissional em Transportes e Logística (AEPTL/IPTRANS)

Associação Rede de Progresso - Ponte Loures

Associação Unida e Cultural da Quinta do Mocho (AUCQM)

Capacitare, Consultoria e Negócios Lda

Centro Cultural e Social de Santo António dos Cavaleiros

Centro Social Paroquial de Camarate

CLDS 4G “Fonte de Mudança”

CLDS 4G Loures + Inclusiv@

Conselho Português para os Refugiados (CPR)

Equipa Cuidados Continuados Integrados Loures

Fábrica da Igreja Paroquial de Nossa Senhora da Purificação de Sacavém

Igreja dos Irmãos Menonitas de Portugal

Igreja Reviver

Instituto do Emprego e Formação Profissional, I.P. (IEFP)

IPTrans - Instituto Profissional de Transportes

Juntas de Freguesia do Concelho de Loures

Paróquia de Santo António dos Cavaleiros - Comunidade Carmelita

Shiv Mandir Portugal – Templo Hindú

Sociedade Recreativa Catujalense

Techari Associação Nacional e Internacional Cigana

União da Juventude Angolana em Portugal (UJAP)

União de Refugiados em Portugal (UREP)